

IHU ONLINE



Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 480 | Ano XVI
07/03/2016

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

Reforma da Previdência Social e o declínio da Ordem Social Constitucional

Maria Lucia Fattorelli: *A contrarreforma previdenciária*

Guilherme Delgado: *Ponte para o passado*

Eduardo Fagnani: *O pacto social da redemocratização em xeque*

#Crise Política

Rudá Ricci:

A permissividade e o movimento
cenário político nacional

#Dossiê Física

Guy Consolmagno:

*Ondas Gravitacionais - novas
possibilidades para desvendar
o mistério da vida*

#Crise Política

Giuseppe Cocco:

Da Aletheia à Parresia. Vamos ousar na
perspectiva da inovação da democracia?

#Dossiê Física

Mario Novello:

*A retomada do
encantamento
cósmico*

#Dossiê Física

Marcelo Gleiser:

*A detecção das ondas
gravitacionais tornou
concreto o abstrato*

‘Reforma da Previdência Social e o declínio da Ordem Social Constitucional de 1988’ é o tema de capa da revista IHU On-Line desta semana

Em meio a tremenda crise política, econômica e institucional do País, os rumos da seguridade social e o futuro de milhões de brasileiros e brasileiras são tratados nos balcões de negócio do Estado com o sistema financeiro. A assim denominada reforma da previdência, possivelmente em pauta, por iniciativa do Executivo, no Congresso Nacional, é o tema em discussão na edição desta semana da revista IHU On-Line.

Como alerta, **Guilherme Delgado**, economista, “a reforma da Previdência nos termos propostos é apenas o começo do declínio da “Ordem Social Constitucional” de 1988, empurrando o país para uma verdadeira “Ponte para o Passado”.

Participam do debate economistas, pesquisadores, juristas, cientistas sociais e cientistas políticos.

Denise Gentil, pesquisadora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, argumenta que os recursos da Previdência são superavitários, mesmo em tempos de recessão econômica.

Para **Amir Khair**, economista e mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a imposição de cortes na área social representa uma imposição insistente da uma agenda de derrotados.

Guilherme Delgado, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, considera o tema da reforma, nos termos dados, um retrocesso.

O que está em jogo na reforma da previdência, segundo **Maria Lucia Fattorelli**, auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida, é um modelo de sociedade cada vez mais alinhado às perspectivas de mercado.

O professor **Evilasio da Silva Salvador**, da Universidade de Brasília - UnB, critica as decisões do governo que, como de costume, opta pela solução do capitalismo financeiro, cortando despesas da área social para “salvar” a economia.

Evandro José Morello, assessor jurídico da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, aborda a proposta de mudança previdenciária, propondo um para-

digma mais humanista à questão, sobretudo em relação às mulheres trabalhadoras rurais.

Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador da rede Plataforma Política Social, destaca que a disputa política em torno da Previdência é, na verdade, um ataque do sistema financeiro ao pacto social da redemocratização, fundamentado na Constituição de 1988.

O historiador e político **Raul Pont** avalia que a Previdência tem servido de bode expiatório para os interesses do sistema financeiro. “Nesse momento a discussão do sistema previdenciário está capitaneada pela mídia monopolizada e pelos grandes bancos”, sustenta.

Grazielle Custódio David, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, em artigo publicado junto com o tema de capa, reflete sobre a necessidade de uma urgente e pouco participativa reforma previdenciária.

Os cientistas políticos **Rudá Ricci** e **Giuseppe Cocco** refletem, a partir dos sobressaltos políticos da primeira semana de março deste ano, o conturbado momento político brasileiro,

O impacto da recente descoberta das ondas gravitacionais no espaço são o tema das entrevistas com **Guy Consolmagno**, diretor do Observatório Astronômico do Vaticano, **Mario Novello**, do Instituto de Cosmologia Relatividade e Astrofísica - ICRA e **Marcelo Gleiser**, professor do Dartmouth College, em Hanover, nos Estados Unidos.

No segundo ano da publicação, nesta revista, da coluna “Crítica Internacional”, a cargo do Curso de Relações Internacionais da Unisinos, publicamos o artigo Por uma geoestratégia dos povos de **Bruno Lima Rocha**, o professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Unisinos.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Fachada espelhada da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Foto: Andréa Xavier Xavier/Flickr - Creative Commons

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS

(joavvs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS

(leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS

(mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS

(prfachin@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba - PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 **Brasil em Foco - Entrevista da Semana - Rudá Ricci:** A permissividade e o moveção cenário político nacional
- 15 **Brasil em Foco - Entrevista da Semana - Giuseppe Cocco:** Da Aletheia à Parresia. Vamos sair da passividade e ousar na perspectiva das práticas de inovação da democracia?

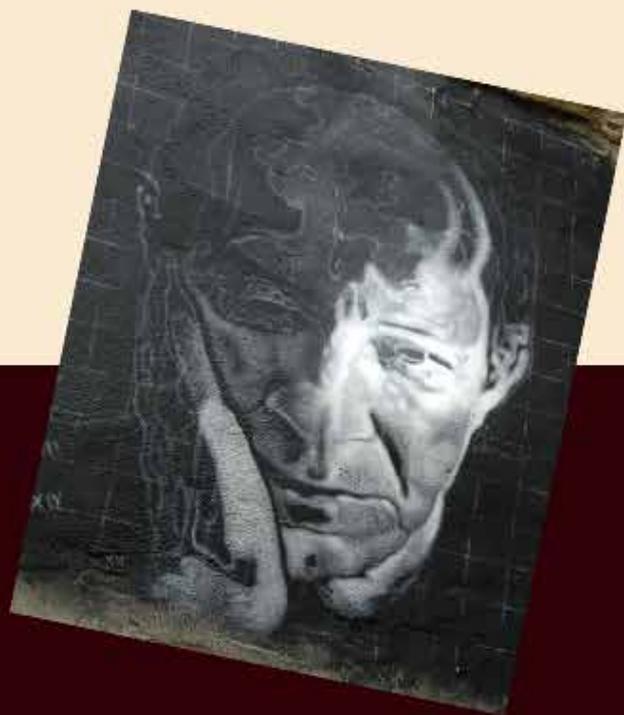
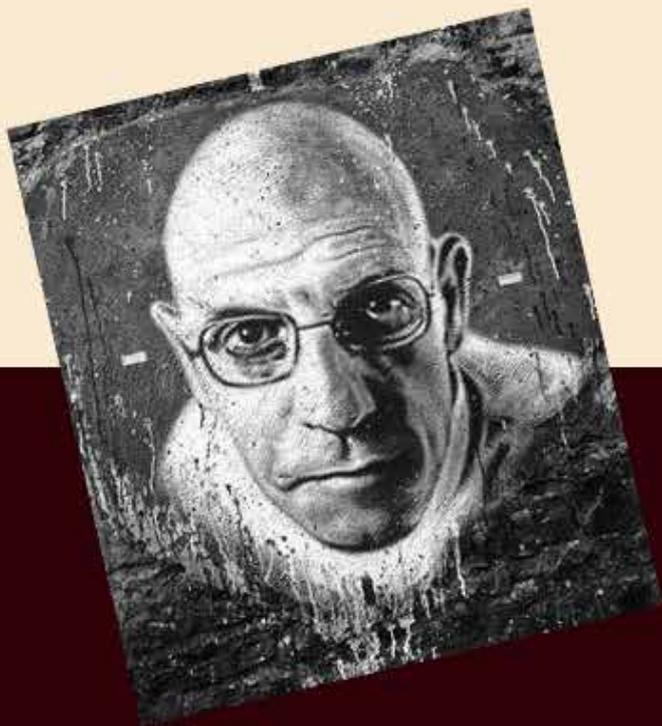
Tema de Capa

- 20 **Maria Lucia Fattorelli:** A contrarreforma previdenciária
- 26 **Guilherme Delgado:** Ponte para o passado
- 32 **Denise Gentil:** Entre a insustentável retórica do déficit e as verdadeiras razões da reforma previdenciária
- 37 **Amir Khair:** A insistente imposição da agenda dos derrotados
- 40 **Evilasio da Silva Salvador:** A insistência em um modelo esgotado
- 45 **Evandro José Morello:** Previdência como política, não como matemática
- 50 **Eduardo Fagnani:** O pacto social da redemocratização em xeque
- 55 **Raul Pont:** Previdência, o bode expiatório da crise econômica
- 59 **Grazielle Custódio David:** Urgência na Reforma da Previdência pra que(m)?

IHU em Revista

- 64 **Agenda de Eventos**
- 66 **#Dossiê Física - Mario Novello:** A retomada do encantamento cósmico
- 73 **#Dossiê Física - Marcelo Gleiser:** A detecção das ondas gravitacionais tornou concreto o que até então era abstrato
- 75 **#Dossiê Física - Guy Consolmagno:** Ondas gravitacionais: novas possibilidades para desvendar o mistério da vida
- 78 **#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos:** Por uma geoestratégia dos povos
- 80 **Publicações**
- 83 **Retrovisor**

Implicações ético-políticas do cristianismo
na filosofia de M. Foucault e G. Agamben.
Governamentalidade, economia política,
messianismo e democracia de massas



16 de março a 22 de junho de 2016

Ministrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz – UNISINOS

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destaques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 29-02-2016 e 04-03-2016 no sítio do IHU.

Trabalho escravo no Brasil: os riscos de passar de vitrine a vidraça

Entrevista com Xavier Plassat, graduado em Ciência Política, coordenador da Campanha da CPT de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, se destaca pela sua atuação na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Publicada em 04-03-2016

Disponível em <http://bit.ly/1QY2uw7>

Quase 20 anos depois de terem sido iniciados os trâmites para o julgamento do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, por conta da sua omissão em relação às denúncias de trabalho escravo no Brasil desde o final da década de 1980, o caso foi novamente julgado na CIDH, na Costa Rica, nos dias 18 e 19 de fevereiro deste ano. Entre os representantes da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL, os peticionários da ação, esteve presente na audiência Frei Xavier Plassat, que há mais de 30 anos denuncia casos de trabalho escravo no Brasil. Na entrevista, concedida à IHU On-Line por telefone, quando retornou da Costa Rica, Plassat contou como aconteceu o processo contra o Estado brasileiro, iniciado em 1998.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Grandes obras como Belo Monte incentivam e fomentam o mercado do sexo no Brasil

Entrevista com Assis Oliveira, graduado em Ciências Jurídicas, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará - UFPA e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. É professor de Direitos Humanos da UFPA e secretário de articulação do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais.

Publicada em 03-04-2016

Disponível em <http://bit.ly/1TYY477>

Que relação existe entre os grandes empreendimentos, como Belo Monte, e o chamado “mercado do sexo”? “Existe um mercado do sexo próprio das grandes obras, que possui um grau de articulação variado, mas que atua há bastante tempo e cuja ação do Estado, em termos de conhecimento e de repressão, ainda está muito aquém do necessário”. A afirmação é de Assis Oliveira, coordenador da pesquisa “Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: percepções sobre exploração sexual e prostituição”, que identificou, entre 2013 e 2014, “um total de seis modalidades distintas de exploração sexual, que envolviam, em maior ou menor intensidade, também a presença de crianças e adolescentes”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

A tipificação de crime de terrorismo no Brasil: A perversidade da lei é a sua própria criação

Entrevista com Adriano Pilatti, graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas pela PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com pós-doutorado em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I - La Sapienza.

Publicada em 02-03-2016

Disponível em <http://bit.ly/1QY3QHi>

A recente aprovação do Projeto de Lei - PL que tipifica o crime de terrorismo no Brasil poderá "ter consequências gravíssimas do ponto de vista das liberdades" e é uma "verdadeira irresponsabilidade" da Presidência da República e do Congresso, diz Adriano Pilatti à IHU On-Line, na entrevista concedida por e-mail. Além disso, pontua, a nova lei, caso seja sancionada pela presidente Dilma, será uma "inutilidade, pois a grande maioria das condutas tipificadas como crimes de terrorismo já são tipificadas como crimes comuns". Para Pilatti, a "perversidade essencial" do PL pode ser vista tanto na "amplitude de suas definições" como na "vagueza dos termos em que são estabelecidas".



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

“O dinheiro, a ação do dinheiro, está enterrando o Estado e a política”

Entrevista com Tarso Genro, graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e especialista em Direito Trabalhista pela mesma universidade. Sempre pelo Partido dos Trabalhadores - PT, Tarso Genro foi governador do Rio Grande do Sul (2010-2014), Ministro da Educação (2004-2005), Ministro das Relações Institucionais (2006-2007), Ministro da Justiça (2007-2010) e prefeito de Porto Alegre (1993-1997 e 2001-2002).

Publicada em 01-03-2016

Disponível em <http://bit.ly/1LF4tTJ>

Desde que deixou o governo do Rio Grande do Sul, o advogado e político petista Tarso Genro não poupa seu partido de críticas no que diz respeito às escolhas levadas a cabo pelo governo federal. Ao analisar o cenário conjuntural, ele engrossa o coro de quem considera que o modelo político hegemônico do PT se esgotou, e faz uma autocrítica: "O PT estava e está no fim de um ciclo, exatamente porque não nos preparamos para a continuidade das mudanças que teríamos de fazer na sociedade brasileira, através de uma reforma política, da democratização dos meios de comunicação, da reforma tributária e da reestruturação da nossa política de alianças, que já é, hoje, uma aliança conservadora", avalia, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Antropoceno: ou mudamos nosso estilo de vida, ou vamos sucumbir

Entrevista com Wagner Costa Ribeiro, graduado em Geografia, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e Ciência Ambiental da USP.

Publicada em 29-02-2016

Disponível em <http://bit.ly/1oPxtgW>

O consumo exagerado, que anseia sempre o novo e descarta com facilidade quaisquer objetos, é o comportamento que tem predominado na sociedade. Com o aumento da capacidade de produção em nome do lucro, a oferta de produtos de toda ordem se amplia cada vez mais e, no sentido oposto, alguns recursos naturais já dão sinais de esgotamento. Essas são algumas das características do tempo em que vivemos e que os estudiosos têm denominado de Antropoceno. Conforme ressalta, em entrevista por telefone à IHU On-Line, o geógrafo Wagner Costa Ribeiro, a importância e grande diferença do Antropoceno em relação às eras anteriores é que "pela primeira vez na história geológica da natureza - das eras - se assumiu a espécie humana como principal força motriz de transformação da superfície terrestre, com consequências tanto na biosfera quanto na litosfera e atmosfera".



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 29-02-2016 e 04-03-2016, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana

Nova fase da Operação Lava Jato chega ao ex-presidente Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o principal alvo da 24ª fase da operação Lava Jato, realizada na manhã da última sexta-feira. Agentes da Polícia Federal chegaram ao apartamento do petista em São Bernardo do Campo por volta das 6h para cumprir ordem de busca e apreensão emitida pelo juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná, responsável pelos processos da operação em primeira instância. Além disso, Lula é alvo de um mandado de condução coercitiva (quando o investigado é obrigado a depor).

A informação é de Gil Alessi, publicada por El País, em 04-03-2016.

O ex-presidente é suspeito de ter recebido vantagens indevidas de empreiteiras durante e após seu mandato, como a reforma de um sítio frequentado por ele em Atibaia e de um apartamento triplex no Guarujá.

Leia mais em <http://bit.ly/1pqvVus>

As suposições sobre o caso Delcídio

“A operação deflagrada na manhã da última sexta-feira, visando levar Lula coercitivamente para depor, resolve o enigma. O vazamento foi preparação para ela”. Segundo o jornalista, “explica também a saída do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. E pode esclarecer, também, a conduta da Procuradoria Geral da República: o depoimento de Delcídio estava com ela”. E pergunta: “Explicaria também o fato do relatório sair em uma revista alinhada com Aécio, por uma repórter próxima a Cardozo?”

O comentário é de Luis Nassif, jornalista, publicado por Jornal GGN, em 04-03-2016.

Vamos ao nosso jogo de xadrez sobre o terremoto político da última quinta-feira, com a notícia sobre a suposta delação premiada do senador Delcídio do Amaral.

Leia mais em <http://bit.ly/1oV0tSX>

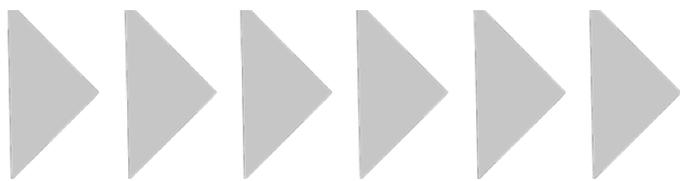
Não é o shortinho, é o que o shortinho representa

O abaixo-assinado Vai ter shortinho sim, feito por alunas do tradicional Colégio Anchieta, em Porto Alegre, fez verão na mídia aqui do sul durante toda a última semana. No manifesto que acompanha a petição - que já conta com mais de 20 mil apoiadores - as gurias exigem que algumas regras do vestuário sejam alteradas pela escola. Criada por alunas do ensino médio e acompanhada por uma carta aberta aos coordenadores e diretores da instituição, a ação tipicamente feminista deixou muita gente confusa.

A reportagem é de Joanna Burigo, publicada por CartaCapital, em 02-03-2016.

No comovente manifesto, meninas entre 13 e 18 anos exigem que a escola se ocupe de ensinar respeito em vez de ditar o que elas podem ou não vestir, explicam que regulações acerca da indumentária feminina reforçam a ideia de que assediar é da natureza do homem, e pedem que a escola abandone a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção da violência sexual.

Leia mais em <http://bit.ly/24GrjAC>



‘Banalização de quebra de sigilo pode levar à sociedade de vigilância’, diz pesquisador

Um dos principais nomes nas áreas de governança e estrutura da internet no Brasil, o advogado Ronaldo Lemos, diretor e fundador do Instituto de Tecnologia Social, avalia que a prisão do vice-presidente do Facebook para a América Latina constitui um “exagero e um equívoco” e adverte que a banalização da quebra de sigilo na internet pode levar a uma “sociedade de vigilância”. Em entrevista à BBC Brasil, Lemos analisou os potenciais impactos da decisão no Brasil e em outros países.

A entrevista é de Jefferson Puff, publicada por BBC Brasil, 01-03-2016.

Professor de direito na UERJ, mestre em direito pela Universidade de Harvard e pesquisador visitante do MIT Media Lab e da Universidade de Oxford, Lemos foi um dos idealizadores do Marco Civil da Internet, lei aprovada em 2014.

Leia mais em <http://bit.ly/1QY8hBS>

Governo ‘está chutando’ sobre zika e pode protagonizar ‘escândalo global’, diz professor da USP

Apesar de o ministro da Saúde, Marcelo Castro, dizer que não há mais dúvidas de que o zika causa microcefalia em recém-nascidos, há quem questione a afirmação e critique o tom de certeza do governo. “É questão superada”, disse recentemente Castro, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo. “A causa da epidemia de microcefalia é o vírus da zika. O que não tem resposta ainda é se o vírus é causa suficiente para provocar microcefalia ou se precisa de alguns fatores contribuintes.”

A reportagem é de Ruth Costas e Ingrid Fagundez, publicada por BBC Brasil, em 01-03-2016.

Para o professor de epidemiologia da USP, Alexandre Chiavegatto, porém, qualquer cientista que analisar com rigor as evidências que vêm sendo enumeradas pelo ministro para provar essa relação causal se dará conta de que elas são insuficientes.

Leia mais em <http://bit.ly/1QY7FfA>

“Que o eco de ‘Spotlight’ chegue ao Vaticano. É hora de proteger as crianças”

Ao retirar a estatueta da “Academy”, o produtor de ‘Spotlight’, Michael Sugar, dirigiu-se diretamente à Santa Sé: “Este filme deu voz aos sobreviventes, e o Óscar amplia esta voz. Esperemos que se converta em um coro, capaz de ressoar até o Vaticano. Papa Francisco: chegou a hora de proteger as crianças e de restaurar a fé”.

A reportagem é de Paolo Mastrolilli, publicada por Vatican Insider, em 01-03-2016. A tradução é do Cepat.

Foi uma surpresa o filme dedicado aos abusos sexuais cometidos por sacerdotes em Boston e ao acobertamento do então cardeal Law, e poderia parecer um ‘complô’ de Hollywood para golpear a Igreja. Porém, o Vaticano estava pronto e há tempo havia optado pela linha de não contra-atacar, mas, ao contrário, de escutar as razões e buscar soluções.

Leia mais em <http://bit.ly/21c7dK8>



BRASIL EM FOCO - Entrevista da Semana

A permissividade e o movediço cenário político nacional

Para Rudá Ricci, a confusão entre os papéis das instituições brasileiras vai além de investigar e depurar a corrupção, fazendo ferver todo o atual sistema representativo

Por João Vitor Santos

O Brasil começa esta semana como encerrou a última, sob os holofotes da cobertura política e sem fôlego. No cardápio da baixela política, há opções para todos os gostos: das denúncias de que construtoras pagaram as contas de campanha de 2010 de Dilma Rousseff ao senador Delcídio do Amaral, ex-líder do governo e ex-preso, que girou a roleta russa de acusações; da condução do ex-presidente Lula à Polícia Federal à decisão do STF de que Eduardo Cunha, atual presidente da Câmara, é réu na investigação da Lava-jato. Para o cientista social e professor Rudá Ricci, esses últimos acontecimentos não revelam só o "limite do sistema de representatividade vigente", mas também o "limite da permissividade com a imprensa nacional. Não se trata de censura, mas de impor responsabilidade a uma função social", dispara.

Na entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line, Ricci destaca que não é só a imprensa que confunde papéis. Há também uma liberalização nociva entre os limites constitucionais das instituições públicas, é o que se chama de "o mais rebaixado momento das instituições públicas nacionais". "A ação da Polícia Federal, vazando informações sigilosas, e de certas manifestações do judiciário revela uma profunda degradação de várias de nossas instituições públicas", analisa.

A saída, para Ricci, pode ser extrapolar a ideia de participação popular via reforma política ou a constituição de um novo pacto societário. "O Estado brasileiro precisa ser mais poroso ao cidadão. Precisamos aumentar o grau de controle social sobre o Estado", indica. Entretanto, reconhece que "o medo dos ultraconservadores é que as elites percam privilégios, já que a maioria dos brasileiros é pobre".

Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e colunista Político da Band News. É autor de *Terra de Ninguém* (Ed. Unicamp), *Dicionário da Gestão Democrática* (Ed. Autêntica), *Lulismo* (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto), coautor de *A Participação em São Paulo* (Ed. Unesp), entre outros.

A entrevista foi publicada nas "Notícias do Dia", publicadas na página eletrônica do IHU, em 07-03-2016.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como avalia os acontecimentos da última semana da Operação Lava Jato, desde a suposta delação premiada de Delcídio Amaral, o suposto pagamento das contas da campanha de

Dilma Rousseff por empreiteiras e as buscas na casa e depoimento do ex-presidente Lula? E qual a repercussão política do fato de Eduardo Cunha ter se tornado réu da Lava Jato?

Rudá Ricci - Em jornalismo, suposição não é dado, não é fato. Suposição é ilação ou interpretação. Assim, qualquer analista sério tem que se distanciar do carnaval midiático que se está fazendo com su-



Se comprovarem algo, parte do sistema partidário será destruído como ocorreu na Itália

posição. Quais são os cenários possíveis? O primeiro é de uma onda macarthista¹ que parece tentar se formar no horizonte. Se assim for, tudo será arrastado sem provas ou cuidados básicos que definem um Estado de Direito.

Se isto ocorrer, deverá ocorrer o que aconteceu nos Estados Unidos da América - EUA: após a onda, tudo será desautorizado e refeito. Com o ônus que toda histeria coletiva causa. Nos EUA, 10 pessoas cometeram suicídio em função do macarthismo.

O segundo cenário é mais ameno: não se prova nada. Neste sentido, os acusados - sendo o principal, Lula - explorarão o atestado de idoneidade e desautorizarão todos os principais envolvidos nesta caçada. Lembremos a lição de César Bórgia²: para se salvar, melhor de-

capitar os generais que cumpriram as tarefas que mandou e se atirar aos braços do povo.

Há outros cenários intermediários, como uma luta intestina sem fim, a venezuelização do Brasil com luta de rua, o aumento vertiginoso da rejeição de todos políticos brasileiros e até crise institucional, com parte da população deslegitimando a maioria das instituições públicas do país. Os cenários são todos ruins. Talvez, estejamos precisando de um Ulysses Guimarães³ para colocar arrumação nesta "farragem de república".

IHU On-Line - Em que medida a avalanche de acusações/denúncias que abarcam agentes políticos desde a esquerda até a direita é sintoma de que o atual sistema de representação chega a um limite?

Rudá Ricci - Não chegamos somente ao limite do sistema de representação vigente, o que parece evidente. Chegamos ao limite da permissividade com a imprensa nacional. Não se trata de censura, mas de impor responsabilidade a uma função social. Grande parte dos jornais descumpra regras legais, como manutenção do sigilo judicial. Confunde notícia com opinião. Manipula. Faz campanha. A lógica processual inquisitória

também meios-irmãos de mães desconhecidas, e entre eles está Pedro Luís de Borja e Girolama Borja. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Ulysses Guimarães (1916-1992): político e advogado brasileiro, foi presidente da Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988. Foi um dos grandes apoiadores da redemocratização do Brasil, cuja campanha ficou conhecida como Diretas Já. (Nota da **IHU On-Line**)

depõe contra o Estado de Direito. Ninguém é culpado sem sentença.

Perceba que esta lógica tem ligação direta com os casos de linchamento no Brasil. Somos o campeão de linchamentos (um por dia, segundo pesquisa do professor José de Souza Martins⁴). O linchamento é a justiça com as próprias mãos. A ação da Polícia Federal, vazando informações sigilosas, e de certas manifestações do judiciário revela uma profunda degradação de várias de nossas instituições públicas. Uma crise parece tentar alimentar a outra, num sistema de fuga das responsabilidades.

Em outras palavras, o erro de um poder parece autorizar o erro de outro e, assim, acusar os partidos parece autorizar ações que avançam contra o Estado de Direito e flertam com o abuso de poder. Estamos vivendo o mais rebaixado momento das instituições públicas nacionais.

IHU On-Line - Como compreender a questão de fundo da Operação Lava Jato num contexto de crise de representatividade?

Rudá Ricci - A Operação Lava Jato teve três momentos distintos. O início, quando emparedou os corruptores, grandes empresas nacionais. A partir daí, todo sistema partidário estaria sob suspeição e foi efetivamente um bom início de investigação. Contudo, já no segundo momento, a linha de investigação começou a se perder. A partir daí, o foco passou a ser o governo federal e, em especial o PT. Neste momento, ficava evidente que o alvo era Lula. Veio à tona motivações partidárias, incluindo familiares diretos de juízes envolvidos. As operações começaram a ser mais midiáticas e

4 José de Souza Martins (1938): escritor e sociólogo brasileiro, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Foi professor visitante da Universidade da Flórida, Estados Unidos, e da Universidade de Lisboa, Portugal. É professor honoris causa da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal da Paraíba. (Nota da **IHU On-Line**)

espetaculosas, algo que não condiz com o poder judiciário.

Finalmente, chegamos à fase atual: o foco é Lula. Começaram a ocorrer vários escorregões, como o caso do barquinho de alumínio, o que mais consolidou a imagem de Lula operário que de enriquecimento ilícito. Finalmente, o cerco a Lula, seus familiares e diretores do Instituto Lula. Se não se provar nada em relação a esta última linha de investigação, várias instituições estarão profundamente desmoralizadas. E teremos, evidentemente, que recoloca-las no eixo do equilíbrio e racionalidade que define a responsabilidade estatal.

Contudo, se comprovarem algo, parte do sistema partidário será destruído como ocorreu na Itália. Ocorre que, desde os Mãos Limpas⁵, nunca mais a Itália se reequilibrou politicamente. Enfim, falta equilíbrio e maturidade ao país.

IHU On-Line - Como compreender a relação entre a crise na política brasileira e a crise da representatividade?

Rudá Ricci - São duas faces da mesma moeda. Veja que todos principais líderes e nomes que se projetam para 2018 têm índices de rejeição ao redor de 50%. E todos estão tendo queda de popularidade, com exceção de Marina Silva⁶.

5 Operação Mãos Limpas (ou Mani pulite): foi uma investigação judicial de grande envergadura na Itália, tendo início em Milão, que visava esclarecer casos de corrupção durante a década de 1990, na sequência do escândalo do Banco Ambrosiano em 1982, que implicava a Máfia, o Banco do Vaticano e a loja maçônica P2. A Operação Mãos Limpas levou ao fim da chamada Primeira República Italiana e ao desaparecimento de muitos partidos políticos. Alguns políticos e industriais cometeram suicídio quando os seus crimes foram descobertos. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Marina Silva (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à Presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Também foi candidata à presidência em 2015 pelo PSB, depois da morte de Eduardo Campos. Marina era vice de Campos e acabou assumindo a chapa. (Nota da **IHU On-Line**)

Os três principais partidos estão profundamente debilitados.

Pesquisa IBOPE encomendada pelo jornal Estado de São Paulo revelou que se as eleições fossem hoje, 50% das prefeituras governadas pelo PMDB iriam para a oposição; o mesmo para 45% das prefeituras governadas pelo PSDB e 33% das governadas pelo PT. Abrimos um fosso de legitimidade. A desconfiança é generalizada. O Latinobarômetro⁷ revelou recentemente que o Brasil é o país com menor índice de confiança em sua população: apenas 7% dos brasileiros confiam em seu vizinho ou em outros brasileiros.

“

Estamos vivendo o mais rebaixado momento das instituições públicas nacionais

Enfim, estes exageros e espetáculos acusatórios, em que quem acusa julga e se apraz com ações dramáticas, parece ter passado do ponto do razoável. Weber⁸ dizia

7 Latinobarómetro Corporation: ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago do Chile que investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo, usando indicadores que medem as atitudes públicas, valores e comportamentos. Os resultados são utilizados pelo parceiro político na região. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. Ética protestante e o espírito do capitalismo (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o **IHU** publicou Cadernos **IHU** em Formação nº 3, 2005, chamado Max Weber – o espírito do capitalismo disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Reperendo os Clássicos da Economia, promovido pelo **IHU**, intitulada Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo. (Nota da **IHU On-Line**)

que a responsabilidade política impede que se faça o que se quer e até mesmo que se fale a verdade a qualquer custo. Freud⁹ também condenava o descontrole da pulsão, por mais verdadeira que ela seja. No fim da vida, percebeu que a sublimação é sinal de saúde mental. Esta busca da destruição de tudo pode custar caro à estabilidade do país.

IHU On-Line - Que leitura o senhor faz das críticas internas no PSDB e das críticas petistas ao governo Dilma? Qual é a questão de fundo em cada uma das situações e o que as permeiam?

Rudá Ricci - Luta pelo poder. Quando era jovem, um experiente líder sindical me disse que onde há poder há disputa. E onde há muito poder, a disputa é quase sangüinária e, quase sempre, amoral.

Ao farejar a possibilidade de ascender ao poder, o PSDB promove uma crise fratricida. O problema fica mais grave quando o PSDB não emplaca nomes com popularidade suficientes para garantir a vitória eleitoral. Assim, governistas e oposicionistas vivem um Dilema de Sísifo¹⁰. Ambos patinam. Enfim,

9 Sigmund Freud (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título Sigmund Freud. Mestre da suspeita, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa Freud e a religião, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos Cadernos **IHU** em formação tem como título Quer entender a modernidade? Freud explica, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 O mito de Sísifo é um ensaio filosófico escrito por Albert Camus, em 1941. No ensaio, Camus introduz sua filosofia do absurdo: o do homem em busca de sentido, unidade e clareza no rosto de um mundo ininteligível desprovido de Deus e eternidade. Será que a realização do absurdo exige o suicídio? Camus responde: “Não. Exige revolta”. Ele então

os maiores desentendimentos num grupo ocorrem no sucesso vertiginoso - todos querem recompensas fartas imediatas - ou no fracasso iminente - todos querem se safar do naufrágio. A situação piora quando sucesso e fracasso se misturam, deixando os cenários absolutamente imprevisíveis.

IHU On-Line - O quanto o atual sistema de representação limita e condiciona as possibilidades do regime democrático? Como radicalizar a democracia?

Rudá Ricci - Nós só teríamos uma saída institucional no momento: a reforma política ou, como dizem os neocontratualistas, a constituição de um novo pacto societário que anime e alimente as instituições públicas. Mas os ultraconservadores, liderados pela irresponsabilidade dos discursos de Ives Gandra Martins¹¹, destruíram esta ponte sob o argumento de ser "bolivarianista".

A irresponsabilidade foi tal que não se envergonharam em desautorizar as políticas definidas pelo Banco Mundial como "good governance", justamente porque legitimam as instituições e alimentam a coesão social. Enfim, o Estado brasileiro precisa ser mais poroso ao cidadão. Precisamos aumentar o grau de controle social sobre o

descreve várias abordagens do absurdo na vida. O último capítulo compara o absurdo da vida do homem com a situação de Sísifo, uma personagem da mitologia grega, condenado a repetir sempre a mesma tarefa de empurrar uma pedra até o topo de uma montanha, sendo que, toda vez que estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível, invalidando completamente o duro esforço despendido. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Ives Gandra da Silva Martins** (1935): advogado tributarista, professor, escritor e jurista brasileiro.

Atualmente é o presidente do Centro de Extensão Universitária, professor emérito da Universidade Mackenzie e doutor honoris causa pela PUC-PR, FMU Faculdades Metropolitanas Unidas e Centro Universitário FIEO. Membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Ordem dos Advogados, seção de São Paulo, conselheiro vitalício do São Paulo Futebol Clube e ex-presidente do Conselho Consultivo do São Paulo Futebol Clube. (Nota da **IHU On-Line**)

Estado. O medo dos ultraconservadores é que as elites percam privilégios já que a maioria dos brasileiros é pobre, destino de países com alta desigualdade social como o nosso.

“

Todas lideranças políticas que pregaram a conciliação de interesses fracassaram no Brasil

IHU On-Line - Os movimentos sociais das décadas de 80 e 90 mostram sinais de esgotamento? Por quê? Como se organizam os movimentos sociais na atualidade?

Rudá Ricci - São fantasmas necessários. Por que necessários? Porque continuamos um país profundamente desigual. Assim, demandas pelo direito à moradia e segurança no trabalho ou acesso à saúde pública ainda são essenciais.

Por que são fantasmas? Porque a dinâmica social se alterou. Os jovens não são mais socializados pelas igrejas, escolas ou famílias. São socializados pelas redes sociais, suas famílias virtuais. Os ingleses denominam essas comunidades fechadas de "pares de idade", onde aprendem costumes, valores, comportamentos. As famílias estão abandonando seus filhos, diminuindo drasticamente o tempo de convivência familiar.

Forja-se, assim, uma nova teia societária, marcado pelo comunitarismo, pela identidade afetiva, pela intolerância ao diferente, pelo hedonismo, pela mobilização social provisória. A tendência é diminuir organizações duradouras e movimentos estruturados por mobilizações tópicas e provisórias, profundamente emocionais.

IHU On-Line - Quais os caminhos possíveis para uma nova política econômica-social nacional, capaz de realinhar um progresso democrático horizontalizado capaz de superar esse estado de crises?

Rudá Ricci - Acredito que o surgimento de uma nova força política, para além do Fla-Flu atual. Não será algo para poucos meses de gestação. Porque o fiel da balança de todo sistema partidário é o PMDB. Ele é o mediador real dos governos tucanos e lulistas. Um partido definido nos municípios, na realidade local, de natureza clientelista. Portanto, quebrar o atual sistema político-partidário significa quebrar esta lógica atomizada e clientelista do poder local em nosso país. Sem isto, continuaremos nos desgastando ano após ano.

IHU On-Line - De que forma as eleições municipais de 2016 podem pôr em xeque o atual sistema de representação? Quais as particularidades desse jogo eleitoral e como deve influenciar o cenário nacional?

Rudá Ricci - Não haverá mudança a partir destas eleições. Veja que vários partidos desgastados estão se utilizando de siglas menores com satélites para poder reeleger seus expoentes locais. Há relatos sobre uso, pelo PT, de siglas como a Rede, Pros e até PMDB e PCdoB. Enfim, o país sairá mais plural em termos de siglas que governarão os municípios, mas dificilmente sabremos se não será apenas aparência. Não percebo movimentação nos municípios que gere uma energia transformadora. Percebo mais passividade e ressentimento.

IHU On-Line - O que esperar das campanhas em 2016 depois das mudanças nas regras para financiamento de campanhas e das prisões que revelam o submundo da corrida do marketing eleitoral?

Rudá Ricci - Podemos esperar duas situações ou tendências. A primeira é um baixíssimo índice de reeleição. Algo girando ao redor de 30% a 35%. Seria uma queda pro-

funda em relação ao que ocorreu na eleição retrasada, cujo índice girou ao redor de 70%.

A segunda tendência é aumentar o monopólio da representação. Com menos dinheiro, os financiadores - alguém duvida que o Caixa 2 continuará existindo? - concentrarão suas apostas nos candidatos mais viáveis. Deixarão de investir em todos candidatos como ocorria nos últimos anos. Se combinarmos as duas tendências, teríamos uma tendência de vitória a candidatos oposicionistas tradicionais, da velha tradição partidária brasileira. Não necessariamente de direita, mas tradicionais. A inovação, como já disse, não virá com a eleição deste ano.

IHU On-Line - O que o discurso da conciliação, a coalizão política e de interesses, revela sobre o atual cenário político nacional que oscila entre manchetes das operações Lava Jato e Zelotes, impeachment, contas na Suíça, enriquecimento de agentes políticos, poder das empresas que realizam os megaprojetos de infraestrutura?

Rudá Ricci - Que todas lideranças políticas que pregaram a conciliação de interesses fracassaram

no Brasil. Que um país profundamente desigual não tem como se conciliar sem que "o almoço seja pago por alguém". Temos que coibir a sonegação fiscal de ricos, a segunda do mundo segundo o Banco Mundial. Temos que coibir o uso político pelos empresários do setor de comunicação, absolutamente dependentes dos recursos estatais (via publicidade oficial) e, portanto, sem talento empresarial de fato. Temos que fazer escolhas: ou continuamos um país elitista e desigual ou enfrentamos esta mazela histórica e impomos limites à ganância e privatização dos recursos públicos.

“

Chegamos ao limite da permissividade com a imprensa nacional

IHU On-Line - O que a derrota de Cristina Kirchner, na Argentina; a derrota de Evo Morales no referendo que o perpetuaria mais uma vez no poder na Bolívia e o desgaste do PT governo no Brasil,

entre outros revezes da esquerda, revelam sobre o ciclo da esquerda da latino-americana no poder? Como conceber novos caminhos a essa esquerda?

Rudá Ricci - Nada, em tese. Mas algo em termos de alimento para quem é conservador ou detesta políticas distributivas. A questão é que o peronismo ou a concepção comunitarista radical do MAS boliviano não têm relação alguma com o lulismo. O lulismo é rooseveltiano¹². Não desfechou nenhuma ação pela participação popular ou a democracia deliberativa. Abandonou o orçamento participativo. Não houve nenhum incentivo ao comunitarismo ou nacionalismo radical.

O lulismo foi muito mais sofisticado. Mas o pensamento conservador no Brasil é tacanho e vive de clichês. Para eles, o mundo é dividido em trevas e em reflexos no espelho. ■

¹² **Franklin Delano Roosevelt** (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos. Realizou quatro mandatos e morreu durante o último. Durante sua estadia na Casa Branca, enfrentou o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Seu governo baseou-se no "new deal", teoria proposta por Keynes depois da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. (Nota da IHU On-Line)

LEIA MAIS...

- A arena de combates do impeachment e o Brasil jogado aos leões. Entrevista especial com Rudá Ricci, publicada nas Notícias do Dia, de 14-12-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1LFdVGx>.
- Crise política brasileira e os riscos da venezuelização. Entrevista especial com Rudá Ricci, publicada nas Notícias do Dia, de 16-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível <http://bit.ly/1Tf5Mew>.
- O enorme fosso entre as ruas e a política institucional. Entrevista especial com Rudá Ricci, publicada nas Notícias do Dia, de 17-03-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível <http://bit.ly/1QYaQUw>.
- O crescimento do Syriza e do Podemos. Algo a ver com o Brasil? Entrevista especial com Rudá Ricci, publicada nas Notícias do Dia, de 08/02/2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível <http://bit.ly/21caGbz>.
- O PT a reboque do lulismo. Entrevista especial com Rudá Ricci, publicada nas Notícias do Dia, de 10-09-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível <http://bit.ly/1QYb6Ti>.



BRASIL EM FOCO - Entrevista da Semana

Da Aletheia à Parresia. Vamos sair da passividade e ousar na perspectiva das práticas de inovação da democracia?

Para Giuseppe Cocco, as manifestações de junho de 2013 já prenunciaram “que esse sistema estava podre”, agora, o “apodrecimento” está sendo mostrado no plano judiciário

Por Patrícia Fachin

Anova fase da investigação da Operação Lava Jato, batizada como Aletheia, que significa o desvelamento da verdade, “transforma em termos judiciários o que poderia ser uma crítica política, quando Lula embarcava no jatinho da OAS para ir defender a construção de estradas no Território Indígena Parque Nacional Isiboro Secure - Tipnis, na Bolívia”, diz Giuseppe Cocco à **IHU On-Line**.

Para o cientista político e crítico das ações do PT, a condução coercitiva do ex-presidente Lula e de pessoas ligadas a ele na manhã de hoje já “estava anunciada” dado o ritmo das investigações. Segundo ele, a “Lava Jato tem uma base de legitimidade” e “representa um novo funcionamento das instituições, de uma nova geração de juízes”, e “não dá para criticá-la em si”.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por telefone na manhã da sexta-feira, 04-03-2015, Cocco disse que a “questão que se coloca hoje é se o PT irá conseguir reproduzir aquela polarização falsa que ele produziu em outubro de 2014 - à época da campanha eleitoral -, criando a atual passividade que leva toda a esquerda e as lutas populares para o mesmo túmulo. Espero que essa tática do PT não funcione mais. Além do mais, corremos o risco, o PT optando por essa linha, de o país ir para um enfrentamento absurdo, como está tentando hoje a torcida dos militantes em Congonhas e em São Bernardo”.

E questiona: “Me parece que a chamada para manifestações é politicamente irresponsável: mobilização para defender as empreiteiras? A outra questão, aquela que interessa, é saber se vamos sair dessa passi-

vidade e colocar a questão de uma verdadeira reforma política e de uma constituinte”.

Cocco diz ainda que a gravidade do depoimento do ex-presidente Lula à Polícia Federal não se deve ao fato de estar depondo, mas por “ter participado de um esquema de interesse do grande capital nacional (...) Está sendo interrogado por ter alimentado com isso uma campanha eleitoral pelos interesses das empreiteiras e por fora até do caixa 2, por ter feito um ajuste recessivo no ano passado junto com a Dilma, que levou a milhões de desempregados depois de cortar o seguro desemprego, que levou à quebra da Petrobras até tornar sua privatização inevitável”. E conclui: “Nós precisamos pensar não na Aletheia, mas na Parresia: na coragem da verdade, em ousar não apenas saber, mas também saber ousar, colocar tudo isso na perspectiva das práticas de inovação da democracia”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova, é mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), é doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes. Coordena a coleção A Política no Império (Civilização Brasileira).

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, publicadas na página eletrônica do IHU, em 06-03-2016.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como analisa os desdobramentos da Investigação Lava Jato e a sequência de fatos dos últimos dias e a nova fase da Operação, Aletheia, com a condução coercitiva do ex-presidente Lula na manhã de hoje?

Giuseppe Cocco - Isso já estava no ar e já estava anunciado tanto pelo desenvolvimento da Operação Lava Jato, como pelo vazamento das últimas notícias nos jornais. A situação mostra que um sistema está desmoronando. Trata-se de ver se agora a Operação vai ficar só no PT ou se vai "pegar o esquema" que não envolve, obviamente, somente o PT.

Nunca acreditei que a polícia e os juizes resolvam alguma coisa em termos políticos e não é agora que vou mudar de ideia. Mas, se a democracia é constrangida, as eleições mentirosas, o poder uma questão de grana, o exército na Maré, os Estádios, a Zika, a crise destruindo os empregos, a inflação comendo o poder de compra dos mais pobres, as máfias dos transportes mandando nas cidades, o moralismo usado à geometria variável (contra os outros e claro não contra si mesmo), então, alguém vai ocupar esse espaço, fazer alguma coisa, convencido que está fazendo a coisa justa.

IHU On-Line - A Operação Lava Jato representa um avanço do ponto de vista institucional ou não?

Giuseppe Cocco - Em si não representa um avanço, mas pode-se dizer que representa um novo funcionamento das instituições, de uma nova geração de juizes, que pode ter desdobramentos positivos ou negativos, mas não dá para criticá-la em si.

A Lava Jato tem dois determinantes do ponto de vista material, que ela transforma em termos judiciários: um são as manifestações de junho, que o PT e os políticos subestimaram - é espantoso pensar que o PT achou que iria resolver isso com a propaganda dos "coxinhas" -; e o segundo determinante

é que, com a desculpa do nacional desenvolvimentismo, se criou a renovação de um pacto de amigos, que deixou de fora muita gente - não é à toa que São Paulo está indignada com esse sistema, porque ela tem um tecido produtivo prejudicado por esse espólio que ficou por trás do PT e do PMDB (também dos tucanos nos estados, pois esse é o modo de funcionamento material da representação).

Então, a Lava Jato tem essa base de legitimidade, mas ela não vai resolver a situação. Se repressão e prisão mudassem alguma coisa, já teríamos resolvido a questão da violência. Mas dizer isso não significa dizer que ela é inútil ou é um golpe.

A questão que se coloca hoje é se o PT irá conseguir reproduzir aquela polarização falsa que ele produziu em outubro de 2014 - à época da campanha eleitoral -, criando a atual passividade que leva toda a esquerda e as lutas populares para o mesmo túmulo. Espero que essa tática do PT não funcione mais.

Além do mais, corremos o risco, o PT optando por essa linha, de o país ir para um enfrentamento absurdo, como está tentando hoje a torcida dos militantes em Congonhas e em São Bernardo. Parece-me que a chamada para manifestações é politicamente irresponsável: mobilização para defender as empreiteiras? A outra questão, aquela que interessa, é saber se vamos sair dessa passividade e colocar a questão de uma verdadeira reforma política e de uma constituinte.

As manifestações de junho de 2013, na fase de maior maturidade, tinham decretado que esse sistema estava podre e agora está se mostrando isso no plano judiciário.

Agora, a questão é: se isso não for preenchido por uma mobilização democrática e independente, não vai adiantar nada, porque em contrapartida, isso pode ser preenchido também de maneira reacionária.

Para quem está preocupado com a democracia, o maior perigo é

que a maioria dos intelectuais e da esquerda fique paralisada pela renovação de uma polarização que além de ser falsa, é um puro produto de marketing, esse também pago pelas empreiteiras.

Qual é a argumentação do governo diante da Lava Jato? Por um lado, dizer que todo o mundo faz (até chegar a essa campanha rasteira do FHC com a amante e tal), como se isso justificasse alguma coisa. Pelo outro, dizendo que é moralismo. Mas, o que fizeram contra a Marina em outubro de 2014 não foi uma campanha moralista e infame?

IHU On-Line - Parte da militância do PT e do partido já assumiu o discurso de que essa nova fase da Operação Lava Jato é uma tentativa de atingir o PT e alguns afirmaram ainda que trata-se de uma ilegalidade e ofensiva contra o ex-presidente, ou ainda que é uma reação da Polícia Federal à troca do Ministro da Justiça.

Giuseppe Cocco - Toda manifestação é legal e legítima (contrariamente ao que quer a lei antiterrorismo que a presidente mandou votar em regime de urgência e até um editorial da Folha de São Paulo definiu como um retrocesso absurdo), mas esse tipo de discurso, se ele funcionar à esquerda, manterá a passividade e a impossibilidade de a esquerda assumir um discurso positivo e a levará para o mesmo buraco do PT. Espero que não funcione, porque é um discurso falso e mentiroso: um mero produto do cinismo e do marketing; isso que é corrupção!

O que é grave (politicamente e não moralmente) é que o Lula está sendo interrogado por ter participado de um esquema de interesse do grande capital nacional e não por ter radicalizado a reforma agrária, aumentado o Bolsa Família ou demarcado as terras indígenas. Está sendo interrogado por ter alimentado com isso uma campanha eleitoral pelos interesses das empreiteiras e por fora até do caixa 2, por ter feito um ajuste recessivo no ano passado junto com

a Dilma, que levou a milhões de desempregados depois de cortar o seguro desemprego, que levou à quebra da Petrobras até tornar sua privatização inevitável (aliás, os trabalhadores da Petrobras derrotaram na eleição sindical a chapa governista).

Isso é grave e a esquerda não pode defender isso; quanto mais ela defende isso, menos ela terá capacidade de resgatar um dia o legado positivo de algumas ações positivas que o PT fez nos primeiros anos do seu governo e do que o PT era para o mundo antes de chegar ao governo.

IHU On-Line - Os desdobramentos da Operação Lava Jato tendem a acirrar a crise política ou elas podem contribuir para que a crise se resolva?

Giuseppe Cocco - A crise econômica é grave e o mercado aposta no fato de que a Operação Lava Jato possa levar a uma saída, porque a agonia do governo do PT se transformou na paralisia das políticas econômicas, do funcionamento do Estado e dos investimentos e agravando a recessão, destruindo a confiança, ou seja a moeda - por isso que ficamos com taxas de juros enormes e também altíssima inflação, Estados - como o Rio de Janeiro -, falidos. É por isso que o dólar

cai, a Bolsa sobe, porque essa crise política está impedindo uma saída.

A questão é que quanto mais a crise procura uma saída, mais ela vai se agravando, e essa saída é objeto de uma disputa. A democracia e o urgente aprofundamento das políticas de construção dos direitos devem reencontrar sua autonomia.

IHU On-Line - Segundo a coletiva dos representantes da Polícia Federal, essa nova fase da Operação Lava Jato está investigando recursos vindos das cinco maiores empreiteiras do país para a empresa LILS Palestras e Eventos Ltda e o Instituto Lula. O que essa investigação demonstra em relação à crítica que tem sido feita aos governos petistas e sua relação com as empreiteiras no país?

Giuseppe Cocco - A investigação transforma em termos judiciários o que poderia ser uma crítica política, por exemplo quando o Lula embarcava no jatinho da OAS para ir defender a construção de estradas no Território Indígena Parque Nacional Isiboro Secure - Tipnis, na Bolívia. O que ele iria fazer lá? Uma revolução? Uma reforma radical? Não, ele virou um garoto propaganda desse projeto de um Brasil Maior e das grandes empreiteiras.

O que a esquerda deveria fazer era se reinventar, retomar a crítica

ao Brasil Maior e colocar a questão da democracia, da reforma do sistema partidário, sugerindo que todos os membros do Estado, desde os ministros até os delegados, sejam eleitos e ao mesmo tempo eliminar todos os cargos de confiança, levantar a questão do meio ambiente etc.

A esquerda tem que lutar pela democracia e não insistir em símbolos que se esgotaram. O PT teve a oportunidade de se desligar desse sistema nas manifestações de junho de 2013, mas optou por desqualificar as manifestações, chamando os manifestantes de "coxinhas".

IHU On-Line - Como os desdobramentos da Lava Jato devem repercutir nas manifestações previstas para o dia 13 de março?

Giuseppe Cocco - A impressão que tenho é que muitas pessoas participarão dessa manifestação. Contudo, a indignação vai ficar atravessada por setores da extrema direita e é o PT que desejou isso para poder polarizar. Nós precisamos pensar não na Aletheia, mas na Parresia: na coragem da verdade, em ousar não apenas saber, mas também saber ousar, colocar tudo isso na perspectiva das práticas de inovação da democracia. ■

LEIA MAIS...

- *‘Toda a representação está num impasse’*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas **Notícias do Dia** de 05-01-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1W37Zlb>
- *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas **Notícias do Dia** de 25-06-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1TZNof>
- *O capital que neutraliza e a necessidade de uma outra esquerda*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas **Notícias do Dia** de 05-06-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/21gXhyW>
- *“O momento político é da multidão”*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas **Notícias do Dia** de 15-06-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1TZoarO>
- *As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas **Notícias do Dia** de 23-03-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/24LVbvB>

ME TRÓ POLES

3º CICLO DE ESTUDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

**UNISINOS – SÃO LEOPOLDO
| RS**

**30 DE MARÇO A
08 DE JUNHO DE 2016**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR

PROMOÇÃO



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

 **UNISINOS**
Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

A contrarreforma previdenciária

Maria Lucia Fattorelli sustenta que as alterações que têm sido feitas são, na verdade, uma reforma às avessas, uma ofensiva aos direitos sociais em detrimento dos interesses financeiros

Por Ricardo Machado

Sob o discurso da austeridade, que busca “justificar” o injustificável arroxo nos investimentos sociais, o Estado tem privilegiado políticas que, no fim das contas, servem ao pagamento de juros bancários. É nesse sentido que a contra reforma se movimenta. “Investigações realizadas pela Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil e em várias partes do mundo têm demonstrado que grande parte das dívidas públicas são geradas por certos mecanismos financeiros que atuam tanto em sua origem como em seu contínuo crescimento. Em vez de aportar recursos, a dívida pública é um esquema de transferência de recursos principalmente para o setor financeiro”, explica Maria Lucia Fattorelli, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

No fundo, o que está em jogo não é apenas o sistema previdenciário, senão um modelo de sociedade cada vez mais alinhado às perspectivas de mercado. “O cerne das alterações que vêm sendo feitas ao longo dos anos é a modificação de um modelo de solidaria-

de - no qual a garantia de emprego e boa remuneração aos jovens garantiria sempre boa remuneração aos aposentados - vem dando lugar a um modelo submetido às regras do mercado e sem qualquer segurança futura”, critica Maria Lucia. “O verdadeiro ajuste deveria ser feito no pagamento dos juros mais elevados do mundo, pagos sobre uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até suspeitas de fraudes. Por isso é tão importante lutar pela auditoria dessa dívida e mudar o rumo da política econômica”, propõe.

Maria Lucia Fattorelli é auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida. Foi membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública - CAIC no Equador em 2007-2008. Participou ativamente nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a dívida realizada no Brasil. É autora de Auditoria da Dívida Externa. Questão de Soberania (Contraponto Editora, 2003).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - A partir de sua experiência na militância em defesa de uma auditoria sobre a dívida pública, como explicar a relação entre dívida pública e o debate sobre a reforma previdenciária?

Maria Lucia Fattorelli - A relação é direta, pois a crescente exigência de recursos para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública sangra o orçamento público em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e tem servido de justificativa para a

implantação de reformas neoliberais, especialmente as sucessivas reformas da previdência que retiram cada vez mais direitos dos trabalhadores.

Ao final, o “peso” da dívida é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consumem, quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito - saúde, educação,

assistência social, previdência - e, ainda, entregando patrimônio público mediante as privatizações e a exploração ilimitada de riquezas naturais, com irreparáveis danos ambientais, ecológicos e sociais. O custo social é imenso.

O mais grave é que a privilegiada dívida pública não corresponde ao acúmulo de recursos recebidos por meio de empréstimos tomados por entes públicos (governo federal, estadual, municipal, ou empresas estatais), como a maioria

das pessoas acredita. Investigações realizadas pela Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil e em várias partes do mundo têm demonstrado que grande parte das dívidas públicas são geradas por certos mecanismos financeiros que atuam tanto em sua origem como em seu contínuo crescimento. Em vez de aportar recursos, a dívida pública é um esquema de transferência de recursos principalmente para o setor financeiro. A isso denominamos "Sistema da Dívida".

No Brasil, a dívida interna federal cresceu mais de R\$ 730 bilhões em 11 meses, de janeiro a dezembro de 2015, fruto de política monetária que tem gerado dívida pública para transferir bilhões aos bancos nas operações de *swap* cambial, operações de mercado aberto, além dos juros abusivos. Depois de gerada, essa dívida exige o contínuo pagamento de juros e encargos, que têm sido honrados às custas do ajuste fiscal, austeridade e cortes de direitos por meio de contra reformas.

Política Monetária

É por causa dessa equivocada política monetária que favorece o endividamento público que o Brasil foi empurrado para esse inaceitável cenário de crise econômica, desindustrialização, queda do comércio, desemprego e agravamento dos problemas sociais. Esse cenário de crise econômica também tem sido utilizado para justificar a contra reforma da Previdência.

Essa crise não é generalizada, mas seletiva, porque os bancos não pararam de lucrar, pelo contrário, bateram novos recordes de lucros em 2015, ainda superiores aos de 2014 (quando lucraram mais de R\$ 80 bilhões), apesar de realizar provisões de quase R\$200 bilhões. É evidente a transferência de renda para o setor financeiro, em detrimento de todas as demais rubricas orçamentárias.

Esterelização

A grande esterilização de recursos por meio desse processo ex-

plica o paradoxo inaceitável que existe em nosso país: 9ª economia mundial e um dos países mais injustos do mundo, desrespeitando direitos humanos fundamentais, como denuncia a inaceitável classificação em 79º lugar segundo o IDH medido pela ONU.

Por tudo isso, o debate sobre a contra reforma da Previdência deve incluir o conhecimento sobre o "Sistema da Dívida". É necessário conhecer que dívidas os povos estão pagando. A AUDITORIA é a ferramenta que nos permite conhecer e documentar este processo.

IHU On-Line - Por que o governo utiliza o resultado primário e não o resultado nominal para apresentar a execução das suas contas? Como isso interfere nos investimentos da área de segurança social?

Maria Lucia Fattorelli - Preliminarmente, é preciso lembrar que o "Superávit Primário" é obtido por meio de economia forçada para que as receitas primárias sejam superiores às despesas primárias. Assim, não entram no cálculo do "superávit" os gastos com a dívida pública nem as diversas receitas não primárias. Desta forma, quando se fala em "superávit primário", estamos falando de apenas uma parte das receitas (principalmente os tributos, receitas de privatização, lucros das estatais, dentre outras, mas que não incluem todas as receitas do orçamento) e das despesas (principalmente os gastos sociais) do governo federal.

A imposição de obtenção de "Superávit Primário" vem de exigência do Fundo Monetário Internacional - FMI desde a década de 1990 e permanece na pauta devido ao forte poder que os organismos internacionais detêm no Brasil.

Ao colocar todo o esforço do modelo econômico no cumprimento da meta de "Superávit Primário", o foco da pressão passa a recair sobre o corte de gastos sociais para que a meta seja atingida. Se a meta não é atingida, a grande

mídia se encarrega de divulgar amplamente que a ganância com direitos sociais é insustentável, como vimos recentemente.

Considerando que os gastos com juros e amortizações da dívida não fazem parte do cálculo do "Superávit Primário" (pois estas rubricas estão fora dos gastos primários), apesar de representarem disparadamente o maior gasto do País, não há pressão alguma de corte sobre elas.

Distorções

Além disso, várias distorções são feitas para se proteger os privilégios dos gastos com a dívida, especialmente a contabilização de juros como se fosse "amortização". Tal procedimento burla o art. 167 da Constituição e permite o pagamento de juros (despesas correntes) mediante a emissão de novos títulos, fazendo o estoque da dívida explodir. Esse grave fato já foi denunciado ao Ministério Público desde 2010, quando foi concluída a CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados, e também relatado no Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 1/2013.¹

Portanto, boa parte do que tem sido registrado como "Amortização" é pagamento de juros com emissão de novos títulos da dívida pública. Este processo, ao longo dos anos, tem provocado um crescimento ininterrupto do valor gasto com pagamento de juros, do valor gasto com amortizações e do estoque da dívida, em decorrência dos resíduos gerados pela constante incidência de juros sobre juros.

A demonstração transparente dos gastos orçamentários de forma nominal evidenciaria o imenso privilégio ilegal da dívida, comprovando também que o verdadeiro rombo das contas públicas está na dívida pública e não na Previdência ou nos demais gastos sociais, conforme gráfico:

¹ Para saber mais, clique em <http://bit.ly/1W1jKk>. (Nota da entrevistada)

Evolução de gastos selecionados - 1995 a 2014



IHU On-Line - O que está por trás do discurso amplamente divulgado pela mídia de que as contas previdenciárias são deficitárias?

Maria Lucia Fattorelli - A Previdência Social tem sido continuamente atacada por setores interessados em tragar parcela cada vez maior do orçamento público e levar para fundos privados as contribuições dos trabalhadores.

Não é por acaso que, ao longo dos últimos anos, os ataques à Previdência Social têm se multiplicado no mesmo ritmo em que se multiplicam os montantes destinados à dívida pública e crescem os planos privados de previdência.

A Previdência Social é um dos tripés da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Assistência Social, e foi uma das principais conquistas da Constituição Federal de 1988.

Contribuições Sociais

Ao mesmo tempo em que os constituintes criaram esse importante tripé, estabeleceram também as fontes de receitas - as contribuições sociais - que são pagas por todos os setores, ou seja:

- empresas contribuem sobre o lucro (CSLL) e pagam a parte patronal da contribuição sobre a folha de salários;

- trabalhadores contribuem sobre seus salários;
- e toda a sociedade contribui por meio da contribuição embutida em tudo o que adquire (Cofins).
- Além dessas, há contribuições sobre importação de bens e serviços, receitas provenientes de concursos e prognósticos e outras previstas em lei.

A seguridade social tem sido altamente superavitária. Nos últimos 5 anos, a sobra de recursos na Seguridade Social foi de R\$ 55,1 bilhões em 2010, R\$ 76,1 bilhões em 2011, R\$ 83,3 bilhões em 2012, R\$ 78,2 bilhões em 2013 e R\$ 53,9 bilhões em 2014, conforme dados oficiais segregados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP.²

Superávit

O reiterado superávit da Seguridade Social deveria estar fomentando debates sobre a melhoria da Previdência, da Assistência e da Saúde dos brasileiros. Isso não ocorre devido à prioridade para o pagamento da dívida mediante a Desvinculação das Receitas desses setores para o cumprimento das metas de superávit primário, ou seja, a reserva de recursos para o pagamento da dívida pública.

O falacioso déficit é encontrado quando se compara apenas a arrecadação da folha (deixando de lado todas as demais contribuições sociais) com a totalidade dos gastos com a Previdência, fazendo-se um desmembramento que não tem amparo na Constituição e nem possui lógica, pois são os trabalhadores os maiores contribuintes da COFINS.

Além do falacioso discurso sobre o déficit, diversas medidas, tais como: a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas; a manutenção do fator previdenciário; a criação de fundos de previdência complementar dos servidores públicos; o fim do direito dos aposentados e pensionistas do setor público à paridade salarial com os servidores da ativa; o aumento da idade para aposentaria, entre outras, têm objetivado a retirada de direitos e o enfraquecimento da Previdência Social, ao mesmo tempo em que empurram os trabalhadores para fundos de pensão privados,

Resumo

Superávit da Seguridade Social - 2010 a 2015

R\$ bilhões

2010	55,1
2011	76,1
2012	83,3
2013	78,2
2014	53,9

² www.anfip.org.br. (Nota da entrevistada)

que não oferecem garantia alguma em relação aos futuros benefícios, pois se regem por regras de mercado e podem simplesmente quebrar.

Os interesses do mercado financeiro têm sido plenamente atendidos pois na prática se multiplicam os fundos de previdência privada enquanto avança a parcela do Orçamento Público destinada aos rentistas da dívida pública.

IHU On-Line - Com base nas políticas implementadas nos últimos anos, de que forma se dá a transferência de recursos da Seguridade para o setor financeiro privado? Qual é o cerne dessas alterações?

Maria Lucia Fattorelli - Logo após a Constituição de 1988 - que estruturou a Seguridade Social - diversos ataques e tentativas de desconstruir este sistema se sucederam, sempre com o viés de retirada de direitos dos trabalhadores, além do desvio de recursos para o pagamento de juros.

A instituição da Desvinculação das Receitas da União - DRU, denominada anteriormente como FSE e FEF, permite a retirada de até 20% de importantes contribuições da Seguridade Social, para gerar caixa para o pagamento da dívida pública.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 87 / 2015, de autoria do Poder Executivo, pretende alterar esse percentual de 20 para 30%! A simples existência de tal mecanismo - DRU - já comprova que sobram recursos na Seguridade Social. Se faltasse recurso, não haveria nada que desvincular, evidentemente.

Troca de modelo

O cerne das alterações que vêm sendo feita ao longo dos anos é a modificação de um modelo de solidariedade - no qual a garantia de emprego e boa remuneração aos jovens garantiria sempre boa remuneração aos aposentados - vem dando lugar a um modelo submetido às regras do mercado

e sem qualquer segurança futura, como temos visto atualmente na Europa e Estados Unidos. Planos de previdência privada investiram em derivativos sem lastro e simplesmente quebraram. O mais grave é que os planos no Brasil também podem investir em derivativos (art. 44 da Resolução do CMN nº 3792/2009).

IHU On-Line - De que maneira a transferência dos fundos de previdência social pública para o setor privado favorece a construção de um cenário de instabilidade econômica, subsidiando, inclusive, o investimento em derivativos financeiros (papéis podres)?

Maria Lucia Fattorelli - Os planos de previdência privada recebem as contribuições dos trabalhadores e as contribuições patronais - em moeda corrente - mas não ficam com essa moeda em caixa. Invariavelmente investem em papéis, tais como ações de empresas, títulos da dívida pública, e também em produtos financeiros de risco, como os "derivativos", muitas vezes sem qualquer lastro, e que correspondem a verdadeiras apostas.

Não há sentido colocar a "previdência" de milhões de trabalhadores a depender de aplicações de "risco". A previdência serve justamente para conferir-lhes segurança após o cumprimento de tantos anos de trabalho, por isso defendemos o modelo de solidariedade mencionado antes.

A recente crise financeira internacional escancarou o imensurável risco sistêmico do atual modelo capitalista financeirizado, cujas principais instituições se encontram fortemente alavancadas em ativos de alto risco, considerados tóxicos, ou seja, "lixo". A solução dada tanto pelos EUA como países europeus foi a utilização às avessas do endividamento público, por meio da utilização de diversos mecanismos que geraram grandes volumes de dívidas públicas para salvar aqueles bancos considerados "grandes demais para quebrar".

Fraudes

Assim, bancos passaram da situação de "falidos" à condição de credores. O mais grave é que tais bancos - os mais famosos do mundo - vinham realizando operações que podem ser consideradas como sofisticadas fraudes, criando papéis a partir do nada, sem qualquer respaldo em ativos reais. Esses papéis - os derivativos (que derivam de algum ativo, e podem ser emitidos em séries infinitas) - geraram verdadeiros e imensos lucros aos grandes bancos que contabilizaram tais ganhos, inchando artificialmente seus balanços e possibilitando a concessão de créditos de forma irresponsável, pois esses bancos precisavam dar destinação a todo esse dinheiro "criado" a partir da venda desses papéis principalmente a fundos de pensão e outros fundos financeiros que trocam dinheiro efetivo (correspondente a resultado do trabalho ou de venda de bens ou serviços reais) por papéis financeiros.

Os bancos brasileiros não estavam tão alavancados em derivativos quando a crise estourou em 2008. Em vez de proteger o Brasil desses papéis podres, o que se fez foi o contrário, propiciando-se o relaxamento de normas, com a autorização expressa para aplicações em derivativos (art. 44 da Resolução do CMN nº 3792/2009) e a criação de grandes fundos financeiros como o Fundo Soberano, o Fundo Social do Pré-sal, o Fundo de Previdência Complementar de Servidores Públicos - Funpresp, que poderão virar receptáculos dos papéis podres que provocaram a crise nos Estados Unidos e Europa e estão temporariamente armazenados em *bad-banks*.

Sem controle

A ausência de controle de capitais, aliada à crescente desregulamentação do funcionamento do sistema financeiro em todo o mundo transforma em uma grande temeridade a colocação do futuro dos trabalhadores em aplicações financeiras de risco. Na prática,

ocorre a esterilização da poupança de trabalhadores, que podem ficar completamente sem retorno financeiro ao final de sua vida laboral.

Caberia às autoridades financeiras do país sair dessa armadilha que só serve para alimentar a ganância do mercado financeiro e investir corretamente nos instrumentos da previdência social pública e universal que ainda temos.

IHU On-Line - Afinal de contas, o que está em jogo é um projeto econômico ou civilizacional?

Maria Lucia Fattorelli - A Previdência está no centro do debate sobre a natureza do projeto atual, porque o modelo de solidariedade não concilia com a crescente demanda do mercado por espaços para destinar seus produtos financeiros.

O avanço da Financeirização mundial já deu múltiplas provas de que não possui escrúpulo algum em relação à civilização. Basta ver o que aconteceu recentemente na Grécia: uma verdadeira tragédia humanitária com impactos sociais imensuráveis, em troca de acordos que serviram para salvar bancos privados europeus.

Economia sacrificada

A economia real tem sido sacrificada, pois os especuladores já não desejam mais esperar pela produção de lucro através de processos produtivos - industrial e comercial. Estão viciados no lucro rápido e crescente, auferido através de engenharia financeira, criação de sofisticados "produtos" financeiros sem lastro, do domínio das economias de países com políticas monetárias suicidas,³ e através da utilização dos avanços tecnológicos de computação e comunicação, acesso a paraísos fiscais e benefícios decorrentes da desregulamentação

³ Para saber mais, leia o artigo "O Banco Central está suicidando o Brasil" disponível em <http://bit.ly/1M1z20Q>. (Nota da Entrevistada)

financeira e do poder financeiro avalizado por organismos internacionais e agências de risco. Dessa forma, conseguem exercer uma dominação financeira sem precedentes, sobre a maioria dos países do mundo.

Cabe lembrar a notícia sobre a demissão de advogada do Banco Mundial, Karen Hudes,⁴ por ter revelado como a elite financeira está exercendo a dominação sobre países e povos, concluindo que "a ferramenta principal para escravizar nações e governos inteiros é a dívida". Nós já dizemos isso há muitos anos, mas ter o registro dessa declaração por parte de uma advogada do Banco Mundial é algo muito relevante. Esse fato demonstra que já estamos chegando no limite desse modelo que tem se mostrado totalmente sem escrúpulos.

Por isso é mais que hora de aprofundarmos o debate sobre uma nova arquitetura financeira internacional, como a iniciativa NAFR iniciada aqui na América Latina desde 2007. O Brasil, infelizmente, está muito atrasado nesse debate. O sistema financeiro deveria estar a serviço da economia real, produtiva, que gera emprego e renda, e não o contrário, como ocorre atualmente.

Se o atual modelo não for modificado, a tendência é acirrar cada vez mais a brutal concentração de renda e riqueza nas mãos de grandes bancos e corporações transnacionais, sacrificando a classe trabalhadora mundial e a sociedade em geral. Esse desequilíbrio é insano. É como concentrar todo o sangue de uma pessoa em um dedo; essa pessoa morrerá.

IHU On-Line - De que maneira toda essa lógica (retro)alimenta uma política econômica e social fundamentada na produção de "crises", cuja saída parece ser sempre a mesma: "a austeridade"?

⁴ Para saber mais, clique em <http://bit.ly/1QDEb19>. (Nota da Entrevistada)

Maria Lucia Fattorelli - É evidente que haverá outra crise em breve, pois esse modelo capitalista financeirizado e desregulamentado é totalmente insustentável. O que impressiona é o fato de tanta gente ainda defender as políticas que visam dar uma sobrevida a esse modelo.

O poder exercido por organismos internacionais sobre diversos países impõe planos econômicos que colocam as obrigações da dívida pública como uma prioridade dos respectivos governos. No caso brasileiro, essa é a nossa realidade desde a década de 80, permeando os sucessivos governos desde então.

A política de "ajuste fiscal" ou "austeridade" se encaixa perfeitamente nesses objetivos, pois sacrifica todos os gastos e investimentos públicos para alimentar o Sistema da Dívida.

Temos assim uma subtração de recursos que se destinam principalmente para mãos de bancos e outras instituições financeiras. Esses recursos saem de todas as áreas: infraestrutura, educação, saúde, segurança, assistência, previdência etc.

Política Econômica

Assim, toda a política econômica fica orientada para contra reformas, elevação de tributos, privatizações, e evidentemente os cortes de gastos sociais e investimentos; medidas que visam sacrificar todas as áreas para privilegiar os gastos com a dívida pública que não para de crescer.

Os organismos internacionais, especialmente FMI e Banco Mundial também monitoram o Banco Central e exigem a implementação de política monetária que gera ainda mais dívida pública sem contrapartida alguma ao país.

Essa dívida gerada exige ainda mais sacrifício para o pagamento de seus juros e encargos. Te-

mos assim um ciclo vicioso que está enterrando a economia do gigante Brasil, afetando diretamente a vida de cada brasileiro e brasileira.

O verdadeiro ajuste deveria ser feito no pagamento dos juros mais elevados do mundo, pagos sobre uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até

suspeitas de fraudes. Por isso é tão importante lutar pela auditoria dessa dívida e mudar o rumo da política econômica. ■

LEIA MAIS...

- *Auditoria da dívida grega: uma iniciativa urgente*. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-04-2015, no sitio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1ROJux3>.
- *“Os bancos estão sendo salvos pelo Estado”*. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, publicada na revista **IHU On-Line**, nº 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1YmbzON>.
- *Dívida pública e juros. Quem paga a conta?* Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-05-2010, no sitio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1W2SeRm>.
- *Dívida da Argentina não tem justificativa legal, nem administrativa, nem financeira*. Entrevista especial com Maria Lúcia Fattorelli, publicada nas **Notícias do Dia**, de 17-07-2014, no sitio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1X6yvAt>.
- *Dívida brasileira e o paradoxo da desigualdade*. Entrevista especial com Maria Lúcia Fattorelli, publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-11-2013, no sitio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1OXpmV0>.

13^ª FÉRIADA IHU

O CUIDADO DE NOSSA *casa comum*

10 e 11 de março de 2016



Prof. Dra. Yara
Caznok

Audições
Comentadas

Inscrições e informações
www.ihu.unisinos.br

Ponte para o passado

Ao analisar as propostas de reformulação das regras previdenciárias, Guilherme Delgado considera as mudanças um verdadeiro retrocesso

Por Ricardo Machado

“Ora, ao fazer ‘tábula rasa’ do direito previdenciário e da estrutura real do mercado de trabalho, a proposta ora em cogitação caracteriza uma autêntica ‘ponte para o passado’”, critica Guilherme Delgado em entrevista por e-mail à IHU On-Line. Ao fazer uma análise minuciosa das implicações econômicas que estão em jogo no debate da reforma previdenciária, o economista considera impossível tratar da questão sem tocar no sistema tributário. “O Ministério da Fazenda tem tratado a questão das finanças previdenciárias como questão de ‘macroeconomia de curto prazo’, agravando a situação previdenciária e obviamente não resolvendo a situação macro”, avalia.

O objetivo derradeiro das reformas, analisa Guilherme Delgado, é fazer o país voltar a gerar superávit primário

para agradar as agências internacionais de risco. “Aqui entre nós, hoje, o sistema financeiro tem os seus próprios sacerdotes, áulicos e burocratas; submete o governo e municia os meios de comunicação com operações de despiste e diversão, para impor ao fim de muita manipulação ideológica os seus interesses, como se fossem de ‘salvação da pátria’”, pondera. “Convém lembrar que a reforma da Previdência nos termos propostos é apenas o começo do declínio da ‘Ordem Social Constitucional’ de 1988, empurrando o país para uma verdadeira ‘Ponte para o Passado’”, complementa.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como está se desenhando a reforma da Previdência, que deve ser enviada pelo Executivo ao Congresso ainda neste semestre?

Guilherme Delgado - Até o presente momento o governo federal não explicitou o teor da reforma da Previdência que pretende propor ao Congresso, mas fez ver que o fará em abril e indiretamente sugere, pelas falas do Ministro da Fazenda, que pretende responder às demandas expressas pelo sistema financeiro, na linha do “ajuste fiscal” das despesas obrigatórias do Orçamento. Mas são os áulicos do sistema aqueles que mais didaticamente explicitam o teor da refor-

ma solicitada: as repetidas entrevistas do ex-ministro Delfin Neto,¹ o programa econômico do PMDB (‘Uma Ponte para o Futuro’) e várias declarações do Ministro Nelson Barbosa.² Desse campo, entremea-

¹ **Delfin Neto** (1928): economista, político brasileiro e professor universitário. Durante o regime Militar, entre 1969 e 1974, foi ministro da Fazenda e, no governo do presidente João Figueiredo, foi sucessivamente Ministro da Agricultura em 1979, Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985 e embaixador do Brasil na França. Após a redemocratização do Brasil foi eleito cinco vezes consecutivas deputado federal, pelo PDS e por siglas que o sucederam – PPR, PPB e PP. (Nota da IHU On-Line)

² **Nelson Henrique Barbosa Filho** (1969): economista e professor brasileiro. Foi Secretário Executivo do Ministério da Fazenda entre 2011 a 2013. É o atual Ministro da Fazenda. (Nota da IHU On-Line)

do por muitas outras ‘análises’ do sistema previdenciário, de parte dos economistas conservadores, autodenominados especialistas em assuntos fiscais, emergem duas propostas principais:

a) a desvinculação do salário mínimo do piso previdenciário, sendo que o vínculo é previsto na Constituição Federal (Art. 201, parágrafo 2º);

b) a eliminação das diferenças de gênero e de trabalho rural urbano para efeito da aposentadoria por idade na Previdência Social (RGPS), diferenças essas previstas no Art. 201, parágrafo 7, item 2, tornando única a idade de aposentadoria aos 65 anos.



O Ministério da Fazenda tem tratado a questão das finanças previdenciárias como questão de ‘macroeconomia de curto prazo’

Há outras restrições em cogitação, como seja, por exemplo, impedir a acumulação de aposentadoria e pensão nas situações de risco previdenciário cumulativo, mas por ora vou me centrar na análise dessas duas primeiras teses, em resposta às questões que vêm em sequência.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a reforma que está sendo proposta?

Guilherme Delgado - Os conceitos de piso previdenciário e idade de aposentadoria diferenciada foram incluídos na Constituição de 1988 para atender demandas legítimas do mundo do trabalho. À época do regime militar, o governo do General Médici³ chegou a instituir legalmente um benefício mínimo de meio salário mínimo para o Funrural, mas nem este piso era respeitado, porque os critérios administrativos de reajuste dos benefícios previdenciários e do salário mínimo eram diversos e ambos sempre estiveram atrasados em relação à inflação. Em consequência, tanto o salário mínimo quanto o piso dos benefícios caíam profundamente e eram utilizados como mecanismos preferenciais dos inúmeros ‘ajustes fiscais’ praticados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento dos governos milita-

³ **Emílio Garrastazu Médici** (1905-1985): ditador militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Assumiu a presidência da República (1969) em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva. Ocupou o cargo até 1974. (Nota da **IHU On-Line**)

res - lembrar que o salário mínimo e o piso do Funrural do final de 1991, quando entram em vigor as novas regras constitucionais (Leis de Custeio e benefícios da Previdência) correspondiam respectivamente a 44 e 22 dólares. Tampouco a essa época existiam diferenças de idade entre o trabalho rural e urbano, até porque a Previdência Rural somente se inicia com a Constituição de 1988. Portanto, reconhecendo o regime de economia familiar como relação de trabalho a ser incluída na Previdência Social, reconheceu-se também que as jornadas de trabalho aí praticadas por todos os membros da família caracterizam uma situação de risco previdenciário muito mais forte, como também dos assalariados rurais. Isso porque concede uma antecipação de cinco anos à aposentadoria por idade. Mas mesmo sem o caráter de direito constitucionalizado, ainda assim, no regime militar a Previdência Social diferenciou entre homem e mulher no sistema urbano do INSS, regra que advém do reconhecimento no direito trabalhista das diferenças reais de jornada de trabalho entre homens e mulheres no Brasil.

Tábula rasa

Ora, ao fazer ‘tábula rasa’ do direito previdenciário e da estrutura real do mercado de trabalho, a proposta ora em cogitação caracteriza uma autêntica ‘ponte para o passado’. Mira os atuais 70% dos benefícios mensais pagos pelo INSS (21,8 milhões de benefícios de

salário mínimo), do total de 32,6 milhões, em relação aos quais pretende captar recursos subtraídos às necessidades básicas de ‘órfãos e viúvas’ para atender interesses explícitos do sistema financeiro (gerar superávit primário). E isto seria obtido de imediato, pela desconstitucionalização do piso, que afetaria também os aposentados e pensionistas da linha da extrema pobreza (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS⁴). Observe o leitor a gravidade dessa proposta - sem o piso constitucional, todos os 21,8 milhões de benefícios do sistema previdenciário da seguridade social podem ser imediatamente reduzidos ao novo piso que autoridade de plantão venha instituir.

A outra tese - a nivelção pelo alto da idade de aposentadoria, que é de 65 anos para os homens do setor urbano - também faz ‘tábula rasa’ dos vários determinantes do sistema previdenciário - o direito previdenciário, a estrutura em evolução do mercado de trabalho, a evolução da estrutura demográfica, para se fixar no sistema de financiamento previdenciário, com viés de ajuste fiscal conjuntural. Mas essa questão merece ser melhor analisada em sentido de longo prazo, que é aquele que pertencente diz respeito à Previdência Social.

IHU On-Line - Quais são as reais necessidades de uma reforma previdenciária? O que precisa ser ajustado?

Guilherme Delgado - Esta pergunta é muito importante. O sistema previdenciário do chamado Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo INSS, passou por um ciclo de forte inclusão do mundo do trabalho no seguro social, que vai praticamente de 2000 a 2013, esmaecendo já em 2014 e rever-

⁴ **Lei Orgânica Da Assistência Social (LOAS)**: é a Lei 8742, de 07.12.1993, que instituiu a Organização da Assistência Social no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

tendo fortemente em 2015. Entre 2000 e 2010, período coberto pelos dois últimos Censos Demográficos, observa-se incremento significativo dos segurados (inclui 'contribuintes' mais segurados rurais não apurados no primeiro conceito do IBGE) da Previdência Pública, que vai de 38,7 milhões para 58,3 milhões de trabalhadores. Considerando mais três anos de forte crescimento do emprego formal (2011-2013), os sistemas de Previdência Pública terão encerrado o ciclo de inclusão em 2014 com seguradamente 2/3 de uma População Economicamente Ativa de 103 milhões de trabalhadores incluídos no seguro social, comparativamente a uma situação de baixa inclusão, de cerca de 50% da PEA no ano 2000.

Desafios

Apenas este fato previdenciário seria suficiente para se pensar a longo prazo numa reforma do sistema, começando no presente, tendo em vista assegurar que toda essa população nova afluente ao sistema pudesse gozar dos direitos pelos benefícios que a Previdência garante às situações definidas como de riscos incapacitantes ao trabalho (idade avançada, invalidez, viuvez, maternidade, reclusão, acidente e doença, acrescido no caso brasileiro do 'tempo de contribuição', ora em processo de virtual extinção). Ora, o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que é a parte principal da Previdência Pública, contando sozinho com no mínimo 60 milhões de segurados ativos, apresenta um 'bom' problema pela frente - uma demanda crescente por benefícios, incrementada por dois fatores:

1. o 'boom' da inclusão previdenciária de segurados ativos do período 2000-2013;

2. o aumento de longevidade da população trabalhadora nessas duas últimas décadas, que deve

prosseguir nas próximas, ainda que a taxas decrescentes.

Observe que encerrado ou esmaecido o ciclo de inclusão de segurados novos, o sistema perde alguma receita de contribuição desses novos segurados e em contrapartida se verá com demandas crescentes por benefícios em maturação da massa de trabalhadores incluída no período de 'boom'. Ademais, toda a população ativa do sistema (segurados), como a inativa (beneficiários), permanecem mais tempo no desfrute dos benefícios previdenciários. E para atender toda

“

Não se produzem melhorias na distribuição da renda social sem mexer no sistema tributário

população trabalhadora já incluída no sistema ou a ser incluída, considerando-se apenas os fatores de incremento mencionados, seria preciso provisionar a Previdência com um Fundo de Reserva, previsto no Art. 250 da Constituição Federal.

Finalmente, há ainda 1/3 da População Economicamente Ativa - PEA, algo ao redor de 34 milhões de trabalhadores, fora do sistema previdenciário do RGPS. E para nele ingressar teria que contar com as condições especiais de subvenção de alíquota contributiva, a exemplo dos Segurados Especiais rurais, das Donas de Casa, do Microempreendedor Individual e da Microempresa.

Universalização

Em síntese, a reforma da Previdência que viabilize a universaliza-

ção do direito social na Previdência Social, ou pelo menos a sanção dos direitos adquiridos dos segurados já incluídos no sistema, requer uma minirreforma tributária, de caráter progressivo, para construir o Fundo de Reserva do RGPS, conforme previsto no Art. 250 da Constituição Federal. Nada a ver com as teses em circulação no campo conservador, fortemente repercutidas pela mídia.

IHU On-Line - O governo afirma que há um 'déficit' nas contas previdenciárias. Em sentido contrário, diversos pesquisadores afirmam que há um 'superávit' no fundo da seguridade social (Orçamento da Seguridade Social), desde que os Arts. 194 e 195 da Constituição sejam cumpridos. Como o senhor avalia a situação?

Guilherme Delgado - Vou tentar simplificar a resposta, até mesmo porque acho o Orçamento da Seguridade Social um avanço significativo, mas ainda insuficiente, não apenas pelas desvinculações a que foi submetido, mas também porque segue a regra tributária brasileira de dependência de bases tributárias que crescem e decrescem com o ciclo econômico (massa salarial e faturamento das empresas, por exemplo). A despesa com benefícios previdenciária não é pró-cíclica. Ela é estritamente crescente ou monotonicamente ascendente numa série de mais de 30 anos, e tende a se acelerar no longo prazo. Daí que, em situações de reversão cíclica, como é o caso do ano de 2015 e também em 2016, tem-se um problema peculiar no sistema previdenciário - a receita de contribuições (vinculada à massa salarial dos contribuintes) cai em termos reais 4,8%, enquanto a despesa com o pagamento de benefícios apresenta incremento real de 1,7%, puxada fundamentalmente pelo incremento físico do número de benefícios.

Essa diferença, que deverá em 2015 ascender a 1,5% do PIB, demanda a provisão de tributos do Orçamento da Seguridade Social, cujas bases fiscais também estão em queda. Somente o que não está em queda nesta fase do ciclo econômico são as grandes fortunas e os ganhos financeiros vinculados à Dívida Pública. Por isso é que defendo o Fundo de Reserva como via contracíclica para suprir as necessidades de financiamento do sistema previdenciário, financiado evidentemente por tributos progressivos. E como Fundo, ele deve ser aplicado no investimento real. Fico por aqui para não me alongar no detalhe.

Veja que não estou usando as noções de 'déficit' ou 'superávit', muito menos o jargão ultraconservador de 'rombo', todos cheios de armadilhas e insuficiências quando tratam da Previdência de caráter tripartite - trabalhadores, empregadores e Estado. Mas é preciso mencionar as necessidades de financiamento de longo prazo do sistema, e mesmo as de curto prazo, como as da conjuntura atual, que, pela reversão cíclica, requer provisão de um tributo específico - no caso a CPMF.⁵

IHU On-Line - Como entende a estratégia do governo de desonerar a folha salarial de grandes empresas e reduzir direitos previdenciários do trabalhador?

Guilherme Delgado - As desonerações da contribuição patronal postas em prática no primeiro governo Dilma, aceleradas em 2014 e revertidas no final de 2015 compõem aquilo que dizíamos na oca-

sião - 'uma quadratura do círculo'. Pioraram o quadro das receitas previdenciárias, cadentes antes mesmo da reversão do ciclo econômico no final de 2014. E tanto na ocasião quanto agora o Ministério da Fazenda tem tratado a questão das finanças previdenciárias como questão de 'macroeconomia de curto prazo', agravando a situação previdenciária e obviamente não resolvendo a situação macro.

IHU On-Line - De que maneira a reforma previdenciária está diretamente ligada a uma reforma tributária?

“

Convém lembrar que a reforma da Previdência nos termos propostos é apenas o começo do declínio da 'Ordem Social Constitucional'

Guilherme Delgado - Desde a Constituição de 1988, a Previdência Social integra o sistema de Seguridade Social, tanto porque incorpora os princípios universalizantes desse sistema, quanto porque depende dos meios orçamentários que suprem a diferença das receitas e despesas (receitas de contribuições-despesas com benefícios). Observe-se que o Orçamento da Seguridade supre o sistema de Saúde, da Assistência Social, do Seguro Desemprego e financia também essa diferença de recursos mencionada na Previdência Social, para viabilizar a inclusão previdenciária de várias categorias

sociais sem suficiente capacidade contributiva.

O peso desse aporte é relativamente pequeno, se considerado o tamanho do RGPS (cerca de 60 milhões de segurados atuais e o volume dos benefícios que paga mensalmente - ao redor de 28 milhões). Nos últimos sete anos (2008-2014), essa referida diferença, que a mídia costuma chamar de 'déficit' ou 'rombo', variou de um máximo de 1,7% do PIB em 2008 para um mínimo de 0,85% em 2011, situando-se numa média próxima a 1,2%, com a despesa situada na faixa dos 7 pontos percentuais do PIB e a receita de contribuições na faixa de 6 pontos. Mas para o futuro essa proporção deve aumentar, pelas razões que apresentamos nas questões precedentes; e imediatamente na conjuntura adversa do presente há necessidade de provisão de recursos para pagamento dos benefícios correntes, para o que se faz necessário o aporte dos recursos ora propostos pela CPMF.

Sem sentido

O que não faz sentido, a meu juízo, é cortar direitos básicos e renunciar a uma bem-sucedida operação de geração de igualdade social que o sistema do RGPS vem realizando no Brasil. Não se produzem melhorias na distribuição da renda social sem mexer no sistema tributário, para torná-lo mais progressivo sobre rendas e patrimônios elevados, vinculando-os às várias destinações da seguridade social, hoje fortemente atrofiadas. Mas o tema da reforma tributária geral é mais amplo e não cabe aqui tratá-lo, mas sim dos princípios tributários que precisariam orientar uma futura reforma, condizente com a ideia de justiça distributiva que está clara nos princípios normativos da seguridade social, mas ainda não no seu Orçamento.

⁵ **CPMF:** Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi um tributo brasileiro. Sua esfera de aplicação foi federal e vigorou de 1997 a 2007. Sua última alíquota foi de 0,38%. O governo federal retomou a discussão sobre o retorno do tributo em 2015 e o tema deve ir para a pauta do Congresso em 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Quais são os principais problemas da proposta da idade mínima?

Guilherme Delgado - Essa questão está meio embaralhada no debate público. Uma coisa é a idade mínima para a 'Aposentadoria por Tempo de Contribuição', ainda regida pela capciosa Lei do Fator Previdenciário, mas atualmente (final de 2015) submetida a uma regra alternativa - regra 85-95 (soma de idade e tempo de contribuição), e nessa mesma norma - uma regra de transição até 2026, quando valeria integralmente as somas 95-100. Isto é iniciativa do ano passado do governo Dilma, já aprovada no Congresso para resolver a confusão parlamentar, comandada pelo Presidente da Câmara. Diz respeito exclusivamente à 'Aposentadoria por Tempo de Contribuição', mantém os diferenciais de gênero e absolutamente não afeta a Previdência Rural, que não tem "Aposentadoria por Tempo de Contribuição", nem é afetada pela Lei do Fator Previdenciário.

Outra coisa é a idade única da "Aposentadoria por Idade", que como destacamos na questão inicial, faz 'tábula rasa' das diferenças de jornadas de trabalho de homem e mulher e de atividades nos setores rural e urbano. Essas diferenças têm fundamentos previdenciários. Numa discussão séria de Previdência Social, essas diferenças atuais (65 e 60 no setor urbano e 55 e 60 no setor rural) poderiam ser confrontadas com a evolução das tendências demográficas a médio prazo e pactuados outros diferenciais de idade. Mas nunca se oferecer de bandeja sua eliminação para uma idade única (65 anos), com propósitos exclusivos de 'ajuste fiscal'.

IHU On-Line - De que maneira as mulheres, sobretudo as camponesas, devem ser impactadas pela reforma previdenciária caso

se confirme a idade mínima unificada? Que conflitos constitucionais estão em jogo?

Guilherme Delgado - Vou responder no condicional porque não acredito que essa reforma passe no Congresso, no formato ora cogitado. Mas seria toda a Previdência Rural duplamente prejudicada - pela eliminação do piso vinculado ao salário mínimo e pela imposição da idade única. Mas as mulheres seriam mais prejudicadas. Em razão da maior longevidade que o homem, da obtenção mais cedo do benefício por idade, da acumulação de pensões, como também do acesso ao benefício-maternidade, as mulheres acessam cerca de 2/3 dos benefícios da Previdência Rural. O conflito constitucional em jogo é claramente o artigo 201, parágrafo 7, item 2 da Constituição Federal, como já citado na primeira questão, que para ser removido ou modificado requer reforma constitucional. O 'quórum' qualificado de reforma à Constituição é de 3/5 na Câmara e no Senado, a tramitação é lenta e especificamente a regra de idade única somente teria efeito para as novas aposentadorias. Não haveria, portanto, efeitos fiscais de curto prazo, obsessão dos promotores do 'ajuste fiscal'.

IHU On-Line - Como foi o encontro do Programa Justiça Econômica, realizado no final de fevereiro, em Brasília? Qual tem sido a opinião da sociedade civil em relação à reforma previdenciária? Como está o diálogo com o governo? Que sugestões foram apresentadas?

Guilherme Delgado - O Programa Justiça Econômica é uma iniciativa leiga, de origem na Igreja Católica, com tema de defesa dos direitos sociais. Tratamos da reforma da Previdência em cogitação no nosso encontro de dezembro em Brasília; deveremos fazê-lo novamente agora no final de março e temos ex-

pectativa de que as próprias Igrejas cristãs neste ano de Campanha da Fraternidade ecumênica possam tratar deste tema, por sinal muito bíblico - "a proteção dos órfãos e das viúvas" contra tantas tentações idolátricas.

Com relação às negociações do governo e sociedade civil, há um 'Fórum'⁶ específico sobre o tema funcionando em Brasília, com divergências radicais sobre essa reforma em cogitação. Diria que o consenso é impraticável nos termos atuais. E se o governo tentar impor solução, perderá ainda mais espaço social e político, enfraquecendo-se de maneira vital. Se houver um mínimo de bom senso, esse projeto será revisto. O outro projeto de reforma de longo prazo, com minirreforma tributária, não está na agenda do governo nem do sistema financeiro. Aparentemente a única coisa que vai ser decidida de imediato pelo Congresso é o destino da CPMF, com destinação, senão exclusiva, preponderante de destinação para o RGPS. Isto atenderia as necessidades fiscais 'provisórias' da Previdência Social.

IHU On-Line - Que relação há entre a proposta de reforma previdenciária e a questão dos juros da dívida pública?

Guilherme Delgado - A relação explicitamente assumida pelo Ministro da Fazenda Nelson Barbosa e pelos áulicos do sistema financeiro é direta: trata-se de fazer a reforma para gerar 'superávit primário' no Orçamento; ou ainda no dizer do Ministro Nelson Barbosa - sinalizar desde logo às agências internacionais classificadora de risco que a medida é feita nessa direção. E

⁶ **Fórum Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social:** trata-se de um decreto do Executivo Federal que estabelece regras para o debate sobre as questões previdenciárias entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Poder Executivo federal. (Nota da IHU On-Line)

como a despesa do RGPS, de pouco mais de 7 pontos percentuais do PIB, não pode ser cortada pelo ajuste fiscal convencional, a ideia simplista é de mudar a Constituição nos pontos mais frágeis, segundo essa visão, idosos e rurais, para gerar o recurso que por definição, o superávit primário, destina-se ao pagamento de juros e outras despesas financeiras. Tecnicamente há muitas outras maneiras de lidar com esse tema, mas a escolhida foi essa. Ela é uma espécie de porteira a ser aberta na "Ordem Social" da Constituição de 1988, a partir da qual viriam outras - desvinculação dos recursos da saúde, desvinculação dos recursos da educação, para citar, juntamente com a Previdência, as três principais que estão explicitamente assumidas no documento econômico do PMDB "Uma Ponte para o Futuro" (pags. 8 e 9).⁷

⁷ Sobre o tema, conheça o artigo de Eric Nepomuceno publicado nas Notícias do Dia,

IHU On-Line - Qual o interesse do sistema financeiro na precarização da Previdência Social pública no Brasil?

Guilherme Delgado - Numa sociedade governada pelos detentores da riqueza financeira, prevalece a 'ética' utilitária do egoísmo comportamental. Traduzindo em miúdos, os detentores dos títulos da dívida pública e de outras formas de riqueza submetem a sociedade a uma insanável voracidade pela captura do excedente econômico, mesmo que à custa das maiores privações humanas dos mais débeis na vida social. Isto já não é mais domínio da economia, mas da teologia. Foi assim no tempo de Jesus de Nazaré em relação aos pobres de Israel, espoliados sob a proteção do Templo, da Tetrarquia interna e do Império Romano, tendo ainda uma

de 19-11-2015, disponível em <http://bit.ly/1OUelUd>. (Nota da **IHU On-Line**)

espúria teologia da retribuição para justificá-lo. Aqui entre nós, hoje, o sistema financeiro tem os seus próprios sacerdotes, áulicos e burocratas; submete o governo e municia os meios de comunicação com operações de despiste e diversão, para impor ao fim de muita manipulação ideológica os seus interesses, como se fossem de "salvação da pátria". A última barreira que se antepõe a essa estratégia é a ordem constitucional, da qual os sistemas financeiro e midiático independentes tratam de removê-la.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Guilherme Delgado - Convém lembrar que a reforma da Previdência nos termos propostos é apenas o começo do declínio da "Ordem Social Constitucional" de 1988, empurrando o país para uma verdadeira "Ponte para o Passado". ■

LEIA MAIS...

- *Previsibilidade: a meta política e econômica de 2016*. Entrevista especial com Guilherme Delgado publicada nas **Notícias do Dia**, de 11-01-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1QVYD2B>;
- *A disputa que impede a emergência de uma terceira via*. Entrevista especial com Guilherme Delgado publicada nas **Notícias do Dia**, de 01-09-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1TT3HVM>;
- *Ajuste fiscal é teologia idólatra, não é economia*. Entrevista especial com Guilherme Delgado publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-06-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1pphUe>;
- *Brasil precisa romper com a dependência externa de um modelo agroexportador*. Entrevista especial com Guilherme Delgado publicada nas **Notícias do Dia**, de 18-02-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1oSsP1R>;
- *"Crescimento mais elevado não é viável sem uma inflação mais alta"*. Entrevista especial com Guilherme Delgado publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-04-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/21KqnsI>;
- *Guerra cambial: uma disputa entre gigantes*. Entrevista com Guilherme Delgado publicada na revista **IHU On-Line**, Edição 348, de 25-10-2010, disponível em <http://bit.ly/1njK3Ei>.

Entre a insustentável retórica do déficit e as verdadeiras razões da reforma previdenciária

Para a pesquisadora Denise Gentil, propor uma reforma na Previdência Social em um momento de crise financeira é um ato de suicídio político

Por Ricardo Machado

Tão sólido quanto um castelo de areia é o argumento em torno do déficit orçamentário da Previdência. O ponto central de quem defende uma mudança no regime de concessões de aposentadorias é que o orçamento da pasta é deficitário. Na contramão do quem vem sendo defendido pelo governo federal, estudos apontam que os recursos para a seguridade social são superavitários, mesmo em tempos de recessão econômica.

“Tenho defendido que o governo faz um cálculo sem considerar o que prevê a Constituição Federal nos artigos 194 e 195. Nesses dois artigos verifica-se que os recursos que pertencem à seguridade social, que financiarão os gastos com saúde, assistência social e previdência, são provenientes de várias fontes de receita”, sustenta Denise Gentil, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Para a pesquisadora, o argumento de que não há recursos é facilmente refutável, entretanto reconhece que há um clima geral de desinformação que leva as pessoas a acreditar nas saídas apresentadas. “Os homens de negócios, os cidadãos comuns, as pessoas do meio acadêmico e os burocratas do Estado também acreditam nesse déficit. Existe uma parte da sociedade que é massacrada por esta informação e que acredita, de fato, que ela é verdadeira”, pondera. “Quem defende a seguridade social, no entanto, sabe que

toda essa retórica é forjada para privatizar a oferta de serviços públicos”, esclarece.

Segundo Denise, todo esse jogo político serve apenas para colocar em prática um projeto que não é somente econômico, mas também civilizacional, em que o sistema financeiro absorve todas as dimensões da vida humana. “Empurra-se a população para fazer planos de previdência em fundos privados de capitalização e isso desloca essas pessoas de um serviço que deveria ser público para o sistema financeiro. Trata-se de um processo de financeirização do orçamento público. Reduzir benefícios significa empurrar as pessoas para os planos privados de previdência”, critica.

Denise Lobato Gentil é bacharel em Economia pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, realizou mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará e doutorado em Economia no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde atualmente é professora. É autora de diversos artigos acadêmicos e organizadora do livro *Produto Potencial e Investimento* (Rio de Janeiro: Ipea, 2009).

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, publicadas na página eletrônica do IHU, 26-02-2016.

Confira entrevista.



Tenho defendido que o governo faz um cálculo sem considerar o que prevê a Constituição Federal

IHU On-Line - Em sua pesquisa, a senhora afirma que o governo se utiliza de métodos questionáveis para apontar o crescimento progressivo do déficit do sistema previdenciário. Quais seriam os principais equívocos desse método?

Denise Gentil - Tenho defendido que o governo faz um cálculo sem considerar o que prevê a Constituição Federal nos artigos 194 e 195. Nesses dois artigos verifica-se que os recursos que pertencem à seguridade social, que financiarão os gastos com saúde, assistência social e previdência, são provenientes de várias fontes de receita. Há a receita de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o PIS-Pasep, a receita de concursos de prognósticos e a Contribuição Previdenciária dos trabalhadores, empregadores e dos contribuintes individuais para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O que o governo faz, de fato, é pegar as Contribuições Previdenciárias do INSS e diminuir dessa receita o total dos benefícios previdenciários. O resultado é deficitário. Então a Previdência, que é financiada por quatro fontes de receita, aparece como sendo financiada por apenas uma. Mas, seguindo os preceitos constitucionais, o correto é somar todas as receitas da seguridade social e diminuir o total da despesa, o que inclui todos os gastos com previdência, os gastos com o Sistema Único de Saúde - SUS, com o Bolsa Família, com os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Permita-me insistir em algo importante: baseado nos preceitos constitucionais, não há déficit. Em 2013 houve um superávit de R\$ 67 bilhões, em 2014 um superávit de R\$ 35 bilhões e em 2015 de R\$ 16 bilhões. Note-se que no governo Dilma esse superávit tem caído progressivamente, porque a política macroeconômica tem produzido queda do Produto Interno Bruto - PIB desde 2011. Os anos de 2014 e 2015 são anos de recessão, mesmo assim o sistema de seguridade social gerou um superávit de R\$ 16 bilhões em 2015. Então, o que insistimos é que obviamente o argumento central para fazer a reforma da Previdência não pode ser a falta de recursos para cobrir os gastos. Temos que discutir as verdadeiras razões de fazer essa reforma.

Aliás, não sou apenas eu quem chega à conclusão de que há um superávit. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Anfip chega a resultados semelhantes aos que apresentei.

IHU On-Line - Caberia a quem questionar a aplicação constitucional?

Denise Gentil - A sociedade civil tem que se mobilizar contra essa farsa, que se repete há décadas, de falar que a Previdência Social tem déficit. Nós teríamos que provocar uma grande mobilização social para que o governo não fizesse reforma na Previdência com base no falso discurso do déficit. Infelizmente ainda não conseguimos reverter essa situação, porque o mantra do déficit passou a

ser uma verdade estabelecida. Os homens de negócios, os cidadãos comuns, as pessoas do meio acadêmico e os burocratas do Estado também acreditam nesse déficit. Existe uma parte da sociedade que é massacrada por esta informação e que acredita, de fato, que ela é verdadeira. Quem defende a seguridade social, no entanto, sabe que toda essa retórica é forjada para privatizar a oferta de serviços públicos.

A grande questão em jogo é o processo de privatização que, particularmente, se acentuou no governo Dilma. Privatização na área de educação, de saúde, de infraestrutura - com os leilões de concessão na área de portos, rodovias, ferrovias, aeroportos, estádios de futebol - inclusive na área do pré-sal. Mas como se privatiza na área da previdência? Vai-se provocando o achatamento dos benefícios e dificultando o acesso aos direitos. Quando se procede dessa forma, as pessoas passam a criar a ideia de que quando elas forem se aposentar o valor dos benefícios será tão baixo que elas precisarão de um plano de previdência complementar contratado em um banco. Empurra-se a população para fazer planos de previdência em fundos privados de capitalização e isso desloca essas pessoas de um serviço que deveria ser público para o sistema financeiro. Trata-se de um processo de financeirização do orçamento público. Reduzir benefícios significa empurrar as pessoas para os planos privados de previdência.

A mesma coisa se faz com o sistema público de saúde. Investe-se pouco na saúde, precariza-se o atendimento, as pessoas se sentem inseguras e acabam optando por fazer um plano privado de saúde para serem, supostamente, mais bem atendidas. Isso leva as famílias a gastar cada vez mais com saúde privada, previdência privada, creches privadas, so-

brando cada vez menos renda para as famílias. Em síntese, é a agudização do processo de financeirização do orçamento público, através do qual o governo empurra as famílias para a oferta de serviços privados, que deveriam ser disponibilizados de maneira gratuita e universalizada para todos os cidadãos.

IHU On-Line - Como essa lógica se relaciona à concentração de renda?

Denise Gentil - O orçamento público direciona 8,5% do PIB para gastos com juros, que em 2015 representaram R\$ 501 bilhões. Esses recursos foram gastos com o seletivo grupo social de menos de 100 mil pessoas. Enquanto isso o governo gastou R\$ 380 bilhões com benefícios do Regime Geral de Previdência Social que atenderam diretamente 28,3 milhões de pessoas e indiretamente 90 milhões de pessoas. No entanto, o governo não discute a magnitude desse gasto com juros. Estas transferências financeiras provocam uma enorme concentração de renda, retirando recursos e serviços da população para destinar a uma fatia da sociedade que só vai acumular mais riqueza. Esse grupo de privilegiados não vai elevar seu consumo, não vai investir e nem produzir ou gerar emprego. Esses recursos são esterilizados. O que nós precisamos é discutir o processo de financeirização do orçamento público.

IHU On-Line - Isso é mais do que um processo econômico, mas civilizacional. Correto?

Denise Gentil - Exatamente. Isso é um projeto de sociedade em que o sistema financeiro domina todas as políticas porque está dentro das instituições. Coisa semelhante ocorre na área de educação, pois, afinal de contas, o que são as bolsas do Programa Universidade para todos - Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies?

Os alunos, que deveriam estar em universidades públicas, estão em universidades privadas, pagando para estudar, tomando empréstimo a taxas de juros exorbitantes. O Prouni, em vez de dedicar vagas aos estudantes em universidades públicas, oferta bolsa em uma universidade privada de qualidade inferior às universidades públicas.

Na área da saúde o governo abre mão de receita tributária ao permitir que as pessoas deduzam o que pagam com planos de saúde do imposto de renda. Estes recursos poderiam estar sendo empregados no SUS. Ao precarizar os serviços do SUS, o governo está empurrando

“

Empurra-se a população para fazer planos de previdência em fundos privados de capitalização

do as pessoas para planos de saúde privados, já que não esperam ser atendidas adequadamente pela saúde pública. Isto sem contar as subvenções econômicas, que são repasses diretos do governo para as empresas privadas.

Renúncias

Fazer renúncias tributárias é um processo de privatização de recursos públicos. Os números da Receita Federal mostram que o governo abriu mão de tributos num montante equivalente a 8% do PIB em 2014. Essa estratégia de renúncia tributária atinge frontalmente as receitas de seguridade social.

Em 2015, o governo federal renunciou a receitas tributárias num montante de R\$ 282 bilhões. Desse total, R\$ 157 bilhões eram recursos

da seguridade social, que deveriam estar a serviço da Previdência, da saúde e da assistência social. Em 2016, estão previstos R\$ 271 bilhões de renúncia tributária. Desse total, R\$ 142 bilhões pertencem à seguridade social.

Quem paga a conta

O governo agora propõe uma reforma da previdência para diminuir gastos de forma a se ajustar a um padrão de receitas mais baixo. Ora, isso é razoável? Alguém acha que a sociedade vai compreender? As renúncias tributárias se transformaram em margem de lucro mais alta para as empresas, sem elevar o investimento, sem criar empregos e sem gerar novas tecnologias.

O Estado brasileiro sucumbiu completamente a uma proposta de reforma da previdência social que é formulada pelo mercado achando que isso lhe dará sustentação política. Acontece que o mercado financeiro é insaciável. Já se apropria de 8% do PIB com juros da dívida pública e ainda quer mais os 8% do PIB que são gastos com a previdência social para que os fundos privados de previdência sejam favorecidos.

Desemprego

Nós perdemos 1,4 milhão de empregos formais em 2015, conforme informou o Ministério do Trabalho com base nas estatísticas do Censo Geral de Empregados e Desempregados - Caged; o rendimento real dos trabalhadores sofreu uma perda de 3,7% em 2015, com relação a 2014, a maior perda desde que a série de rendimentos reais dos trabalhadores se iniciou em 2002, que é a primeira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e tivemos uma queda da taxa de rendimento real dos trabalhadores de 5,3% em 2015 com relação a 2014. Neste momento de perda de renda para a classe tra-

balhadora, o governo - em um ato de suicídio político - propõe uma reforma da previdência.

IHU On-Line - Como são organizados e como funcionam os sistemas da seguridade social?

Denise Gentil - Existem três pilares no sistema de proteção social:

1) Assistência Social: é o pilar que combate diretamente a pobreza. Com a Assistência Social, há a transferência de renda diretamente para as pessoas pobres e indigentes. É uma renda não contributiva, ou seja, quem receberá os benefícios não precisa ter contribuído para isso. Então, no Brasil tem, por exemplo, o repasse de renda monetária para os idosos pobres e para os deficientes físicos de baixa renda e tem o Bolsa Família;

2) Saúde Pública (Sistema Único de Saúde - SUS): que é um sistema de saúde universal, não contributivo;

3) Previdência Social: transferência de renda para pessoas que ficaram impossibilitadas de permanecer no mercado de trabalho, seja pelo desemprego, seja por doença, invalidez ou idade avançada.

Esses três pilares foram criados com o objetivo de dar um padrão de vida digno para a população, porque esse é o objetivo de um sistema de seguridade social, ou seja, é reproduzir a força de trabalho em condições dignas.

Então, o que está em disputa hoje, na Europa, e está em disputa também aqui no Brasil, é que tipo de sociedade nós construiremos. Se vamos construir uma sociedade em que a reprodução da classe trabalhadora em condições dignas será feita pelo Estado ou se vamos abandonar os cidadãos ao mercado e os que forem "fortes" buscarão os bancos para se proteger fazendo seguros, e os que não forem, não tiverem escolaridade elevada, não

puderem ter bons empregos e bons salários, não terão nada.

O processo conservador que avança na Europa tem implicado em fazer o ajuste fiscal, reduzir o crescimento, provocar o maior desemprego possível para reduzir salários, comprimir bastante o gasto público com benefícios sociais

“

Estas transferências financeiras provocam uma enorme concentração de renda

para que seja desmantelado o sistema de proteção social europeu. Nós, aqui no Brasil, fomos capturados por esse discurso de que há um excesso de gasto social para poder justificar a redução do nosso sistema de proteção social. Esse discurso pertence ao sistema financeiro, tanto na Europa quanto aqui no Brasil.

IHU On-Line - Como a senhora avalia o cálculo progressivo para a aposentadoria? Esse cálculo está associado ao discurso financeiro?

Denise Gentil - O cálculo progressivo é a fórmula 85/95 para os que se aposentam por tempo de contribuição: é a soma da idade mais o tempo de contribuição. Para as mulheres, se essa soma der um total de 85, elas poderão se aposentar sem a incidência do fator previdenciário, ou seja, poderão se aposentar com o benefício integral; para o caso dos homens, a soma da idade mais tempo de contribuição deve ser igual a 95. Se a soma da idade mais o tempo de contribuição der um número inferior a 85 ou 95, as mulheres e

os homens sofrerão a incidência do fator previdenciário.

O governo está propondo instituir uma idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição. É uma falta de visão realista do que realmente acontece no mercado de trabalho no Brasil. Se faz uma proposta de homogeneização como se todos tivessem condições iguais de se aposentar com mais de 60 anos. Na verdade, as pessoas, após os 40 anos, já vão sofrendo de uma série de doenças crônicas, que vão impossibilitando-as de ficar no mercado de trabalho e que faz com que elas percam capacidade para concorrer com os mais jovens. O tipo de ocupação que as pessoas realizam também pode ir causando lesões crônicas e isso foi comprovado através da Pesquisa Nacional de Saúde, que mostrou que os brasileiros começam a desenvolver doenças crônicas a partir dos 40 anos, as quais vão comprometendo a sua capacidade de trabalho. Essas doenças, chamadas de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, são doenças do aparelho circulatório, diabetes, colesterol, pressão alta, doenças crônicas na coluna vertebral, e que são responsáveis por aposentadorias com uma idade inferior àquela em que o governo argumenta que os trabalhadores estão em plena capacidade de trabalho. As mulheres são as principais acometidas por doenças crônicas. São mais de 57 milhões de pessoas que sofrem de doenças crônicas no Brasil.

Obsolescência

Além disso, é preciso perceber que o desenvolvimento tecnológico é muito acelerado. Muitas vezes os trabalhadores com mais de 50 anos estão com sua capacidade de trabalho obsoleta em relação ao desenvolvimento tecnológico; o trabalhador não consegue acompanhar esse processo e não tem mais como disputar o posto de trabalho

com os mais jovens. A única saída que lhe resta é se aposentar.

Uniformização

O governo também quer uniformizar a aposentadoria de homens e de mulheres, elevando a idade de aposentadoria das mulheres para que se torne igual à dos homens, sem ter uma pesquisa mais profunda sobre como de fato vivem as mulheres no mercado de trabalho. Quais são as dificuldades que elas enfrentam, não apenas com doenças crônicas, mas também de discriminação do mercado? Sabe-se que as mulheres trabalham 38 horas por semana, enquanto os homens trabalham 44 horas por semana, e isso acontece porque as mulheres trabalham 28 horas por semana em serviços domésticos não remunerados, cuidando de filhos e dos idosos da família, o que gera um enorme desgaste físico, porque o número de horas trabalhadas é muito superior ao dos homens.

O prejuízo profissional para as mulheres é muito grande, porque as mulheres que são casadas e têm filhos acabam se submetendo a trabalhos em tempo parcial, muito precários, com salários mais baixos, que é o que resta para elas fazerem, dada a necessidade de atender aos dependentes da família. As mulheres também têm grande prejuízo profissional porque acabam interrompendo a sua carreira a cada filho que nasce e isso provoca rupturas profissionais que implicam em quedas salariais.

Assimetrias

Portanto, há um processo de exclusão das mulheres do mercado de trabalho. O governo não proporciona creches nem escolas em tempo integral. As creches do setor privado são caríssimas e as mulheres não têm como manter seus filhos abrigados durante o período de trabalho; as mulheres são obrigadas a ficar nos serviços domésticos,

principalmente quando o chefe da família é o homem. Então, essas assimetrias do mercado de trabalho entre homens e mulheres são, hoje, compensadas no momento da aposentadoria, quando a mulher se aposenta cinco anos antes.

IHU On-Line - Quais são as limitações e os arranjos que ainda precisam ser feitos ao sistema de seguridade social?

Denise Gentil - Nós temos muito para melhorar. O maior campo de avanço que poderia ocorrer é o de chegarmos a um ponto em que os trabalhadores urbanos, que passaram a sua existência em trabalhos precários e informais, pudessem também se aposentar como se apo-

“

Fazer renúncias tributárias é um processo de privatização de recursos públicos

sentam os trabalhadores rurais. Isto é, sem a necessidade da contribuição, eles se aposentam com a comprovação do tempo de trabalho e têm o direito de se aposentar com o piso de um salário mínimo.

O avanço é no sentido de incorporar mais trabalhadores precarizados para dentro do sistema, porque nosso sistema de previdência é contributivo, mas como a renda brasileira é baixa, e muitos não têm condições de contribuir, só há contribuição quando as pessoas estão em um emprego formal com carteira assinada. Isso é o que seria o grande avanço: todos os cidadãos brasileiros deveriam ter direito a uma renda na velhice, quer tivessem contribuído ou não, simplesmente pelo fato de serem ci-

dadãos. Porque se eles não contribuíram diretamente, contribuíram de forma indireta ao consumirem qualquer tipo de bem, porque no preço dos bens já está embutido imposto: a Cofins, a CSLL, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, todos impostos embutidos nos preços que pagamos.

Receitas progressivas

Outro grande arranjo que poderia ser feito numa reforma da Previdência seria tornar as receitas que financiam o sistema de seguridade social mais progressivas. O peso da arrecadação recai sobre a população mais empobrecida, pois quem mais paga as contribuições sociais são as pessoas que ganham de um a três salários mínimos, quando deveria recair sobre os de maior poder aquisitivo. O sistema tributário brasileiro é altamente regressivo.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Denise Gentil - Quero tocar em um assunto muito importante relacionado ao campo político: seria extremamente importante que os políticos entendessem que a base eleitoral do futuro serão os idosos, pessoas com idade superior a 50 anos. Está sendo usado o argumento do envelhecimento acelerado da população no futuro para destruir o sistema de proteção social no Brasil. Então, é necessário perceber que os eleitores de hoje e do futuro são aqueles que o governo está prejudicando com uma reforma que reduz a renda de benefícios. É preciso que tenham muito cuidado com isso. Os idosos saberão direitinho quem votou na reforma da Previdência. Se o governo de fato conseguir aprovar essa reforma draconiana que está propondo - que eu espero que não consiga -, perderá o apoio político de uma parcela importante da população. ■

A insistente imposição da agenda dos derrotados

“A questão do déficit público no Brasil são os juros, e não a Previdência”, sustenta Amir Khair, ao analisar o projeto de reforma previdenciária

Por Ricardo Machado

Declarações, manchetes, especulações. O governo federal ainda não anunciou oficialmente sua posição com relação à reforma previdenciária que deve encaminhar ao Congresso. Mas o burburinho em tempos de recessão econômica é de que o vilão das contas públicas seria a Previdência, quando o que os números mostram é algo bem diferente. “Como vamos começar a pensar na reforma da Previdência se o governo está queimando dinheiro com juros 21 vezes mais do que aquilo que ele quer atingir, que são os benefícios previdenciários?”, provoca Amir Khair, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. O economista é direto ao fazer a crítica. “A questão do déficit público no Brasil são os juros, e não a Previdência”, ressalta.

“Uma coisa é o governo chegar para a imprensa e dizer que as ‘contas vão estourar’, mas eles não apresentam o valor. Outra coisa é dizer que as contas da Previdência vão

estourar em ‘tal valor’”, pondera o economista. Para o entrevistado, o tema da Previdência Social é muito caro à sociedade e, portanto, não pode ser tratado com essa leviandade. “Esse é um assunto que interessa a toda a população, porque vai mexer com os direitos de toda a nação, então se o governo está dizendo que vai estourar, prove. Provar significa mandar uma planilha? Não. Provar significa colocar as premissas e entregar a planilha com todos os cálculos e checar tecnicamente se a planilha está corretamente feita”, propõe.

Amir Khair é economista e mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, de São Paulo. Foi secretário municipal de Finanças na gestão da prefeita Luiza Erundina na capital paulista (1989-1992). É consultor nas áreas fiscal, orçamentária e tributária.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a reforma previdenciária na atual conjuntura? Por que a idade mínima é injustificável?

Amir Khair - Em primeiro lugar, quando se fala de reforma da Previdência, tem que se considerar uma série de questões anteriores que não estão sendo discutidas. O governo fala que as pessoas estão vivendo mais, que há um número de aposentados crescente e que cresce o tempo de vida deles, o que chamamos de sobrevida, após a aposentadoria. No entanto querem reduzir os benefícios previdenciários, que são as aposentadorias e pensões concedidas. Quando se compara o ano de 2014 com 2015, em valores atuais, houve um crescimento desses benefícios em R\$ 6

bilhões, o que corresponde a 1,4% acima da inflação. Ao observar a conta de juros, com a mesma base de referência, 2014-2015, ela cresceu R\$ 130 bilhões, ou seja, o aumento é 21 vezes maior que os benefícios previdenciários. Então vem a pergunta: como vamos começar a pensar a reforma da Previdência se o governo está queimando dinheiro com juros 21 vezes mais do que aquilo que ele quer atingir, que são os benefícios previdenciários?

Os benefícios previdenciários atendem as camadas de classe média e a população de menor renda, que usam a aposentadoria quando estão mais idosos. Já os juros atendem os estratos superiores da economia, que são aqueles que aplicam em juros do governo, ou

seja, cerca de 150 mil famílias, ao passo que na Previdência Social são milhões de pessoas.

Idade mínima

Com relação à idade mínima, é uma grande enganação à sociedade no seguinte sentido: no Brasil, diferente do que ocorre na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, existe uma coisa chamada “fator previdenciário”. Não se pode ter idade mínima e fator previdenciário. Ocorre o seguinte: quando uma pessoa tem fator previdenciário, no caso de um homem, a contribuição para obter a aposentadoria é de 35 anos, e quando se solicita essa aposentadoria com pouca idade o valor a receber é da ordem da metade do

valor total em caso de cumprimento do fator previdenciário. Quando o sujeito chega aos 50 anos é expulso do mercado de trabalho, não porque quis sair, mas porque foi demitido; ele é substituído por uma pessoa de menos idade com salário menor. Essa pessoa que perde o emprego tem uma dificuldade imensa de retornar ao mercado de trabalho e quando volta, normalmente, não recebe o salário que ganhava.

O problema é que o orçamento dessas pessoas fica muito apertado, com isso deixam de pagar as contribuições da Previdência Social, não alcançam o tempo de contribuição preenchido e não conseguem chegar à idade mínima, perdendo o direito à aposentadoria. Essa é a questão de fundo que perpassa a idade mínima.

Nos Estados Unidos e na Europa há uma rede de proteção social que não existe aqui. Lá a idade mínima funciona porque as pessoas ou não são expulsas do mercado de trabalho ou, se forem, têm uma retaguarda de proteção social que no Brasil não tem. Então idade mínima de 65 anos para o homem, e querem fazer a mulher se aposentar na mesma idade, será um problema cruel para a população. As pessoas não optam por se aposentar precocemente, elas são forçadas a se aposentar.

IHU On-Line - Tecnicamente, como o tema está sendo tratado em Brasília? Que estudos têm fundamentado os pontos trazidos pelo governo?

Amir Khair - Não existe nenhuma projeção oficial do governo que mostre como as contas da Previdência ficariam daqui a 20, 30, 40 ou 50 anos. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam apresentadas as premissas e a memória de cálculo utilizadas. É importante que se explique isso, porque uma coisa é o governo chegar para a imprensa e dizer que as "contas vão estourar", mas eles não apresentam o valor. Outra coisa é dizer que as "contas da Previdência vão estourar em 'tal valor'". Esse é um assunto que interessa a toda a população, porque vai mexer com os direitos de toda a nação, então

se o governo está dizendo que vai estourar, prove. Provar significa mandar uma planilha? Não. Provar significa colocar as premissas e entregar a planilha com todos os cálculos e checar tecnicamente se a planilha está corretamente feita. O governo não tem isso, e nunca teve. A responsabilidade pública de quem quer mexer em algo que interessa a milhões de pessoas exige que as razões sejam comprovadas detalhadamente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal exige.

IHU On-Line - No que se baseia o modelo de reforma proposto pelo governo?

Amir Khair - A Previdência Social é algo que atinge todo o corpo social em um regime de compartilhamento. Trata-se de um modelo no qual quem ganha mais ajuda quem ganha menos. A ideia não é capitalizar e as pessoas receberem aposentadoria de acordo com o que pagaram. É um regime contributivo e solidário. É diferente daquilo que foi colocado no Chile, por exemplo, em que a pessoa se aposentaria pelo valor recolhido.

No Brasil é o modelo solidário, mas há, nesse sistema, falta de solidariedade. Isso ocorre porque as pessoas que ganham acima do teto da contribuição pagam o valor limitado a isso, e não os 11% do salário real. Então uma pessoa que ganha R\$ 20 mil está pagando 5% ou 6% do valor do salário com o recolhimento. Já uma pessoa que ganha até R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil está pagando 11%. Então o sistema no Brasil é fortemente regressivo, o que não é bom.

IHU On-Line - Como o atual projeto de reforma se relaciona com a concentração de renda?

Amir Khair - O projeto como está se desenhando não mexe, por si próprio, na concentração de renda. Ele tem um impacto indireto sobre a vida das pessoas e os ganhos com a aposentadoria. Como a aposentadoria é um rendimento que interessa às camadas médias e baixas da população, qualquer retirada de direitos é uma piora nos rendimentos dessa pessoa. Consequentemente isso tem impacto nas rendas das pessoas.

IHU On-Line - O que está por trás da estratégia de o governo focar na Previdência como "solução" para os problemas das contas públicas? Afinal, o que está em jogo é um projeto político-econômico ou civilizacional?

Amir Khair - Esse projeto serve para desviar a atenção do grande problema fiscal que o Brasil tem há décadas, que é a alta taxa de juros cobradas no mercado em relação aos títulos do governo. Uma taxa alta, completamente fora dos padrões internacionais, que faz com que o Brasil tenha gastado R\$ 501 bilhões com juros no ano passado e neste ano deve chegar a R\$ 650 bilhões. Então, o governo não quer mexer na questão dos juros, porque isso interessa às camadas altas da população e aos bancos, que são os que mais lucram com essas taxas. Este governo, como os anteriores, não olha para a questão dos juros. A questão do déficit público no Brasil são os juros, e não a Previdência.

IHU On-Line - Por que parece impossível discutirmos Previdência Social sem discutirmos conjuntamente a política econômica e, sobretudo, a política de juros?

Amir Khair - O debate quente é o da política de juros. Discutir a Previdência com a população assustada com as novas regras que estão por vir, exigindo idade mínima, leva a uma piora nas contas da Previdência, porque as pessoas se assustam e correm para se aposentar no regime atual, o que faz as despesas previdenciárias darem um salto. Isso é um golpe do governo com relação ao problema fiscal do Brasil, porque, em vez de resolver, agrava em curto e médio prazos. O que temos de tratar são estas questões, porque nunca saberemos como será o longo prazo. No caso da Previdência, temos que ver como a demografia vai variando em relação a todos os estratos, e não apenas aos idosos. O número de pessoas jovens com menos de 20 anos está diminuindo em termos absolutos, o que, consequentemente, reduzirá as despesas com essa camada da população.

IHU On-Line - Como entender a estratégia do governo, ainda com

o ministro Guido Mantega, de desonerar a folha salarial de grandes empresas e, ao mesmo tempo, reduzir os direitos previdenciários dos trabalhadores?

Amir Khair - Foi o ministro Mantega¹ quem fez essa política suicida de desonerar a cota patronal, que era a principal receita da Previdência Social - 20% sobre a folha de pagamento das empresas -, algo bem superior ao que é recolhido dos trabalhadores, cujo máximo é 11%.

Agora se paga de 1% a 1,5% do faturamento. Com isso a Previdência Social começou a receber menos dinheiro, mas o governo dizia que estaria compensando pelo Tesouro Nacional a Previdência, o que na realidade não ocorreu. Então as receitas da Previdência começaram a cair.

Tanto é que saiu no jornal *O Estado de SP* uma matéria dizendo que essas desonerações, por decisões

1 Guido Mantega (1949): economista brasileiro, ex-ministro da Fazenda do Governo Lula e do primeiro governo de Dilma Rousseff. Mantega é doutor em Sociologia e professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Desde 1993 trabalhava como assessor pessoal de Lula, para assuntos econômicos. Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Nota da **IHU On-Line**)

do governo, estariam reduzindo pela metade o déficit de 2015, que serviu de pretexto para as pessoas argumentarem que as contas da Previdência eram explosivas. Se fosse realmente tirado o efeito dessas desonerações que agrediram a Previdência Social, roubando recursos, a Previdência não estaria com os problemas de déficit conforme são apresentados hoje.

IHU On-Line - **Que panorama está se desenhando com relação à questão previdenciária a partir dos movimentos do governo?**

Amir Khair - A fórmula 85/95 votada no Congresso a cada ano aumenta um pouco, até chegar à fórmula 90/100, isso prevendo um envelhecimento maior da população. Esta fórmula é mais inteligente que a da idade mínima e menos injusta, porque é possível se aposentar antes de atingir essa soma, mesmo tendo a incidência do fator previdenciário, que, embora reduza o salário, não deixa o trabalhador em uma situação de total insegurança.

IHU On-Line - **Na avaliação do senhor, por que há um certo si-**

lêncio da sociedade civil em torno do tema?

Amir Khair - Na realidade está havendo um movimento por meio das centrais sindicais e do PT, que se opuseram radicalmente a qualquer medida na Previdência Social. Isso tende a crescer à medida que o governo teima em tirar direitos dos trabalhadores.

IHU On-Line - **Quando o senhor fala em governo, se refere a quem?**

Amir Khair - À Dilma Rousseff² e a Nelson Barbosa,³ ministro da Fazenda. É uma agenda retrógrada, que joga o país para trás, que agride a questão fiscal, faz com que ela se agrave. É uma agenda de derrotados. ■

2 Dilma Rousseff (1947): é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT e atual presidente da República Federativa do Brasil. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Nelson Henrique Barbosa Filho (1969): é um economista e professor brasileiro. Foi Secretário Executivo do Ministério da Fazenda entre 2011 e 2013. É o atual Ministro da Fazenda. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *O medo do “fantasma da inflação” paralisa a economia brasileira.* Entrevista especial com Amir Khair publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1p4mMYD>;
- *Redução da Selic é assunto proibido. Enquanto isso, a economia segue ladeira abaixo.* Entrevista especial com Amir Khair publicada nas **Notícias do Dia**, de 12-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1oUKbv0>;
- *“A taxa Selic é o veneno da economia”.* Entrevista especial com Amir Khair publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-04-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1WZgaVQ>;
- *Um modelo de desenvolvimento baseado no consumo.* Entrevista com Amir Khair publicada na revista **IHU On-Line**, nº 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/1p4nxC>;
- *Aposta no consumo e na liquidez interna como resposta à crise internacional.* Entrevista com Amir Khair publicada na revista **IHU On-Line**, nº 385, de 19-12-2011, disponível em <http://bit.ly/1LYiHK8>;
- *Política econômica preventiva. “A redução da taxa Selic é positiva”.* Entrevista especial com Amir Khair publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-09-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1YaeBpQ>;
- *A crise do euro, a reestruturação geopolítica e os países emergentes.* Entrevista especial com Amir Khair publicadas nos **Notícias do Dia**, de 17-05-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1TUz02l>.

A insistência em um modelo esgotado

Para Evilasio da Silva Salvador, por insistir no tripé macroeconômico, o governo acaba tendo as políticas públicas sempre preteridas ao sistema do capital

Por João Vitor Santos

Discutir o sistema de previdência no Brasil exige antes um mergulho mais profundo nas questões de fundo. Em períodos de crise econômica, as estratégias de governo são sempre bradar pelo corte de despesas, pela ideia de ajuste fiscal. O economista Evilasio da Silva Salvador acredita que o que embasa essa ideia é a velha lógica de servir ao sistema capitalista. “Em momentos de crise, num país periférico como o nosso, de cessão passiva no capitalismo mundial, os rentistas passam a exigir cada vez mais recursos do fundo público para o pagamento de juros”, destaca. É por aí que a Previdência Social passa a ser atacada, sendo posta como deficitária e, na sequência, tendo as reformas como necessárias. “Prefiro, na verdade, chamar de contrarreforma, porque reforma é sempre no sentido de garantir direitos, e não o contrário”, completa Salvador, em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line.

Segundo o professor e pesquisador, no Brasil, mesmo em meio a um governo dito progressista e de esquerda, o que há é uma atualização da ortodoxia - e de servidão ao capital - da política econômica. “Na realidade, não abandonaram o tripé macroeconômico. Bem ou mal, desde 1993 se estabeleceu esse regime de meta de inflação, com política macroeconômica composta por elevada taxa de juros, política cambial de não controle de entrada e saída de capital e, no campo fiscal, insiste-se no superávit fiscal primário de economia

de recurso por 15 ou 16 anos, de forma que, nessa crise, nenhum país tem feito”, explica. Salvador ainda destaca que, em função da crise, é ainda mais urgente o abandono dessa política para, de fato, adotar uma política progressista que favoreça o conjunto da população. “É preciso praticar um outro tipo de política econômica, para somente assim viabilizar uma outra política social”, dispara. “Financiamentos de saúde, de educação, de previdência, de assistência social, de seguro-desemprego e de outras políticas sociais têm de estar blindados contra qualquer tipo de cortes de recursos”.

Evilasio da Silva Salvador é economista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mestre em Política Social e doutor em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB e pós-doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor na UnB, integra o Programa de Pós-graduação em Política Social. Autor, entre outras publicações, do livro *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil* (São Paulo: Cortez, 2010). Ainda é vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho da UnB. Desenvolve pesquisa na área de Política Social e finanças públicas, principalmente nos temas: fundo público, orçamento público, tributação, seguridade social, previdência social, financiamento das políticas públicas e análise/avaliação de políticas sociais.

Confira a entrevista.



Esse tripé de política macroeconômica tem de ser abandonado se quiser se fazer um governo progressista e que favoreça o conjunto da população

IHU On-Line - Como avalia o sistema previdenciário brasileiro?

Evilasio da Silva Salvador - O sistema brasileiro de Previdência Social tem seu último desenho mais relevante na Constituição de 1988, mas cabe lembrar que é um sistema em construção desde a década de 1920, com a primeira legislação previdenciária chamada Lei Eloy Chaves¹. Tivemos as Caixas de Aposentadorias e Pensões, depois os Institutos de Aposentadorias e Pensões e a própria criação do ministério, passando pelo Sistema Simples até chegar ao desenho da Seguridade Social.

Assim, o Brasil, em 1988, vai dar um grande passo em direção à consolidação de um sistema de proteção social, de construção de cidadania. Ainda que a Seguridade Social em 1988 não seja das mais avançadas do mundo, foi um passo importante da nossa história, que indica que a Constituição pensou a previdência social juntamente com a assistência social, a saúde e o seguro-desemprego em um único sistema de proteção.

A Constituição vai designar um conjunto de fontes de receitas para financiar essas despesas. Até então, tínhamos a previdência social sustentada pela folha de pagamen-

¹ **Lei Eloy Chaves:** a Lei Eloy Chaves foi publicada em 24 de janeiro de 1923. Consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. Após a promulgação desta lei, outras empresas foram beneficiadas e seus empregados também passaram a ser segurados da Previdência Social. (Nota da IHU On-Line)

to, a saúde era vinculada a quem estava no mercado de trabalho e a assistência social não era sequer reconhecida enquanto sistema de política pública. No tocante especificamente à previdência social, há inúmeros avanços na Constituição. Por exemplo: igualou-se a condição do trabalhador rural à do trabalhador urbano, garantiu-se que o benefício de aposentadoria iria manter seu valor real, sem perdas em relação à inflação, e vinculou-se o valor do piso previdenciário ao salário mínimo.

Nasce a Previdência, nasce a “crise”

Entretanto, desde 1988 temos aquilo que alguns autores chamam de “cultura da crise da seguridade social”. A Constituição mal se estabeleceu e, acho que por volta de 1990, já estava instalada a primeira comissão do Congresso para tentar uma reforma - que prefiro na verdade chamar de contrarreforma, porque reforma é sempre no sentido de garantir direitos, e não o contrário - da Seguridade Social. Nem havia ainda regulamentação e já se alegava que o sistema era inviável.

Desde lá, vêm sendo feitas algumas modificações nessa contrarreforma, como a Emenda Constitucional nº 20, a nº 41 e algumas outras modificações realizadas no sistema previdenciário para enfraquecer esse desenho apontado pela Constituição de 88. Mas o que ainda temos hoje em termos de conquistas importantes?

A vinculação com o salário mínimo para preservação do valor real. Por outro lado, há um falso debate colocado pela imprensa e pelo próprio governo, defendendo que, primeiro, é preciso estabelecer aposentadoria por idade. Ora, como se no Brasil não tivesse aposentadoria por idade - homens aos 65 anos e mulheres aos 60 anos -, uma das mais elevadas do mundo, e não basta apenas ter idade, mas sim 15 anos de contribuição ao Sistema Previdenciário. Os trabalhadores, no mercado formal no Brasil, em média contribuem por 11 anos. Só aí já se relata uma enorme dificuldade.

A outra dificuldade: manteve-se a aposentadoria por tempo de contribuição, mas indica 35 anos de tempo de contribuição no caso de homens e 30 anos no caso de mulheres. Com mais o Fator Previdenciário² e a nova legislação, praticamente se extingue essa aposentadoria por tempo de contribuição. Leva todo mundo a se aposentar na idade fixada para aposentadoria por idade. O outro falso debate é o falacioso déficit da Previdência. São esses os dois grandes mitos.

IHU On-Line - O que embasa o governo federal e o leva a falar em déficit da Previdência?

Evilasio da Silva Salvador - O que o governo faz historicamente é julgar um tal de orçamento da Previdência que inexistente constitucionalmente. Se formos ver na Constituição, existem apenas três orçamentos: o fiscal, de seguridade social e de investimentos. O que o governo tem feito é pegar as receitas sobre as contribuições em folha de pagamento e mais algumas receitas periféricas e reduzir toda

² **Fator Previdenciário:** é uma fórmula matemática que tem o objetivo de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, e incentivar o contribuinte a trabalhar por mais tempo. Quanto menor a idade no momento da aposentadoria, maior é o redutor do benefício. (Nota da IHU On-Line)

a despesa ao regime geral de previdência, incluindo trabalhadores urbanos e rurais, além dos benefícios especiais. Assim se chega ao famoso déficit. Essa conta fica ainda mais confusa quando se coloca no mesmo barco o regime próprio de servidores públicos, incluindo estatutários do regime civil e os militares.

Qual o equívoco? Essa peça não deveria ser apurada dessa forma. O artigo 195 da Constituição é bastante claro: para além da folha de pagamento, há as contribuições sobre faturamento, sobre o lucro líquido, concursos e prognósticos, além de outras receitas a serem estabelecidas. Quando se apura isso e se segue o desenho constitucional, chega-se à conclusão de que há superávit.

Se o sistema fosse tão deficitário como se diz, o governo não teria concedido generosas renúncias tributárias para desonerar a folha de pagamento e previdência. Certamente, quando fez isso, imaginava que estava sobrando recurso no sistema, porque ninguém concede esses benefícios de outra forma. Essas renúncias tributárias foram mortais, nos últimos três ou quatro anos, para a seguridade social.

IHU On-Line - Como o senhor avalia essa proposta de reforma que vem sendo posta em discussão pelo governo?

Evilasio da Silva Salvador - O cerne da proposta é acabar com qualquer tipo de aposentadoria que não seja por idade e que seja feita aos 65 anos para homens e mulheres. Essa é a questão central da proposta. Acredito que todas as demais são questões periféricas que se apresentam no debate.

Assim, essa proposta se configura como um atentado aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Primeiro porque se estima que 80% das aposentadorias já são por idade, lembrando que é preciso 15 anos de contribuição.

Outra questão que representa um retrocesso é igualar homens e mulheres, desconsiderando a situação diferenciada de todo o mercado de trabalho para as mulheres. Tem-se a situação de dupla jornada das mulheres, além da remuneração menor que a dos homens, por isso igualar a idade para aposentaria de homens e mulheres é um desrespeito e um absurdo.

Essa exigência que se quer estabelecer com base na idade é extremamente dura diante dos parâmetros internacionais. O Japão, por exemplo, tem uma idade de 62 anos para aposentadoria. E países com maior longevidade do que o Brasil nem consideram a possibilidade de aumentar e unificar a idade para aposentadoria de homens e mulheres.

“

A principal questão estrutural é: o que os chamados governos progressistas e de esquerda fizeram do ponto de vista de política econômica?

Desvinculação do salário mínimo

Outro ponto no debate diz respeito à desvinculação do salário mínimo. Isso seria mais um enorme retrocesso. A garantia do salário mínimo como um piso elementar para satisfazer as condições de sustentação do trabalhador e da sua família, ainda que tenha tido uma recuperação histórica nos últimos anos, está bem abaixo do mínimo necessário.

Interesse do mercado financeiro

E, por fim, mas não menos importante, é preciso ver qual o objetivo disso tudo. O que está por trás? Eu só posso enxergar um único interesse, que é o do mercado financeiro. Isso tanto para abrir espaço para a expansão de planos privados de previdência, principalmente sobre fundos de pensão e previdência complementar aberta e gerida pelo sistema financeiro, quanto para abrir, dentro do fundo público, dentro do orçamento, espaço para mais pagamentos de juros da dívida pública. Como nos próximos dois ou três anos a reforma não deve ter resultado fiscal prático, vejo que o único interesse do governo é agrandar o mercado financeiro, no sentido de mostrar alguma confiança no que diz respeito ao pagamento de sua dívida pública.

IHU On-Line - Quais os impactos da crise do capital na economia brasileira e como avalia a forma que o governo federal vem gerindo essa crise?

Evilasio da Silva Salvador - Um dos principais impactos da crise do capital está relacionado às próprias características que o capitalismo assume em meados dos anos 1970. Há um direcionamento no sentido de financeirização da riqueza, ou seja, em direção ao capital portador de juros. Isso não só no Brasil, mas no mundo inteiro. A diferença é que no Brasil o nosso fundo público está capturado pelo chamado capital portador de juros, que são os rentistas, os fundos de investimentos, os fundos de pensão, que dependem e vivem do combustível chamado juros da dívida pública. E o governo vem destinando bilhões de Reais para isso.

Em momentos de crise, num país periférico como o nosso, de cessão passiva no capitalismo mundial, os rentistas passam a exigir cada vez mais recursos do fundo público para o pagamento de ju-

ros. No ano passado, excluindo o refinanciamento da dívida, nós direcionamos para o pagamento da dívida R\$ 200 milhões, e para o pagamento de juros e encargos, R\$ 179 bilhões. Isso dá R\$ 379 bilhões, ou seja, 22%. Para cada R\$ 10 de despesa do orçamento público em dinheiro, R\$ 22 foram destinados ao pagamento de juros e amortizações. Possivelmente, em 2015, esses valores serão mais expressivos ainda.

Enfrentamento dos juros

Os juros são as principais despesas dentro do orçamento público. Isso é que precisa ser enfrentado, pois praticamos uma das mais altas taxas de juros, que nos obriga a gastar 6 ou 7% do Produto Interno Bruto - PIB nessa direção. E o que o governo tem feito nos últimos anos é alimentar esse capital portador de juros, alimentar os rentistas. As medidas vão todas nesse sentido; mesmo em 2008 já houve algumas medidas monetárias e cambiais para atender o sistema financeiro.

Peso das renúncias

Agora, nos últimos quatro anos, a grande estratégia têm sido as renúncias tributárias, no sentido de permitir que o próprio capital faça uma recomposição de sua lucratividade. Em 2010, as renúncias tributárias eram da ordem de R\$ 184 bilhões. Chegamos, em 2014, a R\$ 263 bilhões. Isso dá 42% de acréscimo em cima da inflação, sendo que a seguridade social é a que mais perde sobre as contribuições sociais. Em 2014, as renúncias tributárias são da ordem de R\$ 143 bilhões. A estratégia principal do governo nessa crise tem sido abrir espaço para recomposição de taxa de lucro das empresas, sem nenhuma contrapartida. Não se pediu nenhuma geração de emprego, nenhuma outra meta, foi simplesmente uma desoneração dada.

IHU On-Line - É possível afirmar que a desoneração tributária concedida à indústria como forma de movimentar a economia, estimular o consumo, compromete os recursos da Previdência? Podemos afirmar que é mais uma ação para sustentar o capital?

“

O que vem ocorrendo é uma tentativa de retrocesso daquilo que foi estabelecido na Constituição de 1988

Evilasio da Silva Salvador - Exatamente. E não somente de estimular o consumo, mas garantir na prática que essas empresas que receberam a desoneração não percam lucratividade. A questão toda começou em 2011, com o chamado plano Brasil Maior, em que a desoneração teve início com a linha branca - geladeiras, fogões, máquinas de lavar, etc. - e depois com a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para a indústria automobilística. Mais uma vez, este é um setor que o governo brasileiro vem privilegiando nos últimos 70 anos, sem maiores contrapartidas para a população brasileira como um todo.

Ocorre que, quando se desonera a folha de pagamento, ou seja, a contribuição do patrão sobre a folha de pagamento, a Previdência Social deixa de contar com esse recurso. A contribuição sobre folha de pagamento é a metade do financiamento da seguridade social. Então, esse recurso deixou de chegar aos cofres da Previdência nesses últimos dois anos, mesmo o governo dizendo que iria repor no mesmo patamar, o que acabou não fazendo.

Sem contar que, para além da Previdência, essa desoneração também agrava a situação do Fundo de Participação dos estados e municípios, que compõe parte importante dos orçamentos. São estados e municípios que têm de aplicar recursos em educação e saúde. Assim a desoneração acaba gerando perdas também em outras políticas sociais.

IHU On-Line - Qual a função do fundo público diante do capitalismo? Como assegurar políticas públicas e evitar que o fundo fique impreterivelmente a serviço do capital?

Evilasio da Silva Salvador - Primeiro é preciso entender: fundo público indica, em termos conceituais, a capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos. Em geral é compulsoriamente vindo da sociedade, na forma de tributos pagos pela classe trabalhadora, seja pela tributação da renda direta ou por meio do consumo. É a partir desses recursos que cabe ao Estado fazer intervenções econômicas e sociais. As intervenções vão depender da correlação de forças, da luta histórica, em que se desloca entre políticas sociais ou para atender os interesses do capital.

Temos quatro grandes funções que o fundo público exerce numa economia capitalista, e isso é objeto de disputa de maneira permanente:

1ª) realização de desonerações. Como já destaquei, é permitir, por meio das desonerações, que se abra espaço para investimento capitalista ou para aumento da sua lucratividade;

2ª) outra função importante diz respeito à infraestrutura, pois o fundo público é que acaba sendo responsável pela construção de portos, aeroportos, estradas etc., e isso acaba sendo determinante para a economia capitalista;

3ª) a terceira função importante é da política social, pois o fundo

público permite reprodução da própria força de trabalho numa espécie de salário indireto. Ou seja, isso reduz o custo da própria produção capitalista. E salário indireto é o quê? Previdência, saúde, educação, tudo que chamamos de conjunto de políticas públicas sociais;

4ª) e por fim, e talvez o mais importante no capitalismo contemporâneo, é o fato de o fundo público ser responsável por transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial a classe dos rentistas.

Assim, essas quatro funções estão sempre em disputa numa sociedade capitalista. Quando os interesses dos setores vinculados ao capital conseguem impor a função ao Estado, os recursos da parte mais visível, que é o orçamento público, acabam capturados. É preciso destacar que o orçamento é muito além de uma peça técnica, é também uma peça política. Estamos tratando de como vai se arrecadar o recurso na sociedade, portanto, sobre quem vai recair essa carga tributária, e, por outro lado, para onde serão direcionados esses recursos.

Tudo para viabilizar o capitalismo

O que vem ocorrendo num período mais recente, nos últimos dois anos, é uma tentativa de retrocesso daquilo que foi estabelecido na Constituição de 1988. É preciso viabilizar um novo formato do capitalismo mundial e os recursos públicos têm de ser direcionados a serviço do capital. Pode parecer até ideologia neoliberal, algo como "não queremos estado", mas, na realidade, se alimenta diariamente de recursos do fundo público.

IHU On-Line - Como conceber uma política econômica que, para além do duro ajuste fiscal, possibilite passar pela turbulência de crises sem comprometer benefícios previdenciários e políticas públicas como um todo?

Evilasio da Silva Salvador - A principal questão estrutural é: o que os chamados governos progressistas e de esquerda fizeram do ponto de vista de política econômica? Na realidade, eles não abandonaram o tripé macroeconômico. Bem ou mal, desde 1993, portanto ainda no governo de Itamar Franco³, se estabeleceu esse regime de meta de inflação, com política macroeconômica composta por elevada taxa de juros, política cambial de não controle de entrada e saída de capital e, portanto, da especulação estrangeira contra a própria moeda nacional. E, no campo fiscal, insiste-se no superávit fiscal primário de economia de recurso por 15 ou 16 anos, de forma que, nessa crise, nenhum país tem feito. O Brasil é um dos cinco países no mundo que por cinco anos realizou superávit primário.

Quando os interesses dos setores vinculados ao capital conseguem impor a função ao Estado, os recursos da parte mais visível, que é o orçamento público, acabam capturados

Esse tripé de política macroeconômica tem de ser abandonado se quiser se fazer um governo progressista e que favoreça o conjunto da população. É preciso praticar um outro tipo de política econômica, para somente assim viabilizar uma outra política social. E isso que falo é o contrário do que diz o sen-

³ **Itamar Franco** (1930-2011): político brasileiro, foi o 33º presidente da República do Brasil, entre 1992 e 1994, após o impeachment de Fernando Collor de Mello. (Nota da IHU On-Line)

so comum, do que os economistas com espaço na grande mídia vêm defendendo. Cortar gastos? Não, eles dizem que temos de ampliar os gastos sociais.

Saídas para outra política econômica

Tem de haver uma reforma tributária, mas não essa que está na agenda nos últimos anos. É preciso uma reforma tributária que de fato onere aquele que tem elevada remuneração e renda e que não é tributado. Eu me refiro, por exemplo, a tributar lucros e dividendos recebidos por pessoa jurídica, instituir imposto sobre grandes fortunas, estabelecer elevado imposto sobre herança, que no Brasil é ridículo, e outros tributos patrimoniais. Uma primeira medida é restabelecer uma forma de financiamento do Estado cobrando de quem tem mais recurso.

Em segundo lugar, é preciso fazer uma política decente da taxa de juros, essa taxa tem de voltar a patamares civilizatórios. Em terceiro lugar, é preciso garantir vinculação de recursos para as políticas sociais. Ou seja, financiamentos de saúde, de educação, de previdência, de assistência social, de seguro-desemprego e de outras políticas sociais têm de estar blindados contra qualquer tipo de cortes de recursos. Orçamento social não pode ter teto físico ou financeiro. Temos que ter uma perspectiva e garantir que caminhará para o conjunto de políticas universais.

Em quarto lugar, não se pode deixar o controle de inflação somente sobre o Banco Central. É preciso mobilizar outras instituições de Estado para essa discussão. Por fim, em quinto lugar, é preciso estabelecer o orçamento da seguridade social conforme está na Constituição de 1988. Assim, teríamos um desenho de novos elementos para combater a crise estabelecida. ■

Previdência como política, não como matemática

Evandro José Morello defende o que chama de sistema protetivo. Para ele, a questão não é o quanto se arrecada e o quanto se paga, é pensar em políticas que de fato impactam a vida

Por João Vitor Santos

A discussão em torno das equiparações - igualar idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres e igualar o trabalhador rural ao urbano -, que se configura na proposta de reforma da Previdência, pode ter efeitos catastróficos do ponto de vista social. No campo, e especialmente nas mulheres do campo, o impacto pode ser ainda maior. "É importante ter um sistema hoje que foque a proteção do grupo familiar. A Previdência Social Rural não visa apenas à proteção do indivíduo, mas do conjunto familiar que está no exercício da atividade rural", avalia o assessor jurídico da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Evandro José Morello.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Morello analisa os impactos dessa proposta no campo. Entretanto, antes de elencar argumentos que pesem pró ou contra a reforma, ele convida a uma reflexão. "Não podemos pensar a Previdência Social apenas na relação do que se arrecada e do que se paga, não é meramente uma conta. É preciso pensar a Previdência Social enquanto política de Estado, olhando todo um sistema protetivo e refletindo como isso impacta na vida das pessoas", explica. Nessa perspectiva, os argumentos de déficit

se esvaziam. A ideia é pensar em formas de assegurar a permanência das famílias no campo em condições dignas de vida produtiva. "Interessa para nós, hoje, ter gente no campo produzindo alimentos? Em que condições queremos manter um pacto social para que tenhamos famílias no campo em condições de produzir alimentos saudáveis para abastecer nossa mesa? É um debate que precisamos estar cruzando nessa ideia da reforma da Previdência", provoca.

Morello também recupera a história para entender o processo que levou até uma política de proteção previdenciária mínima para as famílias de agricultores. "O sistema de proteção de trabalhadores no Brasil começou em 1924, mas os trabalhadores rurais só conseguiram ter um sistema mínimo de proteção a partir da década de 1970".

Evandro José Morello é assessor jurídico da Contag. Está na entidade há 17 anos e há 20 anos trabalha com o tema da Previdência Rural. Graduado pela Faculdade de Direito de Colatina, no Espírito Santo, é mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como analisa as conquistas dos trabalhadores rurais acerca da Previdência Social pós-Constituição de 1988?

Evandro José Morello - É preciso avaliar o impacto da Previdência Rural considerando como era o subsistema que tínhamos antes

de 1988, estruturado no que chamamos de Pró-Rural/Funrural, e o que foi depois com a inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência. Ter um sistema, uma política previdenciária, para os trabalhadores rurais é algo pouco comum. Poucos países estruturaram seus sistemas protetivos

como o Brasil, tendo um foco diferenciado de cobertura social para esse público específico da área rural. Tanto é que o modelo brasileiro é até hoje estudado como uma política importante para países quando se pensa a seguridade social como proteção para a coletividade da sociedade.

No caso específico das vantagens, a inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral ocorre com todo um arcabouço de discussões que se deu na Constituinte de 88 e que tratamos até hoje como Constituição Cidadã. Assim, os trabalhadores rurais conseguiram alcançar essa igualdade de tratamento em matéria previdenciária e com isso passaram a ter o direito de receber salário mínimo, abandonando a distinção que havia anteriormente quanto ao arrimo de família - quando era vinculada apenas ao homem. No caso da mulher, só lhe era possível alcançar uma proteção social pela antiga Renda Mensal Vitalícia e isso quando chegasse aos 70 anos.

Todos esses avanços colocaram essa questão protetiva da área rural num outro patamar. Podemos destacar não só meramente a questão da melhor distribuição de renda, mas também a questão da renda econômica e social da família, da economia dos municípios - porque o benefício é um sistema de distribuição de recursos que o Estado faz sem intermediários, vai diretamente para o beneficiário, o que potencializou a economia dos municípios, e já há estudos que mostram isso. A Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas - Fipe, inclusive, fez um estudo, por volta de 2008, em que constata que esse montante de recursos, em algumas cidades, superou o montante de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. São análises que precisamos fazer não olhando apenas para a vida individual do sujeito que é beneficiado, mas sim para toda uma coletividade.

Benefício e segurança familiar

Há alguns estudos, como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, mostrando o impacto que esse benefício da Previdência Rural tem para a família. É como se fosse considerado um seguro para as famílias que não têm, por exemplo, outros recursos para se manter em episódios de seca ou inundação. Quem acaba dando o suporte para esse núcleo é o membro que recebe o benefício de aposentadoria ou pensão.

Além disso, muitas vezes esse recurso não é empregado somente para compra de alimento ou medicamentos para o beneficiário. Quando há alguma sobra de recurso, acaba sendo usado na produção através da compra de insumos. Há um conjunto de aspectos que foram e continuam sendo importantes se olharmos a Previdência Social não como uma política técnica securitária, quando eu só devo receber na proporção daquilo que pago. É preciso olhar todo o contexto e pensar também na produção de alimentos. Ou seja, é ver a Previdência como uma questão de fundamental estratégia para a sociedade brasileira, possibilitando que seja mantido o trabalho dos agricultores no campo.

A vida no campo antes da Previdência Rural

O sistema de proteção de trabalhadores no Brasil começou em 1924, mas os trabalhadores rurais só conseguiram ter um sistema mínimo de proteção - em termos previdenciários e trabalhistas - a partir da década de 1970. Inclusive a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT¹, de 1943, não foi aplicada aos trabalhadores rurais. Passamos um período crônico de nossa história com um tratamento muito desigual do ponto de vista das políticas públicas destinadas à população do campo. Só em 1973 se tem uma lei específica para regular as relações de trabalho no campo.

Em 1971 havia sido criado um sistema de pagamento mínimo de benefício aos trabalhadores rurais de um modo geral, não fazendo a distinção específica se era da agricultura familiar ou se era empregado rural. Era um sistema que

unificava todo mundo que vendia sua força de trabalho ou trabalhava por conta própria. Era auxílio na pensão por morte, auxílio-doença e uma aposentadoria que era equivalente - ainda antes de 1988 - a meio salário mínimo. E ainda só era pago ao arrimo de família, ou seja, o benefício não era direcionado ao grupo familiar, só um membro da família tinha direito.

Era uma espécie de benefício assistencial, que poderíamos até chamar de precário, mas que foi muito importante para dar início a um patamar mínimo de proteção para uma grande parcela da população que, até então, estava excluída de qualquer sistema protetivo. O vínculo da pessoa com o sistema não se dava por uma regra de contribuição mensal, embora existisse uma fonte de contribuição prevista sobre a venda da produção rural. O vínculo, a proteção, se dava pelo exercício da atividade rural. Essa é uma grande distinção que temos de outros sistemas de proteção, pois, mesmo depois de 1988, esse critério de acesso aos benefícios foi mantido no Regime Geral da Previdência para os trabalhadores rurais. O direito de um trabalhador rural em acessar um benefício não se dá pela necessidade da contribuição que ele precisa fazer sobre a venda da produção ou qualquer tipo de contribuição individual, mas sim pelo simples fato de ele provar que continua no campo e exercendo atividade.

IHU On-Line - De que forma a proposta de reforma da Previdência posta em discussão pelo governo ameaça essas conquistas?

Evandro José Morello - Historicamente, antes e depois de 1988, o sistema de proteção previdenciária da área rural nunca foi pensado para ser autossuficiente naquilo que tratamos entre a arrecadação e pagamento de benefícios. Isso porque sempre há uma necessidade de estabelecer fontes de contribuição complementares para dar conta de cobrir os benefícios sociais. É aí que está o pacto social, o pacto de solidariedade da sociedade brasileira para garantir a proteção.

¹ **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):** é norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e ao Direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente, Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, unificando toda legislação trabalhista então existente no Brasil. Alguns analistas afirmam que ela tenha sido fortemente inspirada na Carta del Lavoro do governo de Benito Mussolini na Itália, enquanto outros consideram este fato como uma mistificação. (Nota da **IHU On-Line**)

Um trabalhador do campo, muitas vezes, vende sua produção somente uma vez no ano e não é possível exigir que pague contribuições mensais. Exigir isso significa excluí-lo de qualquer sistema protetivo. Vejamos o exemplo de determinada commodity, como a soja: em geral, há apenas uma safra no ano. Sendo assim, dificilmente se conseguiria dar proteção para uma família de produtores de soja, caso fosse exigido que todo mês fizesse uma contribuição. E mais: exigir uma contribuição equiparada à de trabalhadores urbanos, que é uma contribuição vinculada à renda que se obtém mensalmente, seria inviável porque o trabalhador rural não tem essa garantia de salário.

Proteção e inclusão

O sistema de seguridade social brasileiro, criado a partir de 1988, foi determinante para garantir inclusão e proteção do trabalhador rural. O sistema tem em sua base algumas diretrizes que são fundamentais, como a de dar tratamento equitativo a sujeitos tanto do ponto de vista da contribuição quanto de acesso a benefícios. Assim, se criou em nosso sistema de seguridade uma base ampla de financiamento, a qual permite que se apurem fontes de receita diversas para cobrir as despesas específicas das três políticas que temos no sistema de seguridade: a saúde, a assistência social e a previdência social. E, do ponto de vista da contribuição do trabalhador rural, há uma incidência sobre a venda da produção.

Uma verdadeira reforma

Que impacto tem uma proposta de reforma hoje? Aprimorar o sistema de seguridade social, aprimorar a gestão, a receita e a forma de arrecadação são questões centrais a serem discutidas com a sociedade. Temos muitos problemas de dívidas hoje que já são créditos constituídos em favor do sistema de seguridade, que ainda são sonogados e não pagos. Há dívidas que vêm rolando há muito tempo, e ainda

temos um problema de renúncias fiscais das contribuições sociais destinadas à seguridade social de muitos setores. Essas questões são muito fortes e é o que precisa ser debatido.

O Governo, por exemplo, fez uma política de desoneração da folha de pagamento a partir de 2011 que trouxe impacto enorme nas contas da seguridade social, houve uma perda de receita e não conseguiu repor e nem exigiu contrapartida do setor patronal que recebeu o benefício. Tivemos algumas outras questões que ocorreram nos últimos anos e impactaram fortemente no custeio e financiamento do sistema de seguridade social.

Agora, entretanto, naquilo que a proposta de reforma traz - lembrando que ainda são cogitações e que não temos ainda uma proposta fechada - a respeito de estabelecer idade mínima uniformizada para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, ao invés de resolver o problema, talvez crie até um problema social maior ainda. Porque é muito difícil dar um tratamento igualitário, sobretudo em idades de aposentadoria, quando analisa uma diversidade de situações hoje.

Para se ter ideia, uma pessoa que está no campo hoje não começa a trabalhar com 18 ou 20 anos, mas muito mais cedo. O trabalhador rural, chamado de segurado especial, não tem acesso a nenhum tipo de aposentadoria sobre tempo de contribuição. A única aposentadoria é a por idade. Hoje, uma mulher trabalha em torno de 39 anos e um homem 44 anos. É possível considerar que a expectativa de vida está aumentando, mas com que qualidade de vida as pessoas realmente estão vivendo? Isso são questões que precisam ser melhor analisadas. Nós temos alguns questionamentos nesse debate, porque as regras destinadas aos trabalhadores rurais hoje fazem com que as pessoas alcancem os benefícios já em condições muito frágeis de sua capacidade produtiva, de dar continuidade à sua subsistência. Por isso entendemos que esse debate de equidade não seria oportuno,

sobretudo na idade mínima para aposentadoria.

IHU On-Line - Como entender as questões de fundo nessa intenção de "reformular" a aposentaria especial para trabalhadores rurais?

Evandro José Morello - A nossa Constituição previu situações de trabalho em estados que chamamos degradantes, que são os casos de periculosidade, insalubridade e penosidade. As duas primeiras circunstâncias têm toda regulamentação e normatização legal. Já a questão da penosidade nunca foi regulamentada. No meio rural, o trabalho incessante e exposto às adversidades do clima pode ser considerado como uma situação penosa. Mas não temos nada que defina ou conceitue, indicando como se deva olhar o exercício desse trabalho para diversos tipos de políticas, seja para caráter indenizatório ou mesmo para proteção social.

Esse é um vácuo que temos ainda na legislação e que precisa ser tratado. Entretanto, na legislação do que chamamos de aposentadoria especial, e olhando a figura do segurado, entendemos que a mudança de regra naquilo que venha suprimir ou restringir as regras de acesso pode causar um efeito contrário ao que se pensa. Entendemos que é possível sim aprimorar política, mas há várias questões que precisam ser analisadas.

Equiparações

Quando se trata de aposentadoria especial pelas regras atuais, o único ponto que tem de diferente do urbano para o rural é a idade de aposentadoria. Enquanto, no caso do trabalhador urbano, o homem se aposenta aos 65 anos de idade e a mulher aos 60, no trabalho rural o homem se aposenta aos 60 e a mulher aos 55 anos. No entanto, não há aposentadoria por tempo de contribuição para o rural. E os dados mostram que a maior parte dos trabalhadores urbanos hoje não se aposenta por idade, e sim por tempo de contribuição. Alcançam os 30 ou 35 anos de tempo de contribui-

ção antes da idade mínima exigida, que seria de 60 ou 65 anos. O trabalhador rural já não tem essa opção de se aposentar pelo tempo de contribuição, vai se aposentar somente pela idade.

E quando fazemos um comparativo, vemos que a média de aposentadoria da mulher trabalhadora rural é de 57 anos e a do homem é 59. Na área urbana, a idade de aposentadoria fica em torno de 55 anos para mulher e 58 para os homens. E ainda há, no caso dos trabalhadores rurais, a questão da dificuldade de ter de provar o tempo de vida laboral. Embora se saiba que trabalham praticamente toda a vida, poucos conseguem comprovar legalmente esse período de trabalho.

Se hoje o governo fosse mudar as regras para aumentar a idade da aposentadoria sem um critério basilar, e ainda unificar a idade para homens e mulheres, seria desigual. Imagine uma mulher trabalhar uma vida toda e se aposentar aos 65 anos de idade, ou mesmo um homem? O benefício talvez chegue numa situação de vida muito deplorável dessa pessoa. A capacidade de trabalho no campo hoje está no limite dos 57 anos, dado o trabalho extenuante. Necessariamente discutir a idade de aposentadoria não exigiria a questão da regulamentação do trabalho penoso. Não é essa a questão de fundo, mas mereceria haver um debate para discutir o que é o trabalho penoso no nosso país, isso precisaria sim.

IHU On-Line - A emergência de abordar essa questão da regulamentação do trabalho penoso é maior do que mexer na idade mínima para aposentadoria?

Evandro José Morello - Provavelmente. Basta pegar o exemplo de um cortador de cana. Como trabalham por safra, apenas entre 27 e 30% das pessoas conseguem ter um vínculo permanente. A grande mão de obra, que representa em torno de três milhões de assalariados, trabalha de forma sazonal, nas safras. Quando se formaliza o contrato dessas pessoas, o máximo que se consegue é em torno de quatro meses de vínculo empregatício. Esse tra-

balhador dificilmente vai conseguir atingir uma aposentadoria por tempo de contribuição nessas condições de comprovar o vínculo de contribuições mensais. Onde que ele cai? No Direito Protetivo, no acesso à aposentadoria por idade.

Para um trabalhador no corte da cana, saber que vai se aposentar aos 65 anos é muito difícil. Encontrar um trabalhador do corte da cana em condições de atuar na lavoura aos 65 anos é muito raro. Antes disso ele já está extenuado, numa condição deplorável da condição humana de trabalho. Mexer na idade, equiparando urbano e rural, é mudar uma regra em que as pessoas não vão mais conseguir acessar um benefício.

IHU On-Line - Como avalia o impacto da possibilidade do fim de condições especiais para aposentadoria de trabalhadores rurais e a paridade na idade de aposentadoria entre homens e mulheres sobre as mulheres do campo?

Evandro José Morello - A mulher do campo seria a mais prejudicada se houver uma proposta de reforma nessa linha. Reitero que é importante ter um sistema hoje que foque a proteção do grupo familiar. A Previdência Social Rural não visa apenas à proteção do indivíduo, mas do conjunto familiar que está no exercício da atividade rural. A importância social desse mecanismo é tremenda. Há uma discussão em torno da dupla jornada da mulher, que é muito mais forte na área rural, em função de todo o cuidado que tem no suporte e na subsistência do grupo familiar e também na condução do trabalho produtivo mesmo do campo, na produção de alimentos.

E a mulher do campo tem um trabalho permanente, é de sol a sol, sete dias por semana. Não há praticamente espaço para lazer, vive-se num trabalho contínuo e permanente. Um sistema de proteção com idades diferenciadas para homens e mulheres se torna importante porque é a condição de sobrevivência do grupo familiar. Discutir essas questões nos leva ao debate da sucessão rural.

Hoje, muitos jovens estão deixando o campo e muitos desses jovens são mulheres. Esse é um drama que não sabemos como vai ficar no futuro se as coisas seguirem nesse ritmo que estão indo. Por isso é importante que se tenha um núcleo familiar capaz de se reproduzir no campo e de manter o trabalho contínuo de produção de alimentos.

IHU On-Line - Em que medida a reforma previdenciária pode impactar na permanência dos trabalhadores no campo?

Evandro José Morello - Não diria hoje que a aposentadoria com redução de cinco anos é algum estímulo para a pessoa continuar no campo. Não se trata disso. Mas uma igualdade de regras para aposentadoria pode ser um incremento para que mais pessoas procurem uma forma de garantir a proteção social antes de ficarem extenuadas com o trabalho. Para um jovem hoje, por exemplo, seria muito mais estimulante continuar pensando em sair do campo. Uma mulher que fica no campo, sabendo que vai se aposentar só com 65 anos, não conseguirá trabalhar uma vida toda sem ter a certeza, a possibilidade, de chegar aos 65 anos para usufruir da proteção social. Precisamos avaliar muito bem isso. Precisamos olhar os dados que revelam esses números do êxodo rural dos jovens e, até produzir estudos sobre isso, para analisar o impacto que a mudança num sistema de previdência pode causar também nisso.

Previdência enquanto política de Estado

Não podemos pensar a Previdência Social apenas na relação do que se arrecada e do que se paga, não é meramente uma conta. É preciso pensar a Previdência Social enquanto política de Estado, olhando todo um sistema protetivo e refletindo como isso impacta na vida das pessoas. Interessa para nós, hoje, ter gente no campo produzindo alimentos? É uma discussão que precisamos fazer. Em que condições queremos manter um pacto social para que tenhamos famílias no campo em condições de produ-

zir alimentos saudáveis para abastecer nossa mesa? É um debate que precisamos estar cruzando nessa ideia da reforma da Previdência.

IHU On-Line - Desde a perspectiva do campo, que outras reformas são mais essenciais do que a previdenciária?

Evandro José Morello - A reforma tributária seria algo fundamental hoje no país. Essa discussão de reforma da Previdência sempre aparece na história dos sistemas das economias capitalistas no momento em que surge uma crise. E no que se foca? Em cortar gastos sociais. É um debate que se perpetua em outros países e no Brasil também. A discussão hoje que poderia até dar uma resposta e resultados muito mais produtores de interesse de Estado e para a sociedade brasileira é pensar numa reforma tributária, pois temos um sistema de tributação injusto.

Mesmo na questão da seguridade social, e aí estamos discutindo também a previdência, poderia pensar num aprimoramento do próprio processo de arrecadação. Existe hoje muita tecnologia disponível que pode aprimorar essa arrecadação, não deixar para trás dívidas ou sonegações intermináveis que nunca são recebidas. O Estado tem créditos de talvez mais de R\$ 400 bilhões em dívidas a receber. Olhar um pouco esse lado ajudaria o Estado a resolver seu problema fiscal e talvez facilitaria um debate mais adequado sobre em que momento é preciso fazer alguns ajustes nas regras de proteção social, inclusive da Previdência.

Não se nega que em determinados momentos é preciso fazer ajustes de regras de um sistema protetivo, mas o problema é que isso sempre vem dentro de propostas de ajustes fiscais e numa condição que não leva em consideração outras variáveis que o Estado poderia estar trabalhando. É claro, nessas condições mexe também com o capital e não apenas com o direito dos trabalhadores. Entretanto, daria um equilíbrio para fazer a discussão e achar os caminhos. É um pouco do que os movimentos

sociais estão tentando fazer, levando para o governo um conjunto de propostas no sentido de destravar a economia e aprimorar o sistema fiscal do Estado.

IHU On-Line - Como a Contag vem participando das discussões acerca da reforma da Previdência? Quais sugestões e propostas alternativas estão sendo apresentadas em relação ao projeto proposto pelo Executivo?

Evandro José Morello - A Contag não está discutindo o tema isoladamente, é uma ação com diversos movimentos sociais e sindicais para acharmos uma resposta coletiva para as questões. Debatesmos isso no fórum que foi constituído no final do ano passado para tratar desse tema, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e estamos promovendo uma série de atividades com as lideranças de base para orientar e levar informação. É um processo que exige articulação, mobilização e muito diálogo.

Do ponto de vista de proposições, destaco um exemplo de por que precisamos aprimorar sistemas: em 1998, o Congresso aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC estabelecendo a não incidência das contribuições para Seguridade Social sobre a exportação de produtos brasileiros. O que temos hoje na questão prática? As commodities, no Brasil, são produtos que ganham muito mais do mercado externo do que interno. O Estado tem aí uma importante fonte de arrecadação. Mas onde há distorção quando falamos em termos de sistema de previdência, seguridade social e políticas em que o Estado direciona de forma equivocada? Um agricultor familiar que tem seu lote com 25 ou 30 hectares, onde planta soja, por exemplo, vende essa produção para uma cooperativa ou para outro intermediário. Quando vende seu produto, já é feito o desconto da contribuição para a Previdência. Em tese, a responsabilidade de fazer o recolhimento para a Previdência é dessa empresa intermediária. Se o produto for para consumo interno,

vai recolher aqui, mas se o produto for exportado, essa contribuição, pela Constituição, deixa de ser obrigatória.

Ou seja, as empresas exportadoras não estão obrigadas a recolher nenhum centavo para seguridade social na venda da produção rural exportada. Quem se beneficia de uma política assim? Algumas poucas empresas que atuam no ramo da exportação. O agricultor paga, coloca o produto dele no mercado, mas na hora de recolher a contribuição isso não é feito pelo exportador. Criou-se uma política de incentivo à exportação às custas da Previdência Social. É o que chamamos de apropriação indébita legalizada.

Falso debate

Vemos todo um debate na sociedade e nos meios de comunicação dizendo que a Previdência Social é deficitária, que arrecadou X e pagou Y de benefício. Nós questionamos isso porque não faz sentido haver uma distorção normativa tão brutal e não considerar questões como essa das exportações em um debate mais transparente com a sociedade. Por isso falamos que é preciso fazer ajustes, mas ajustes que evitem essa apropriação ou que se faça uma política que pese somente na conta da Previdência Social.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Evandro José Morello - Esse é um debate que será intenso nos próximos meses, mas volto a afirmar que o mais importante é produzir esse debate para que entendamos o que é um sistema de proteção social amparado dentro de um pacto social, com princípios de solidariedade. Do contrário, cairemos mais uma vez no erro de discutir uma política olhando apenas para o aspecto individual da situação. Assim, nos perdemos enquanto sociedade na construção de políticas públicas que realmente venham fortalecer nossa democracia. A Previdência Social na área rural se constitui como política essencial nessa discussão. ■

O pacto social da redemocratização em xeque

Na avaliação do professor e pesquisador Eduardo Fagnani, a ofensiva do sistema financeiro contra a Constituição não fica reduzida aos ataques à Previdência Social

Por Ricardo Machado

A ofensiva à Previdência Social, cujo suposto déficit seria o vilão das contas nacionais, é apenas o alvo mais exposto mirado pelo sistema financeiro. O objetivo principal, entretanto, parece ser eliminar todo o sistema de seguridade social. “Em 2015 voltaram à carga com a falsa ideia de que a estabilização da dívida pública no curto prazo dependeria da ‘revisão do pacto social da redemocratização’. Ou seja, o êxito do ajuste fiscal requer a revisão da cidadania social consagrada pela Constituição de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro”, aponta Eduardo Fagnani, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Nesse campo de batalha, há dois modelos antagônicos de sociedade em disputa: o liberal e o desenvolvimentista. Embora a Previdência seja o alvo da vez, há muito mais em jogo. “Diversos estudos demonstram que as transferên-

cias monetárias da Previdência Social também produzem impactos positivos na redução do êxodo rural e na ativação da economia local, especialmente no caso das regiões mais pobres do país”, avalia o professor. “Esses dados revelam que a Previdência Social tem papel relevante na agenda de desenvolvimento por seus efeitos na redução da desigualdade e da pobreza extrema. Esses fatos não podem ser desconsiderados pelos realizadores da reforma”, complementa.

Eduardo Fagnani é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Ciência Política e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente leciona no Instituto de Economia da Unicamp e coordena a rede Plataforma Política Social.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual deve ser, de fato, a reforma previdenciária a ser implementada no Brasil?

Eduardo Fagnani - Esta questão é crucial. Qual reforma da Previdência? Desde a década de 1990, essa agenda está pautada pelas forças do mercado. Em 2015 voltaram à carga com a falsa ideia de que a estabilização da dívida pública no curto prazo dependeria da “revisão do pacto social da redemocratização”. Ou seja, o êxito do ajuste fiscal requer a revisão da cidadania social consagrada pela Constituição de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro. Esta ideia, repe-

tida tantas vezes no passado, não faz sentido por diversas razões. A principal, corretamente admitida pelo governo, é que a reforma da Previdência terá efeitos fiscais de longo prazo (2050). Juridicamente, não há como mexer em direitos adquiridos. Portanto, uma reforma desse tipo requer um longo período de transição (de 20 a 30 anos) que somente teria efeitos sobre as novas gerações que adentrarão no mercado de trabalho. Dessa forma, não haveria impactos imediatos para o ajuste fiscal em curso (a não ser na melhoria da expectativa dos agentes econômicos no longo

prazo). Daí que não se justifica a ideia de tratar-se de uma reforma “inadiável e urgente”, como tem sido propalado pelas forças do mercado.

Dada a complexidade do tema e sua importância para a proteção social brasileira, creio que o assunto deveria ser objeto de estudos mais aprofundados que trariam subsídios para um debate amplo com a sociedade. A Previdência Social é um dos pilares da proteção social brasileira. Precisa sofrer ajustes temporários para enfrentar a questão do envelhecimento.



O êxito do ajuste fiscal requer a revisão da cidadania social consagrada pela Constituição

Questões

Mas, como fazer isso? Com quais parâmetros? O que sabemos da experiência internacional? Que regras de transição foram adotadas pelos países com expectativa de vida maior que a brasileira? É correto adotar aqui os mesmos parâmetros adotados em sociedades desenvolvidas? Será verdade que as regras da aposentadoria no Brasil são “generosas”, que somos “o único país do mundo que não exige idade mínima para a aposentadoria” e que representamos “um ponto fora da curva” nos gastos com previdência em relação ao PIB? Quando dizem que as aposentadorias são “precozes”, estão se referindo ao estoque existente antes das diversas reformas realizadas após 1988 ou ao fluxo de novas aposentadorias? A precocidade existe em qual tipo de aposentadoria (“por idade”, por “tempo de contribuição” ou por “invalidez”)? No caso das aposentadorias por “tempo de contribuição”, consideram-se os efeitos da Medida Provisória 676 (18 de junho de 2015) que, até 2023, instituirá a “fórmula 95/105” (que soma a idade com o tempo de contribuição, sendo a primeira para as mulheres e a segunda para os homens)? É correto afirmar que o Brasil tem “déficit” na Previdência, posto que desde a década de 1930 adotou o sistema tripartite clássico de financiamento da Previdência (empresas, empregados e governo)?

São questões que estão em aberto, temas polêmicos contestados por diversos especialistas e acadêmicos. Também é preciso considerar que a questão financeira da Previdência no longo prazo não está relacionada exclusivamente às razões endógenas (redução de gas-

tos pela restrição das regras). Ela também depende de fatores exógenos ao setor, como o crescimento da economia e seus efeitos no mercado de trabalho. Também existem alternativas de enfrentamento da questão previdenciária que passam pela reforma tributária, redução dos juros, revisão das desonerações fiscais, combate à sonegação e evasão de divisas e cobrança dos grandes devedores.

Envelhecimento populacional

É verdade que os efeitos do envelhecimento populacional sobre as contas da Previdência nas próximas décadas não podem ser desconsiderados. A Previdência deve ser periodicamente modificada para acompanhar essas mudanças. Mas não se pode aceitar o fatalismo demográfico. O que a experiência internacional (como a Noruega, por exemplo) pode nos ensinar sobre a formação prévia de fundos soberanos para financiar a Previdência Social num contexto de envelhecimento da população? O gradativo declínio da razão de dependência (contribuintes e idosos) não poderia ser enfrentado por fontes de financiamento que incidam sobre a produtividade, num contexto em que a base salarial tende a declinar em função da tecnologia e da automação? Não existe possibilidade de haver um enriquecimento prévio da população antes do envelhecimento?

Por outro lado, observe-se que a esperança de vida ao nascer (ambos os sexos) no Brasil situa-se em torno de 76 anos. Mas, a média esconde as profundas heterogeneidades entre unidades da federação (em muitos casos, em torno de 70

anos). Na comparação internacional estamos próximos a países subdesenvolvidos e distantes de sociedades mais homogêneas (em torno de 82 anos). Entretanto, desde 1998, a “aposentadoria por idade” exige 65/60 anos (homem/mulher), semelhantes às regras adotadas nessas sociedades. Quando setores do mercado propõem a “ampliação da idade para 67 anos para homens e mulheres sem qualquer distinção por categoria profissional”, devemos levar em conta que, dentre os países desenvolvidos, poucos fizeram essa opção. Nos EUA e no Reino Unido, por exemplo, essa idade entrará em vigor, respectivamente, em 2033 e 2027.

Há ainda questões muito complexas na agenda de reformas, como a isonomia de tempo de contribuição e idade de homens e mulheres (num contexto de desigualdade na inserção laboral e salarial), a desvinculação do reajuste do benefício ao salário mínimo (vamos voltar ao que era praticado na ditadura militar, quando eram impostas sistemáticas perdas reais no poder de compra do aposentado?) e o proposto aumento da idade mínima para o trabalhador rural (em geral, o agricultor familiar).

Em suma, em função da complexidade do tema, da permanência de divergências sobre pontos polêmicos e da necessidade de buscar parâmetros adequados para a realidade socioeconômica do país, seria adequado uma etapa prévia de aprofundamento dos estudos e ampliação do debate com a sociedade.

IHU On-Line - Como o senhor interpreta o discurso governamental de que há déficit previdenciário?

Eduardo Fagnani - As conquistas do movimento social das décadas de 1970 e 1980 contrariaram os interesses da elite financeira. Desde a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) até os dias atuais, esses setores desenvolvem ativa campanha difamatória e ideológica orientada para “demonizar” a Seguridade Social. A Previdência So-

cial é o foco privilegiado da ofensiva em função do montante do gasto (cerca de 8% do PIB). Em última instância, trata-se de uma disputa pela recaptura desses recursos.

Em função dessas pressões, desde 1989 o Estado brasileiro não interpreta rigorosamente o que reza a Constituição da República. Os constituintes de 1988 seguiram a experiência internacional clássica e ratificaram o sistema tripartite de financiamento (trabalhadores, empresários e governo), introduzido por Getúlio Vargas na década de 1930 e seguido desde então, inclusive pela ditadura civil-militar.

Entretanto, a área econômica do Governo Sarney (1985/1990), que se opunha aos avanços da Constituição, e ao arripio dela, adotou o critério contábil segundo o qual as fontes de financiamento da Previdência eram apenas suas receitas próprias (contribuição de empregados e empregadores). A parcela que cabe ao governo no sistema tripartite deixou de ser contabilizada. Essa lacuna leva, inexoravelmente, ao “déficit” do Regime Geral de Previdência Social (Urbano e Rural). Essa prática foi seguida pelos governos na década de 1990, não foi alterada nos anos seguintes e permanece nos dias atuais.

Essa forma de contabilização também desconsidera que a Previdência é parte da Seguridade Social (artigo 194 da Constituição Federal) e como tal deve ser financiada pelo Orçamento da Seguridade Social (artigo 195), um conjunto de receitas constitucionalmente vinculadas ao financiamento da saúde, previdência, assistência e seguro-desemprego. Em 1988 foram criadas duas novas fontes de financiamento (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas - CSLL) para que o governo cumprisse a sua parte no sistema tripartite.

IHU On-Line - Por que o Estado insiste na tecla do “déficit previdenciário”?

Eduardo Fagnani - Como disse, essa interpretação surgiu em 1989, quando a área econômica do governo Sarney optou por desprezar o texto constitucional que acabara de sair das gráficas do Congresso nacional. Houve uma ação deliberada para se apropriar das novas fontes de financiamento que haviam sido criadas para financiar a Seguridade Social. Essa estratégia foi seguida durante o governo Fernando Collor de Mello (1990/1992), enquanto aguardava a revisão constitucional prevista para ocorrer em 1993. Essa revisão acabou não ocorrendo por conta do *impeachment*. Essa prática de contabilização teve sequência nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) por sua funcionalidade ao ajuste macroeconômico, num cenário de re-

O objetivo era chamar a atenção dos profissionais da área do Direito. Do meu ponto de vista, desde 1988 optou-se por desfigurar princípios fundamentais da Organização da Seguridade Social, do Orçamento da Seguridade Social e do seu controle social (Conselho Nacional da Seguridade Social), configurando-se um cenário de aparentes inconstitucionalidades. Todavia, sendo economista, não tenho competência técnica para defender essa crença. Por isso, conclamava esses profissionais, para que participassem (e participem) mais diretamente desse debate.

No caso específico do financiamento da Seguridade Social (artigo 194 da Constituição Federal), os constituintes de 1988 criaram o Orçamento da Seguridade Social (artigo 195), um conjunto de fontes próprias, exclusivas e dotadas de uma pluralidade de incidência. As contribuições sociais pagas pelas empresas sobre a folha de salários, o faturamento e lucro, e as contribuições pagas pelos trabalhadores sobre seus rendimentos do trabalho integram esse rol exclusivo de fontes do Orçamento da Seguridade Social, com destaque para:

- Receitas da Contribuição previdenciária para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) pagas pelos empregados e pelas empresas;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL);
- Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, cobrada sobre o faturamento das empresas (Cofins);
- Contribuição para o PIS/Pasep para financiar o Programa do Seguro-Desemprego e para financiar os programas de desenvolvimento do BNDES, igualmente cobrada sobre o faturamento das empresas;
- Receitas das contribuições sobre concurso de prognósticos e as receitas próprias de todos os órgãos e entidades que participam desse Orçamento.

Observe-se que a CSLL e a Cofins foram criadas pelos constituintes

“ Dada a complexidade do tema (...) creio que o assunto deveria ser objeto de estudos mais aprofundados

forma liberal do Estado, e não foi alterada nos governos do Partido dos Trabalhadores, apesar de ter sido denunciada pelas entidades sindicais no Fórum da Previdência Social realizado em 2007.

IHU On-Line - Considerando os artigos 194 e 195 da Constituição, o que a prática do Estado demonstra é um descumprimento constitucional? A quem caberia questionar a aplicação da Lei?

Eduardo Fagnani - Em 2010 publiquei um artigo intitulado “Previdência Social e Constituição Federal: Qual é a Visão dos Juristas?”.¹

¹ A íntegra do artigo pode ser lida no link: <http://bit.ly/1Y5hRLZ>. (Nota da **IHU On-Line**)

em 1988 para financiar os benefícios típicos da Seguridade Social (Previdência Rural, Benefício de Prestação Continuada e SUS, gratuito e universal).

IHU On-Line - Considerando os gastos federais, é a política econômica que financia a política social ou o contrário?

Eduardo Fagnani - Estudos realizados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Anfip e por especialistas revelam que o Orçamento da Seguridade Social sempre foi superavitário. Em 2012, por exemplo, apresentou saldo positivo de R\$ 78,1 bilhões (as receitas totalizaram R\$ 590,6 bilhões e as despesas atingiram R\$ 512,4 bilhões). O Orçamento da Seguridade Social tem-se mantido superavitário, mesmo com a manutenção da Desvinculação de Receitas da União - DRU (instituída em 1994) e com o aprofundamento da política de concessão de isenções fiscais para setores econômicos selecionados iniciado nos anos de 1990, quando, por exemplo, o setor do agronegócio foi isentado de contribuir para a Previdência Rural. Na verdade, desde 1989, sobram recursos que são utilizados em outras finalidades.

IHU On-Line - Como as renúncias fiscais impactam no orçamento previdenciário?

Eduardo Fagnani - Ainda segundo dados da Anfip, em 2012, as isenções tributárias concedidas sobre as fontes da Seguridade Social (CSLL, PIS/Pasep, Cofins e contribuição patronal sobre a folha de pagamentos) totalizaram R\$ 77 bilhões (1,7% do PIB). Estudos realizados pela professora Denise Gentil² apontam que em 2015 as desonerações totais atingiram R\$ 282 bilhões (25% da arrecadação federal). Desse montante, 55% pertenciam à Seguridade Social (R\$157,6 bilhões).

2 Leia a entrevista com a professora nesta edição intitulada "Entre a insustentável retórica do déficit e as verdadeiras razões da reforma previdenciária". (Nota da IHU On-Line)

Essas renúncias comprometem a sustentação financeira da Previdência e da Seguridade Social no futuro. No curto prazo, a estagnação da economia, ao debilitar o mercado de trabalho, também deprime as fontes de financiamento da Previdência. Portanto, também existem alternativas de reforma que passam pela recomposição da capacidade de financiamento do Estado e pela retomada do crescimento da economia.

“

O que está em debate no Brasil e no mundo são as diferentes visões de sociedade

IHU On-Line - O que está em jogo afinal, um projeto político-econômico ou civilizacional?

Eduardo Fagnani - O que está em debate no Brasil e no mundo são as diferentes visões de sociedade. Vivemos a disputa entre dois projetos antagônicos. O Estado versus o mercado. O liberal versus o desenvolvimentista. O Estado Mínimo versus o Estado de Bem-Estar Social. Essa disputa transparece não apenas no debate da Previdência, mas em diversos outros temas nacionais. Com o neoliberalismo, hegemônico nas últimas quatro décadas, o pensamento liberal-conservador no campo social ganhou vigor. Para essa corrente, o “desenvolvimento social” prescinde de crescimento econômico, geração de emprego e políticas de proteção social que garantam a cidadania. Bastam ações focalizadas nos “pobres”. Isso é funcional para o ajuste macroeconômico, pois são políticas relativamente mais baratas (0,5% do PIB). Essa agenda ganhou vigor no Brasil nos anos 1990. Após um abrandamento momentâneo, em função do crescimento econômico, ela voltou com força em 2015. São estas for-

ças políticas que estão impondo a agenda de reformas restritiva da Previdência, num contexto em que o governo está acuado por fatores econômicos e políticos.

Alternativas

A visão alternativa aponta para a necessidade de se pensar um projeto nacional de transformação. Ainda vivemos graves níveis de concentração de renda e de riqueza que implicam miséria, pobreza, desemprego estrutural e acesso precário aos bens e serviços sociais básicos. São traços marcantes do subdesenvolvimento que precisam ser superados se quisermos um país justo e civilizado. No caso específico da Previdência Social, não se pode esquecer que ela é um dos pilares da cidadania social brasileira, cujos efeitos repercutem na ativação do mercado interno de consumo de massas que impulsionou o ciclo recente de crescimento econômico. Atualmente beneficia diretamente cerca de 30 milhões de brasileiros e indiretamente (se consideramos os demais membros da família) mais de 90 milhões brasileiros. A maior parte desses benefícios corresponde ao piso do salário mínimo.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad (2011) revelam que 82,1% dos idosos brasileiros estavam protegidos pela Previdência Social (a média dos países da América Latina gira em torno de 30% da sua população). Diversos analistas destacam o papel dessas transferências de renda na redução da desigualdade social. Ainda segundo a Pnad, o sistema previdenciário brasileiro consegue fazer com que a taxa de pobreza entre os idosos seja cerca de três vezes inferior à taxa média da população. Diversos estudos demonstram que as transferências monetárias da Previdência Social também produzem impactos positivos na redução do êxodo rural e na ativação da economia local, especialmente no caso das regiões mais pobres do país. Esses dados revelam que a Previdência Social tem papel relevante na agenda de

desenvolvimento por seus efeitos na redução da desigualdade e da pobreza extrema. Esses fatos não podem ser desconsiderados pelos realizadores da reforma.

IHU On-Line - Considerando os movimentos das peças desse xadrez político, quem serão os maiores beneficiários da reforma previdenciária?

Eduardo Fagnani - A correlação de forças não é favorável para os defensores da Seguridade Social. Mas é difícil prever os resultados que serão alcançados. O Fórum Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social³ reúne representação dos trabalhadores, dos empresários e do governo. O Fórum deve buscar convergências. Será muito difícil aprovar algo em torno do qual não exista consenso.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a forma como o governo está pensando a longo prazo a questão previdenciária?

³ **Fórum Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social:** trata-se de um decreto do Executivo Federal que estabelece regras para o debate sobre as questões previdenciárias entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Poder Executivo federal. (Nota da **IHU On-Line**)

Eduardo Fagnani - Os pronunciamentos da Presidência da República e de diversos outros integrantes do governo apontam corretamente que a reforma deve ter objetivos de longo prazo, relacionados ao envelhecimento da população cujos efeitos serão sentidos daqui a 20 ou 30 anos. Portanto, afastaram a visão equivocada que tem sido divulgada pelos interlocutores do mercado de que a reforma é “inadiável e urgente” para enfrentar os problemas fiscais do curto-prazo. A presidenta Dilma Rousseff tem alertado que os impactos das reformas na Previdência ocorrerão depois num horizonte de longo prazo que vai além do seu governo. Também é positivo que tenha destacado que o governo vai defender algumas premissas para a reforma, como o respeito aos direitos adquiridos e a adoção de um período de transição.

IHU On-Line - Quais devem ser os impactos políticos da reforma previdenciária que atingirá diretamente uma população que em duas ou três décadas será a beneficiária dos serviços previdenciários e, também, o maior contingente de eleitores?

Eduardo Fagnani - Difícil responder. Como disse, temos dois projetos em disputa e não creio que seja

possível implantar algo que não seja fruto de consenso.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algo?

Eduardo Fagnani - Gostaria de questionar a visão liberal hegemônica de que os “gastos (sociais) obrigatórios têm crescido desde 1993 num ritmo elevado”, que tende a se manter no futuro. Essa visão desconsidera o fato de que a partir desse ano houve a irrupção do represamento secular dos direitos sociais que ocorreu por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou o cumprimento imediato da Constituição de 1988. Essa visão ignora que, pela primeira vez, os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos previdenciários que os trabalhadores urbanos. Desconsidera a “corrida às aposentadorias” nos anos que precederam a restritiva Reforma da Previdência realizada no Governo FHC (Emenda Constitucional nº 20/1998), o início da vigência do programa Seguro-Desemprego e da aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social (a partir de 1996). Trata-se de padrão de gastos atípicos que reflete o atendimento das demandas sociais da democracia que foram secularmente represadas. ■

LEIA MAIS...

- *A Previdência social não tem déficit, constata economista.* Artigo de Eduardo Fagnani publicado nas Notícias do Dia, de 22-02-2016, disponível em <http://bit.ly/1njzssN>;
- *O reajuste que retrocede e ainda rasga a Constituição.* Entrevista com Eduardo Fagnani publicada na Revista IHU On-Line, edição 473, de 28-09-2015, disponível em <http://bit.ly/1QVlied>;
- *Política econômica ortodoxa e a nova rodada de supressão de direitos.* Entrevista especial com Eduardo Fagnani publicada nas Notícias do Dia, de 03-03-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1oSa26T>;
- *Fator previdenciário é uma injustiça contra os mais pobres.* Entrevista especial com Eduardo Fagnani publicada nas Notícias do Dia de 04-07-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1Y5LKT4>;
- *“A Constituição vive no fio da navalha”.* Entrevista com Eduardo Fagnani publicada nas Notícias do Dia, de 05-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1WX958f>.

Previdência, o bode expiatório da crise econômica

Para o historiador e político Raul Pont, as discussões em torno da Previdência Social são apenas um desvio de foco das questões mais de fundo da economia, as taxas de juros

Por Ricardo Machado

A recessão econômica que, desde 2015, se intensificou no Brasil tem provocado impactos também na área social. Neste cenário, a Previdência aparece como o “bode expiatório” que salvará as contas públicas. “Nesse momento a discussão do sistema previdenciário está capitaneada pela mídia monopolizada e pelos grandes bancos, o setor financeiro que hegemoniza o capitalismo brasileiro, fazendo todo um alarde em torno da Previdência ao mesmo tempo que escondem a despesa orçamentária em torno dos custos da despesa com juros da dívida”, critica Raul Pont, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

A questão da seguridade social tem servido como uma cortina de fumaça às questões de fundo da economia nacional, que é o gasto com os juros bancários. “Um erro grande que foi feito no governo Dilma foi a desoneração da folha para favorecer as empresas, pois não reverteu em investimento, tampouco em recuperação de empregos ou alta na atividade econômica”, aponta o entrevistado. “As

pessoas que precisam da Previdência são as mesmas que trabalharam a vida inteira, quem não precisa é quem vive de renda, tem patrimônio e vive de receitas da especulação financeira. Não devemos tocar nos direitos previdenciários, temos que mexer nas taxas de juros, nas desonerações das commodities etc.”, complementa.

Raul Pont é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e pós-graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Foi deputado estadual constituinte (1987-1990), deputado federal (1991-1992) e deputado estadual (2003-2015). É autor, entre outros livros, de *Democracia, Participação, Cidadania - Uma visão de esquerda* (Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2000), *The Porto Alegre Alternative - Direct Democracy in action* (Londres: Editora Pluto Press, 2004) e *La democracia participativa* (Roma: Edizione Alegre, 2005).

Confira e entrevista.

IHU On-Line - O Brasil realmente precisa de uma reforma no sistema previdenciário? De que tipo?

Raul Pont - O Regime Geral da Previdência passou por uma reforma recentemente e foram modificados alguns critérios, estabelecendo a regra do 85/95 para mulheres e homens, na soma entre tempo de vida e trabalho. Há também a complementação para um processo futuro e a ampliação

dessa regra ficará em 90/100, em função de crescimento e melhorias das condições de vida das pessoas. No regime geral, pela dominância absoluta, claramente majoritária de pessoas que recebem em torno de um salário mínimo, não há razão nenhuma para outras reformas.

Distorções

Nós temos distorções grandes nos regimes próprios estaduais. Os re-

gimes próprios do setor público são extremamente desiguais e injustos, trazendo privilégios inaceitáveis, e estes têm de ser alterados. Se o governo federal quer ajudar, ele poderia, por exemplo, estimular ou estender a previdência complementar, que já existe para servidores federais, para os regimes próprios estaduais. Isso melhoraria bastante o controle do sistema, diminuiria custos administrativos e de gestão.

Sistema único

Devemos caminhar para um sistema único; mesmo que se mantenham os regimes próprios estaduais, que eles tenham as mesmas características, as mesmas regras do Regime Geral da Previdência. Estas medidas são necessárias e podem ser feitas.

IHU On-Line - Como analisa a proposta de reforma da Previdência que vem sendo discutida no âmbito federal? Em que medida essa proposta atende a lógica do cenário de ajuste fiscal, de uma política econômica ortodoxa?

Raul Pont - Nesse momento a discussão do sistema previdenciário está capitaneada pela mídia monopolizada e pelos grandes bancos, o setor financeiro que hegemoniza o capitalismo brasileiro, que fazem todo um alarde em torno da Previdência, ao mesmo que tempo que escondem a despesa orçamentária em torno dos custos da despesa com juros da dívida. Os números são incontestáveis. O INSS, nos últimos tempos, incorporou inúmeras pessoas, são 28 milhões de beneficiários da Previdência, com um custo previdenciário que fica em torno de 8% do PIB, algo perfeitamente razoável. Em 2015, o gasto com os juros da dívida foi em torno de R\$ 500 bilhões e a projeção para este ano é de mais de R\$ 600 bilhões, ao passo que o aumento dos gastos com a Previdência, no ano passado, foi de R\$ 6 bilhões. O estranho é que se cria todo um alarde em torno de uma variação de R\$ 6 bilhões, em um ano atípico, com aumento de desemprego, com alta da taxa de 4,3% em 2013 para 6,9% em 2015, que poderia ser menor caso as pessoas estivessem contribuindo no mercado de trabalho.

Sem apoio

O que estamos defendendo dentro do partido é que fique claro, desde agora, para a presidente Dilma, que o PT não votará a fa-

vor da reforma. Pelo menos essa é a posição dos deputados estaduais e federais da bancada do PT no Rio Grande do Sul. É preciso ficar bem esclarecido que não haverá apoio do PT a qualquer medida que restrinja direitos dos trabalhadores. Podemos discutir e concordar com a correção de um ou outro detalhe, mas o que os bancos querem é desatrelar o salário mínimo do piso previdenciário e desonerar ainda mais as áreas de educação e saúde para sobrar mais recursos para o sistema financeiro.

O problema é o Banco Central

O nosso problema não é a Previdência, é o Banco Central. O Tombini¹ está a serviço dos bancos e do capital financeiro e é isto que nós precisamos mudar. A gestão do Levy² foi um ano perdido, pois não cumpriu nada do que prometeu e levou o país para o fundo do poço. É necessário forçar o Tombini a produzir uma política que seja de crescimento e geração de empregos no Brasil, retomando as despesas sociais, educacionais e da área da saúde.

IHU On-Line - Como compreender as disparidades entre a argumentação do governo de que há um déficit e a contraposição de pesquisadores que apontam superávit, desde que os artigos 194 e 195 da Constituição sejam cumpridos?

Raul Pont - Concordo com os pesquisadores, no entanto quem mais tem divulgado esta ideia não tem sido o governo, que inclusive

1 Alexandre Antônio Tombini (1963): economista brasileiro formado pela Universidade de Brasília e doutor em economia pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. É presidente do Banco Central desde 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Joaquim Levy (1961): engenheiro e economista brasileiro, é o atual ministro da Fazenda do Brasil. É PhD em economia pela Universidade de Chicago (1992), mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas (1987) e graduado em engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi secretário do Tesouro Nacional (2003-2006) e Ministro da Fazenda (2015). (Nota da **IHU On-Line**)

se posiciona dizendo que não tem uma posição clara, embora abrace a tese do déficit. Quem mais tem defendido essa posição do déficit são os inimigos do povo, que são os mesmos de sempre: os grandes meios de comunicação, esses columnistas da grande mídia a serviço do capital, os funcionários que são a voz do dono. Essa é a turma que cria uma situação de alarde, colapso etc. Se os recursos previstos na Constituição, de destinar tributos para o financiamento da seguridade social - que não é somente a Previdência, envolve assistência social e Sistema Único de Saúde -, estivessem assegurados, não haveria déficit, isso é o que os números mostram.

A crise internacional, que o ex-presidente Lula³ chamou de marola, mas que impacta o mundo todo, exige que o governo tome medidas para reorganizar o orçamento e estimular o emprego, fazer linhas de crédito, realizar algumas desonerações temporárias, diminuir o recolhimento de impostos da linha branca, com redução do IPI etc. Essas coisas não podem ser permanentes, são feitas para momentos de exceção, e uma vez reequilibrada a estabilidade, essas medidas têm que acabar. Um erro grande que foi feito no governo Dilma foi a desoneração da folha para favorecer as empresas, pois não reverteu em investimento, tampouco em recuperação de empregos ou alta na atividade econômica. Essa política de desonerar 20% da folha em troca de 1,5% do faturamento determinou a queda na arrecadação da Previdência.

3 Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da **IHU On-Line**)

Esse é um momento de recolocar as coisas no lugar.

Medidas

Existem muitas medidas a serem tomadas antes de se pensar no problema previdenciário. No Brasil, o sistema é composto entre 70% e 80% de beneficiários que recebem o salário mínimo. Isso tem sido um poderoso instrumento de garantia ao mínimo de qualidade de vida das pessoas, além de ser um instrumento, também, de política econômica. Para muitos municípios, a Previdência é um estímulo ao comércio, à atividade econômica, é um meio circulante que garante movimentação da economia. A Previdência é algo absolutamente necessário e nisso não se pode mexer.

Todos os especialistas sérios do Brasil, que apontam que não há déficit previdenciário, apontam, também, que não adianta elevar a taxa de juros para combater a inflação, porque não é uma inflação de demanda, não é que as pessoas estejam gastando muito.

IHU On-Line - O que significa para o trabalhador a criação da Previdência Social do Brasil no contexto da Constituição de 1988? E o que essa ideia de reforma representa para essas conquistas sociais?

Raul Pont - A manutenção da Previdência e o conjunto de benefícios dos segurados - seguro-desemprego, licença-maternidade, entre outros - são direitos alcançados que colocam o país em um patamar de sociedade civilizada que devemos nos orgulhar e defender. Acreditar que as políticas de privatização da Previdência como foram aplicadas no Chile e em outros países implicaram em melhoria à vida dos trabalhadores foi um erro, já que o projeto durou três ou quatro anos. As empresas quebram, os planos privados não prestam contas a ninguém, os donos enriquecem, e as pessoas que precisavam da seguridade garantida ficam apenas com a possibilidade de ir para a frente da

Igreja pedir esmolas, de ir para a exclusão absoluta e para a morte.

A Previdência Social é uma conquista da humanidade, um avanço. Quem não reconhece isso é porque é uma pessoa extremamente reacionária e egoísta, sem nenhuma visão de como as coisas ocorrem na sociedade. As pessoas que precisam da Previdência são as mesmas que trabalharam a vida inteira, quem não precisa é quem vive de renda, tem patrimônio e vive de receitas da especulação financeira. Não devemos tocar nos direitos previdenciários, temos que mexer nas taxas de juros, nas desonerações das commodities etc.



Nesse momento a discussão do sistema previdenciário está capitaneada pela mídia monopolizada e pelos grandes bancos

Lei Kandir

A Lei Kandir,⁴ por exemplo, é completamente absurda, pois tira impostos de produtos privados que vão para exportação. Esse tipo de economia baseada na retirada de soja do campo que vai para o porto ou da extração de minério de ferro que segue o mesmo destino é uma atitude completamente estúpida que precisa ser corrigida. A CPMF⁵

⁴ **Lei Kandir:** Lei complementar federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996. Versa sobre a isenção de impostos (ICMS) para os produtos e serviços destinados a exportação. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **CPMF:** Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi um tributo brasileiro. Sua esfera de aplicação foi federal e vigorou de 1997 a 2007.

é uma excelente forma de conseguir recursos, e deve ser destinada mais à saúde do que à Previdência. O debate em torno da Previdência é desvio de foco. O que os banqueiros querem é tirar o desindexador do salário mínimo e fazer com que o orçamento tenha mais recursos para pagar juros da dívida.

IHU On-Line - Mas não seria mais simples cumprir o que prevê a Constituição, em vez de criar mais um imposto, onerando todo mundo?

Raul Pont - O problema é que parte desses impostos foram desonerados e não vão para a Previdência. O Estado tem outras dívidas a cobrar. Se o Estado não consegue cumprir todas as suas obrigações na saúde, na previdência, na educação, na assistência social, com os recursos que tem e, ao mesmo tempo, não pode diminuir um centavo da dívida pública, se a taxa Selic⁶ é diminuída, imediatamente haverá queda nas despesas orçamentárias destinadas ao pagamento dos juros da dívida, forçando os especuladores a colocar o dinheiro em algum investimento produtivo. A CPMF, se for criada, é importante porque é um imposto seletivo que vai atingir, fundamentalmente, a movimentação financeira. Pode-se criar um sistema desse sem incluir o trabalhador que recebe até três salários mínimos, que é a maioria da população.

No Brasil os impostos são majoritária e exageradamente indiretos. Está na hora de começarmos a revertê-los para que se tornem

Sua última alíquota foi de 0,38%. O governo federal retomou a discussão sobre o retorno do tributo em 2015 e o tema deve ir para a pauta do Congresso em 2016. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Taxa SELIC:** índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária. A taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), expressa na forma anual, é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom). (Nota da IHU On-Line)

diretos, atingindo as pessoas conforme a capacidade contributiva do cidadão, mas quem paga mesmo é quem não pode. O pobre, o consumidor que chega ao mercado, estando ele empregado ou não, paga igualmente o imposto em relação ao milionário. Por isso que a matriz tributária está errada.

IHU On-Line - Quais os riscos de se debater - e levar para o Congresso - uma proposta de reforma da Previdência em momentos de crise econômica?

Raul Pont - Os riscos são grandes e estamos tentando convencer a presidentia para que não mande o projeto. É possível que o Estado esteja reagindo a uma pressão que vem da grande mídia e dos teóricos do liberalismo que defendem estas posições de redução de direitos. Defendo que não é necessária uma reforma da Previdência neste momento, mas se tiver que ocorrer então vamos discutir com a sociedade, inclusive a reclamação de que os trabalhadores rurais recebem sem ter contribuído. Essa argumentação, de quem é contrário, deve ser discutida para ver se há alguma forma de contribuição, mas é importante manter a o benefício a estes trabalhadores.

Não dá para se dobrar ao discurso fácil de que todo mundo está vivendo mais e melhor, embora isso tenha uma dimensão verdadeira. Ainda tem o fato de que aos 50 anos as pessoas estão alijadas do mercado de trabalho e vão viver como? Com a rotatividade, o descumprimento das leis trabalhistas, com a falta de comissões de fábricas, com a falta de diálogo entre empresas e candidatos, como lidar como essa ausência de democracia? Como não há nada disso, as empresas

simplesmente, de forma ditatorial, demitem e não querem nem saber se os empregados têm família ou não.

Realidade social

Esses elementos também são parte da realidade social. As pessoas depois dos 50 anos têm uma dificuldade enorme de se manter no mercado. É por isso que pessoas com 55 a 60 anos preferem se aposentar recebendo menos, com a garantia de uma renda mínima, e vão para a informalidade complementar a renda. Essa é a realidade do trabalhador que não tem estabilidade, não tem progressão do emprego, sem garantias de ascensão profissional. Cada vez que alguém é demitido, é um suplício para poderem voltar ao mercado de trabalho.

IHU On-Line - Como essa proposta de reforma vem sendo discutida com a sociedade? Que alternativas existem para desverticalizar as decisões sobre um tema de absoluto interesse social?

Raul Pont - O governo prometeu e o próprio ministro do Trabalho, Miguel Rosseto,⁷ na posse do superintendente do Ministério do Trabalho, em Porto Alegre, no final de fevereiro, reafirmou que não há nenhuma pressa de envio da matéria ao Congresso e que está aberto um canal de discussão com a Central Única dos Tra-

⁷ **Miguel Soldatelli Rossetto** (1960): é um político e sindicalista brasileiro. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, foi ministro do Desenvolvimento Agrário (2003-2006 / 2014), Ministro Chefe da Secretaria-geral da Presidência (2014) e é o atual Ministro do Trabalho (2015). (Nota da IHU On-Line)

balhadores - CUT,⁸ com a CTB,⁹ as centrais sindicais que têm posição contrária à mudança. O governo está disposto a criar um processo de debate para aprofundar item por item daquilo que está sendo questionado, como a idade mínima e a contribuição daqueles que adquiriram direitos de receber sem ter contribuído.

O problema é que os bancos e a direita não estão nessa; eles estão fazendo recair nas costas do trabalhador uma garantia para que se tenha mais resultado primário e dinheiro no orçamento para remunerar taxas de juros. Esse é o centro da questão, o resto é conversa fiada.

IHU On-Line - Podemos afirmar que, levando em conta o cenário atual, a Política Social é quem está pagando a conta da Política Econômica?

Raul Pont - Esse é exatamente nosso maior temor. Não queremos que as políticas sociais paguem a conta, que sejam utilizadas como desvio do foco principal. Em um intervalo de apenas um ano, a taxa de juros aumentou em R\$ 100 bilhões os recursos que vão para os cofres dos bancos apenas para pagamento dos juros da dívida. Isso representa, praticamente, dois orçamentos do estado do Rio Grande do Sul. Isso é estupidez, isso que precisa ser modificado. ■

⁸ **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**: Organização sindical brasileira fundada em 1983 durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. É historicamente relacionada ao Partido dos Trabalhadores. (Nota da IHU On-Line)

⁹ **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)**: é uma organização sindical brasileira, fundada em 14 de dezembro de 2007 na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, durante o primeiro Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

LEIA MAIS...

– *O processo de consolidação programática. Uma análise do sistema partidário gaúcho.* Entrevista com Raul Pont publicada na revista IHU On-Line, nº 264, de 30-06-2008, disponível em <http://bit.ly/1p1fzly>.

Urgência na Reforma da Previdência pra que(m)?

Por Grazielle Custódio David

“**A**ssim, se somente com as propostas aqui apresentadas seria possível ampliar o Orçamento Nacional em 933 bilhões de Reais, por que discutir de forma apressada 85 bilhões de Reais de um dito déficit da Previdência Social? Às corporações, especialmente multinacionais e bancos, interessa manipular o discurso e dizer que a Previdência, os direitos trabalhistas, as proteções sociais, as políticas públicas, os direitos humanos são os culpados das crises econômicas”, analisa Grazielle David.

Grazielle Custódio David é mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília - UnB e especialista em Direito Sanitário pela Fiocruz e Bioética, também pela UnB. Sua linha de pesquisa é Economia da Saúde e Orçamento Público. Atualmente, trabalha com os temas de análise orçamentária e justiça fiscal enquanto assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública de contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos.

Eis o artigo.

Não existe propósito em se realizar uma reforma da Previdência neste momento, às pressas, sem amplo pacto social, por três razões principais:

1) Apesar da insistência, a Previdência não é deficitária

Estudos¹ demonstram que a Previdência não é deficitária se for respeitado o cálculo metodológico decorrente do que está previsto na Constituição Federal: a Previdência junto com a Saúde e a Assistência têm um orçamento próprio, o Orçamento da Seguridade Social, que conta com uma diversidade de fontes de receitas. Ao falar do Orçamento da Seguridade Social e de possível déficit na Previdência é essencial considerar dois grandes usurpadores de seus recursos financeiros: a Desvinculação de Receita da União - DRU² e as renúncias tributárias.

1 Um exemplo é a pesquisa de Denise Gentil, que também é uma das entrevistas nessa edição e que a entrevista já foi reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1VVm1KB>. (Nota da autora)

2 **Desvinculação das Receitas da União - DRU**: é o controle realizado pelo governo brasileiro para facilitar a manutenção de receita em relação aos gastos públicos. Até o ano de 1994, o governo podia ter mais controle sobre seus gastos com muito mais facilidade do que atualmente. Conseguia-se isso porque a inflação corroía o valor real das despesas do governo que muitas vezes não eram reajustadas na mesma

A DRU retira 20% (e já existe proposta tramitando no Congresso para que passe a ser 30%) do Orçamento da Seguridade Social. Em 2014, a DRU retirou 63 bilhões de Reais desse Orçamento. Isto quer dizer que 20% do que foi recolhido para financiar a Previdência, a Saúde e a Assistência não vai realmente para essa finalidade. Esse recurso vai para o Orçamento Fiscal, podendo, ainda, ir para outra ação, ou, o que é revoltante, para pagar juros, inexplicavelmente os mais altos do mundo. Outro grande malefício destes juros absurdamente altos é que eles fazem a dívida pública aumentar num ritmo insuportável e insustentável para o povo brasileiro. Para saciar o capital extramente financeirizado, os investimentos e gastos sociais estão sendo sufocados.

As desonerações, renúncias tributárias ou incentivos fiscais (tecnicamente gastos tributários), são gastos

magnitude. Após o aumento dos juros, o controle se mostrou mais difícil. Para amenizar o problema, em 1994 foi aprovado o Fundo Social de Emergência (FSE) e em 1996 foi aprovado o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Em 2000 foi aprovada a Desvinculação de Recursos da União (DRU) que foi prorrogado em 2003 e em 2007 com vigência até dezembro de 2011, e em 2011 houve prorrogação até dezembro de 2015, mediante a Emenda Constitucional nº 68. Vem afastando das vinculações constitucionais 20% de toda a arrecadação tributária brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

indiretos de natureza tributária do Estado, com o objetivo de aliviar a carga tributária de uma classe específica, de um setor econômico ou de uma região. O problema é que é quase sempre a uma empresa, com repasse sem o controle democrático da sociedade e sem contrapartidas sociais. Em um estudo do Inesc³ foi possível observar que no período de 2011 a 2014 as renúncias tributárias sobre as contribuições sociais (PIS-Pasep⁴, CSLL⁵, Cofins⁶ e contribuição para a previdência) tiveram uma variação de 72,76%. Isto é, em apenas quatro anos, houve um aumento de 72,76% de renúncias tributárias de fontes de receita que deveriam servir como fonte de receita para o Orçamento da Seguridade Social. Olha a situação: a União está deixando de arrecadar uma média anual de 130 bilhões de Reais que deveriam servir para financiar a Seguridade Social, a Previdência. Este valor das desonerações está ficando com algumas corporações, sem controle democrático, sem avaliação do retorno social, enquanto a Previdência é acusada de deficitária.

Para saciar o capital extramente financeirizado, os investimentos e gastos sociais estão sendo sufocados

“

uma repactuação social que se constrói com o tempo, com estudos, com discussões e construções coletivas. E não com medidas atropeladas, por imposições corporativas.

3) Outras reformas mais urgentes

Existem outros problemas e soluções muito mais emergenciais e com soluções mais imediatas e com respaldo social. É o caso, por exemplo, da Reforma Tributária e de buscar as receitas em potencial que o país tem.

Existe, neste momento, na Câmara dos Deputados uma Comissão especial da Reforma Tributária, montada por iniciativa do seu presidente, o deputado Eduardo Cunha⁷, cujos trabalhos têm ocorrido de maneira bastante fechada e distante da sociedade. Isso logo em um tema de grande interesse social e num momento de crise econômica. Um exemplo: em 02 de março deste ano, a Comissão havia chamado para apreciação e votação o parecer do relator sem que o mesmo sequer

tivesse sido distribuído entre os deputados membros da Comissão. O ideal seria que o parecer estivesse disponível para a sociedade no site da Câmara, como acontece nas demais comissões. Por que justo essa Comissão está se esquivando de garantir a transparência e a participação social?

Apesar do discurso manipulador de que o Brasil tem a maior carga tributária do mundo, ao compará-lo com outros países percebemos que a sua carga tributária está na média mundial. O problema que temos não é de tamanho da carga tributária e sim de distribuição. Hoje, os pobres e a classe média pagam muitos tributos proporcionalmente à sua renda, enquanto os (super) ricos praticamente não pagam nada. Isso está ocorrendo por dois fatores: a taxação é muito mais sobre o consumo (indireta) do que sobre a renda e o patrimônio (direta). E, ainda, a tributação sobre a renda também não está ocorrendo de maneira mais progressiva devido à isenção de taxação sobre lucros e dividendos. Essa progressividade é necessária para que

⁷ **Eduardo Cosentino da Cunha** (1958): economista, radialista e político brasileiro. Evangélico, é membro da igreja neopentecostal Sara Nossa Terra. Atualmente é deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro pelo Rio de Janeiro e desde 1º de fevereiro de 2015 preside a Câmara dos Deputados. Em 03-03-2016, o Supremo Tribunal Federal aceitou denúncia contra Cunha, que passou a ser réu da Operação Lava Jato. Na Câmara, o deputado também é submetido a processo no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar. A atual legislatura de Cunha também é marcada pela instalação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. (Nota da IHU On-Line)

2) Discussão apressada do fator demográfico

Com as mudanças demográficas é possível que a Previdência tenha que ser reavaliada. Porém, essa é uma necessidade de médio/longo prazo, não cabendo fazer essa discussão num momento em que se buscam problemas e soluções imediatos diante de uma crise. Além disso, mudanças como as demográficas requerem

³ Disponível em <http://bit.ly/1Tvb1aC>. (Nota da autora)

⁴ **Programa de Integração Social – PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep** (mais conhecido pela sigla PIS/Pasep) – são contribuições sociais de natureza tributária, devidas pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados. O PIS é destinado aos funcionários de empresas privadas regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal. Já o Pasep é destinado aos servidores públicos regidos pelo Regime jurídico estatutário federal, sendo administrado pelo Banco do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**: é um tributo federal brasileiro que incide sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o Imposto de Renda. É devida pelas pessoas jurídicas e entes equiparados pela legislação do IR, destinando-se ao financiamento da Seguridade Social, estando disciplinado pela lei nº 7.689/1988 e suas alterações. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**: é uma contribuição federal brasileira, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social, a qual abrange a previdência social, a saúde e a assistência social. A autorização constitucional para a criação do Cofins, contribuição incidente sobre a receita bruta e destinada à Seguridade Social, está centrada na alínea “b” do inciso I do artigo 195 da Constituição Federal (CF). (Nota da IHU On-Line)

quem ganhe mais, pague mais proporcionalmente. Isso é um problema porque as pessoas mais ricas têm sua renda proveniente justamente de lucros e dividendos, e não de salários taxados na fonte como ocorre com a classe média, com os trabalhadores assalariados.

Reformar o sistema tributário brasileiro - tornando-o mais progressivo, diminuindo os tributos sobre o consumo, aumentando os sobre a renda e o patrimônio, tornando o imposto de renda mais equânime entre as rendas do trabalho e do capital, distribuindo a carga tributária ao diminuí-la para os pobres e classe média e aumentá-la para os (super) ricos - permitiria, inclusive, uma ampliação da capacidade de consumo interna e de movimentação e fortalecimento da economia. Isso, além de aumentar o volume da arrecadação, somente em decorrência da redistribuição da carga tributária, para uma promoção de justiça fiscal e social.

Existe uma iniciativa de algumas organizações da sociedade civil, da qual o Inesc faz parte junto com o Instituto de Justiça Fiscal - IJF⁸, chamada de Projeto Isonomia Já⁹, na qual calculamos que, com as devidas medidas acima citadas no Imposto de Renda, seria possível ampliar a sua arrecadação em 80 bilhões de Reais, ao mesmo tempo em que aumentaria para até 3.299 Reais (salário mínimo calculado pelo Departamento Intersindical

8 Instituto Justiça Fiscal: é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre, RS, e atuação em todo o território nacional. Tem por finalidade o aperfeiçoamento do sistema fiscal com vistas a torná-lo mais justo e capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Mais detalhes do projeto disponível em <http://ijf.org.br/?p=1104>. (Nota da autora)

de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE) a sua isenção e diminuiria seu peso para quem recebe até 20 salários mínimos.

Já as receitas em potencial que o Brasil tem são decorrentes, principalmente, da sonegação fiscal (500 bilhões de Reais¹⁰), dos fluxos financeiros ilícitos (90 bilhões de Reais¹¹) e da dívida ativa da União (1,5 trilhão de Reais, sendo que 100 bilhões de Reais já tiveram seus processos finalizados). Para todos estes casos medidas administrativas, a cargo do Executivo, apenas, como fortalecimento dos órgãos de controle, fiscalização e arrecadação, com mais investimento em pessoal e tecnologia, seriam capazes de fortalecer a capacidade arrecadatória e garantir pelo menos mais 690 bilhões de Reais aos cofres públicos.

Assim, se somente com as propostas aqui apresentadas seria possível ampliar o Orçamento Nacional em 933 bilhões de Reais, por que discutir de forma apressada 85 bilhões de Reais de um dito déficit da Previdência Social? Às corporações, especialmente multinacionais e bancos, interessa manipular o discurso e dizer que a Previdência, os direitos trabalhistas, as proteções sociais, as políticas públicas, os direitos humanos são os culpados das crises econômicas. Mas a verdade é outra, os culpados são os juros altos, a financeirização excessiva, a sonegação, os fluxos ilícitos, os paraísos fiscais e os devedores da União (no caso, as mesmas corporações - surpresa!) que não pagam sua parte, o justo. ■

10 Mais detalhes em <http://bit.ly/1QpXZXT>. (Nota da autora)

11 Mais detalhes em <http://bit.ly/1L7cpX1>. (Nota da autora)

“
Hoje, os pobres e a classe média pagam muitos tributos proporcionalmente à sua renda, enquanto os (super) ricos praticamente não pagam nada

LEIA MAIS...

- A (des) Agenda Brasil desmonta o Estado e retira direitos dos brasileiros. Artigo de Grazielle David e Alessandra Cardoso, publicado no site do Inesc e reproduzido nas Notícias do Dia, de 14-08-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1nlca66>;
- A essencial Justiça Fiscal na Reforma Tributária para garantir o Direito à Saúde. Artigo de Grazielle David, publicado na revista Carta Maior e reproduzido nas Notícias do Dia, de 16-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1pqfRZG>.

13^ª
PÁSCOA
IHU

JESUITAS BRASIL

ciclo de atividades

O CUIDADO DE NOSSA
casa comum

07 DE MARÇO A 20 DE ABRIL DE 2016

SALA IGNACIO ELLACURÍA
E COMPANHEIROS - **IHU**

(Av. Unisinos, 950,
São Leopoldo - RS)

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
ihu.unisinos.br

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos - IHU de 07-03-2016 até 14-03-2016



Ciclo de atividades. O cuidado de nossa Casa Comum

Atividade: Lançamento de Medium sobre o tema “Ética ambiental e ecologia - O cuidado de nossa Casa Comum”

Horário: 17h15min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conheça o Mediu em <http://bit.ly/1Rwvf4B>

Ciclo de atividades. O cuidado de nossa Casa Comum

Atividade: Audição comentada da Cantata BWV 243 - Magnificat em Ré Maior, de Johann Sebastian Bach

Conferencista: Profa. Dra. Yara Caznok - UNESP-SP

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1mev8LK>



Ciclo de atividades. O cuidado de nossa Casa Comum

Atividade: Audição comentada da Missa Papae Marcelli (Missa do Papa Marcelo) de Giovanni Pierluigi da Palestrina

Conferencista: Profa. Dra. Yara Caznok - UNESP-SP

Horário: 9h às 11h45min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1mev8LK>

Ciclo de atividades. O cuidado de nossa Casa Comum

Atividade: Ciclo de Estudos em Educação a Distância (EAD) - O relato da Paixão em Marcos

Ministrante: Profa. MS Ana Maria Casarotti - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1mev8LK>





INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br

B

unisinos.br/blogs/ihu

f

fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos

Instagram icon

instagram.com/_ihu

YouTube icon

youtube.com/ihucomunica

Twitter icon

twitter.com/_ihu

#Dossiê Física

A retomada do encantamento cósmico

De acordo com o físico Mario Novello, a detecção de ondas gravitacionais significa a afirmação do legado científico das ideias básicas da física moderna e a redescoberta metafísica

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves

A constatação da presença de ondas gravitacionais no universo significa para a ciência a manutenção dos pensamentos fundamentais desenvolvidos pela física moderna. Conforme destaca, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, o físico Mario Novello, “se não existisse onda gravitacional, não somente a teoria da Relatividade Geral (que nada mais é do que uma teoria da interação gravitacional), mas toda teoria de campo de interação deveria ser revista, pois a gravitação não se enquadraria em suas propriedades formais. Essa é a questão de fundo envolvendo a existência das ondas gravitacionais”.

Além dessa recente experiência dos pesquisadores do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser (LIGO, na sigla em inglês), ao longo da entrevista o físico também aborda o papel da Cosmologia no campo científico e debate o caráter da ciência e suas relações com o contexto econômico social ao longo dos tempos. Para **Novello**, “no último século, o sucesso da ciência levou à sua perda. Diluiu-se o encantamento cósmico que ela herdara daqueles astrônomos, os pais fundadores do caminhar da ciência, graças à sua subserviência ao capitalismo globalizante. Ao renegar suas origens metafísicas, colocou seu sa-

ber a serviço da técnica e abdicou de sua função mais nobre: produzir uma visão de mundo centrada no homem, não no ‘sistema’”.

Mario Novello é graduado em Física pela Universidade de Brasília - UnB, mestre em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF e doutor na mesma área pela Université de Genève, Suíça, com pós-doutorado pela University of Oxford, Inglaterra. Criou em 1976 o grupo de Cosmologia e Gravitação no CBPF, inaugurando no Brasil o estudo sistemático da Cosmologia. Em 2003 criou o Instituto de Cosmologia Relatividade e Astrofísica - ICRA, que foi alocado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia sob o guarda-chuva institucional do CBPF, instituição onde atua hoje. Entre os diversos prêmios que recebeu, destaca-se o título de Doutor Honoris Causa, em 2004, concedido pela Universidade de Lyon, França, por seus estudos sobre modelos cosmológicos sem singularidade. É autor de centenas de artigos e livros, como *Os jogos da natureza* (Rio de Janeiro: Campus, 2004), *Máquina do tempo - Um Olhar Científico* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005) e *Do Big Bang ao universo eterno* (Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor observa a comprovação da existência de ondas gravitacionais? Qual a questão de fundo nessa comprovação?

Mario Novello - Vamos por partes. Em primeiro lugar, a teoria da Relatividade Especial feita por Poincaré¹,

¹ **Jules Henri Poincaré** (1854-1912): Professor, matemático, físico e astrônomo francês, primo do presidente francês Raymond Poincaré (1860-1934) e importante figura no campo da mecânica celeste. Estudioso da matemática pura e aplicada, empregando os recursos da análise ao estudo das equações diferenciais, foi o criador de uma das mais importantes contribuições à matemática: as propriedades das funções automorfias (1880), uma generalização das funções elípticas. Participou ativamente da polêmica sobre a crise dos fundamentos da matemática, surgida

Lorentz², Einstein³ e outros requer

logo após a formulação da teoria dos conjuntos de Georg Cantor (1845-1918), e afirmou a impossibilidade de reduzir a matemática à lógica, assim como a necessidade de um princípio não-formal para fundamentar a matemática. A sua obra abrangeu a matemática pura, a física matemática e a mecânica celeste e hoje é considerado o mais importante pesquisador sobre a teoria da relatividade antes de Albert Einstein (1879-1955). Escreveu extensamente sobre probabilidades dando continuidade as pesquisas de Pierre Laplace (1749-1827). (Nota da **IHU On-Line**)

² **Hendrik Antoon Lorentz** (1853-1928): físico holandês, que se tornou conhecido pela sua teoria eletrônica da matéria. Compartilhou o prêmio Nobel de física de 1902 com o físico holandês Pieter Zeeman pela descoberta dos efeitos do magnetismo sobre a luz (efeito Zeeman). (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Albert Einstein** (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com

que toda propagação de energia seja feita com velocidade inferior ou igual à da luz. Isso significa que as duas formas fundamentais de interação do mundo clássico (isto é, não quântico), os campos ele-

o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da Revista **IHU On-Line**, sob o título Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis, disponível em <http://bit.ly/ihuon130> e a edição 141, de 16-05-2005, chamada Terra habitável: um desafio para a humanidade, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. Veja também a edição número 474 da revista **IHU On-Line** sob o título Ano Internacional da Luz. Descobertas e incertezas, de 05-10-2015, disponível em <http://bit.ly/1nhVrAm>. (Nota da **IHU On-Line**)

tromagnético e gravitacional, devem se propagar sob a forma de ondas. Isso é consequência da moderna descrição dessas duas forças clássicas, o eletromagnetismo e a gravitação. A observação das ondas eletromagnéticas foi realizada há mais de um século e o formidável avanço tecnológico do século XX muito deveu à existência e controle dessas ondas.

A dificuldade em medir ondas gravitacionais se deve a várias propriedades da força gravitacional: ela é extremamente fraca (a interação eletromagnética entre dois corpos materiais é da ordem de 10 elevado a potência 39 maior do que a força gravitacional existente entre esses mesmos dois corpos); ademais, contrariamente à interação eletromagnética, a força gravitacional é somente atrativa. Isso significa que não podemos controlar, em laboratório terrestre ou em qualquer outro lugar, a interação gravitacional dos corpos e, conseqüentemente, não podemos artificialmente produzir uma onda gravitacional.

Ou seja, podemos observar a onda, mas não manipulá-la. Ora, foi precisamente a propriedade de controle das ondas eletromagnéticas que a tornou tão importante para a sociedade ao longo do século XX.

Em resumo, se não existisse onda gravitacional, não somente a teoria da Relatividade Geral (que nada mais é do que uma teoria da interação gravitacional), mas toda teoria de campo de interação deveria ser revista, pois a gravitação não se enquadraria em suas propriedades formais. Essa é a questão de fundo envolvendo a existência das ondas gravitacionais. A observação dessas ondas não altera em nada as modernas teorias de campo da física. Por outro lado, caso não fossem observadas, uma verdadeira revolução deveria ocorrer, pois isso entraria em choque com ideias básicas da física moderna, independentemente da teoria da Relatividade Geral ou de outra teoria da gravitação.

IHU On-Line - No que a comprovação da existência das ondas gravitacionais influencia na compreensão do cosmos?

Mario Novello - Nesse momento, somente com essa observação anunciada, muito pouco, pois ela está associada a um processo local de astrofísica. Somente quando (e se) observações detectarem ondas que possam ter vindo de processos não localizados em uma região compacta, mas sim globais, eventualmente vindos de regiões onde o universo inteiro estava muito mais concentrado, aí sim, teríamos informações que permitiriam fazer ilações sobre as propriedades globais do universo, isto é, aquilo de que trata a Cosmologia.

IHU On-Line - Como a comprovação da Teoria da Relatividade pode contribuir para a compreensão do Universo em termos existenciais?

Mario Novello - Entendo de sua pergunta que você está aceitando que a observação anunciada das ondas gravitacionais tenha sido uma confirmação da teoria da Relatividade Geral - RG. Não é bem assim. Ela mostra somente que a RG, como outras teorias de campo da gravitação, não está em contradição com as observações. Essa descoberta não singulariza a RG, embora os dados sejam compatíveis com ela. Outras teorias da gravitação também podem ser colocadas em acordo com esses dados observacionais.

A Relatividade Geral possui, por outro lado, questões às quais ela não responde convenientemente. A singularidade cósmica inicial presente no modelo padrão, por exemplo, é uma delas.

IHU On-Line - De que forma a comprovação da existência de ondas gravitacionais atualiza o legado de Albert Einstein? Em que medida sua metodologia científica, suas formas de ver o mundo, deve influenciar outros campos da ciência, numa perspectiva interdisciplinar?

Mario Novello - Há uma riqueza conceitual muito mais ampla e muito mais criativa que não está associada ao legado do Einstein. Deixe-me somente dar um pequeno exemplo para esclarecer o que estou dizendo referente ao conceito "liberdade". Sabemos que nas relações sociais a caracterização de liberdade tem um caráter relativo. Posso estar caminhando por uma rua em uma cidade, do modo como eu queira, e, no entanto, não me considerar livre. Os existencialistas foram os responsáveis, no século XX, por produzir uma profunda crítica da liberdade individual, enfatizando sua relatividade. Nas ciências da natureza, tem-se a impressão de que esse conceito poderia ter um valor absoluto. E, no entanto, não é assim. Vejamos como isso é possível, ou seja, por que e como somos levados a relativizar, na física, a condição de um corpo estar livre de qualquer ação externa.

Uma das conseqüências mais notáveis da teoria da Relatividade Especial foi a substituição de um único tempo comum a todos os corpos por uma infinidade de tempos próprios, um para cada corpo ou observador. Como consequência, a tradicional geometria euclidiana usada na física foi substituída pela geometria de Minkowski⁴, uma estrutura formal particular das geometrias possíveis construídas por Riemann⁵. Cada observador possui assim o seu tempo próprio, e a noção de simultaneidade passou a depender de seu estado de movimento. Essa passagem de um só tempo para uma miríade de tem-

⁴ **Hermann Minkowski** (1864-1909): foi um matemático alemão de ascendência judaítua, que criou e desenvolveu a geometria dos números e que usou métodos geométricos para resolver problemas difíceis em teoria dos números, física matemática e teoria da relatividade. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Bernhard Riemann** (1826-1866): foi um matemático alemão, com contribuições fundamentais para a análise e a geometria diferencial. Na literatura matemática são famosas sua chamada função zeta e sua conhecida hipótese, esta última é uma célebre conjectura que fez parte da famosa lista de problemas de Hilbert e que se encontra ainda em aberto, sendo para a análise o que o último teorema de Fermat é para a teoria dos números. (Nota da **IHU On-Line**)

pos relativos a cada observador retirou de cena o tempo absoluto newtoniano.

Em um momento posterior, na segunda década do século XX, o aparecimento da teoria da Relatividade Geral, uma nova teoria da gravitação associada à modificação da geometria riemanniana pela matéria e energia, retirou o caráter imutável, rígido, da estrutura minkowskiana, passando a considerar o espaço-tempo como possuindo uma geometria variável, dependente da quantidade de matéria e energia existente em uma dada região.

A universalidade da gravitação foi então responsável pela modificação da geometria do mundo, ao afirmar que toda matéria, tudo que existe, cada observador, está imerso em uma única e global estrutura geométrica, variável, possuindo uma dinâmica controlada pela distribuição de energia e matéria. A característica importante a reter é precisamente a preservação da unicidade, ou seja, existe somente uma geometria no mundo. O caráter universal da interação gravitacional fixa a geometria onde tudo-que-existe está mergulhado, ou seja, a totalidade espaço-tempo.

Depois da grande revolução einsteiniana da Relatividade Geral e do reconhecimento de que a universalidade dos processos gravitacionais implica em modificação da geometria do mundo, concluiu-se que a física havia consagrado uma nova descrição absoluta, posto que qualquer outra força de caráter não gravitacional exerce uma ação sobre o corpo que o desvia da geodésica, a curva que um corpo livre de qualquer força seguiria.

Ou seja, um corpo é livre se sobre ele atuam somente forças gravitacionais (pois estas atuam como se os corpos sob sua ação seguissem caminhos livres, as geodésicas, em um espaço-tempo de geometria variável). Por outro lado, um corpo atuado por qualquer outra força não é livre. Tal descrição permitiria caracterizar de um modo absoluto o que chamaríamos "liberdade na física".

A liberdade é relativa

Pois bem, muito recentemente descobriu-se que esse não é o caso e que a noção de "corpo livre" depende da estrutura métrica do espaço onde esse corpo é descrito. Dito de outro modo: um corpo submetido a uma força em um dado espaço-tempo pode ser descrito, de modo equivalente, como se estivesse livre de qualquer força desde que essa descrição considere esse corpo como se estivesse mergulhado em uma outra geometria específica. Isso significa que cada corpo possui uma "sua" geometria na qual o efeito da força externa que sobre ele atua é substituído pelas propriedades da geometria onde o corpo é descrito.

Embora à primeira vista se trata do mesmo procedimento realizado na teoria da Relatividade Geral, há uma diferença notável: no caso gravitacional essa mudança da geometria é universal, ou seja, independe de qualquer característica do corpo em questão; enquanto nos demais casos, envolvendo outras forças, a alteração das distâncias espaço-temporais dependem das características do corpo e da força que sobre ele atua.

Mesmo não tendo um caráter universal, devemos reconhecer que esse procedimento produz um resultado notável: a substituição dos efeitos da aceleração de qualquer corpo por um caminho geodésico em um espaço-tempo curvo. Ou seja, o corpo, ao ser descrito pela alteração da geometria onde ele está mergulhado e consequentemente desprovido de aceleração nessa geometria efetiva, deve ser considerado como um corpo livre.

Evolução da estrutura da geometria do espaço-tempo

Recentemente, esse mecanismo de transformar a descrição de processos dinâmicos exercido por forças de qualquer natureza por alterações na geometria por onde o corpo se movimenta mostrou ser bastante geral e pode ser aplicado

a todo tipo de força. Isso leva a firmar um modo novo de descrever processos dinâmicos e que consiste naquilo que eu chamo de Relatividade Métrica. Assim, a evolução da estrutura da geometria do espaço-tempo desde o começo do século XX até os dias de hoje pode ser sintetizada da seguinte forma:

A Relatividade Especial, no começo do século XX, se fundamentou sobre o princípio de que cada observador possui um tempo próprio e se movimenta em um espaço-tempo único possuindo uma geometria comum. A Relatividade Geral na segunda década daquele século alterou essa geometria tornando-a variável e universal.

A Relatividade Métrica se baseia no princípio de que cada observador, sobre o qual atuam diferentes forças, institui sua própria geometria onde as forças que atuam sobre ele são formalmente eliminadas. Como a geometria resultante (aquela onde o corpo está livre de qualquer ação e se movimenta ao longo de uma geodésica nessa geometria associada) depende do movimento, concluímos que cada corpo instaura uma sua geometria particular na qual ele é um corpo livre, isento de qualquer ação externa. Essa eliminação da força pela caracterização de uma geometria específica para cada corpo resulta ser uma simples questão de escolha de representação. Adquire-se assim uma novidade inesperada: a liberdade dos corpos na física depende da representação escolhida.

Essa descrição pode ser transportada de modo análogo para outros saberes e constituir uma representação de situações cotidianas na sociedade humana.

IHU On-Line - O que faz com que se leve 100 anos para aceitar as formas de ver o mundo de Einstein? O que esse processo revela acerca do pensamento científico moderno e pós-moderno?

Mario Novello - Einstein foi um excelente físico e um muito bom técnico do fazer ciência. No entan-

to, sua interpretação das teorias da física, dele e de outros, não está à altura do que ele conseguiu no desenvolvimento do conhecimento científico. Vários exemplos podem ser apontados, mas para não cansar o leitor, vou apresentar somente um e talvez o mais simbólico: sua tentativa fracassada de erigir uma cosmologia a partir de sua teoria da gravitação.

E por que ele pode fazer isso? Porque das quatro forças que os físicos descobriram e que até hoje são suficientes para produzir explicações convincentes sobre todos os processos físicos conhecidos, na descrição do universo somente importa a gravitação. Isso se deve ao fato de sua universalidade (tudo que existe interage gravitacionalmente) e o fato de que ela é sempre atrativa. As outras três concorrentes não produzem uma cosmologia. As duas forças nucleares (chamadas fraca e forte) possuem alcance muito limitado, da ordem das dimensões atômicas. Ou seja, não têm um papel relevante na caracterização das imensidões de espaço e tempo que constituem o universo. Quanto às forças eletromagnéticas, embora elas também sejam, como a gravitação, de longo alcance, possuem uma propriedade crítica: nem sempre são atrativas e, ademais, não são universais. Por exemplo, os neutrinos não possuem carga elétrica e consequentemente não interagem pelo canal eletromagnético. Costumo descrever essa universalidade da gravitação com uma frase típica: **Caio, logo existo!** Querendo significar que tudo que existe interage gravitacionalmente.

É por isso que toda nova teoria da gravitação fundamenta uma cosmologia. Pois bem, Einstein constrói sua cosmologia a partir de quatro hipóteses:

1- Existe um tempo cósmico global;

2 - A geometria do mundo é estática;

3 - A topologia do mundo é fechada;

4 - A fonte da gravitação é a totalidade da matéria e energia existente no mundo. Além disso, existe uma força universal de repulsão gravitacional, caracterizada por uma constante de caráter exclusivamente cosmológico e que pode ser desprezada em processos gravitacionais locais.

Aqui, é suficiente que nos concentremos no segundo item dessa série de hipóteses que Einstein usou para produzir sua cosmologia. A ideia de um universo estático tendo somente matéria incoerente como fonte resultou ser incompatível com as equações que ele assumiu ao elaborar sua teoria da Relatividade Geral. Ou seja, não é possível compatibilizar a hipótese de que o universo não é um processo dinâmico (ou seja, ele tem a mesma configuração sempre) com as equações da Relatividade Geral.

Ora, o apriorismo de Einstein ao propor uma descrição do Universo como uma configuração estática foi tão forte que ele não hesitou em modificar suas próprias equações com as quais havia descrito os processos gravitacionais para permitir, com essas alterações da dinâmica gravitacional, a possibilidade de existir uma solução que descreveria um universo com as características que ele considerava que deveria ter o universo.

Ou seja, ele colocou sua imagem apriorística sobre o Universo à frente de sua proposta de descrição da dinâmica da gravitação. Com isso, deixou de prever a característica mais fundamental do Universo: a sua dinâmica, a propriedade de que o Universo não tem a mesma configuração sempre e que sua configuração varia com o tempo cósmico - o que foi realizado pelo matemático Friedman⁶,

6 **Milton Friedman** - nascido em Nova Iorque, em 1912, foi professor da Universidad de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Sué-

alguns anos depois da fracassada proposta de Einstein.

IHU On-Line - O que o senhor espera da ciência pós-moderna? Por que linha imagina que vá o pensamento científico e de que forma deve influenciar a relação do homem com o planeta e em que medida a comprovação da Teoria da Relatividade tem a ver com isso?

Mario Novello - Vou repetir aqui, um trecho de um comentário que fiz recentemente em um diálogo com o filósofo Marcio Tavares d'Amaral:

Nos séculos XVI e XVII, no despertar do modo científico, Brahe⁷, Kepler⁸, Newton⁹ e outros cami-

cia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Tycho Brahe** (1546-1601): astrônomo dinamarquês. Teve um observatório chamado Uraniborg na ilha de Ven no Oresund entre a Dinamarca e a Suécia. Tycho esteve a serviço de Frederico II da Dinamarca e mais tarde do imperador Rodolfo II. É um dos representantes mais prestigiosos da ciência nova - a ciência renascentista que abriu uma brecha no sólido edifício construído pela Idade Média, baseado na síntese de tradição bíblica e da ciência de Aristóteles. Continuando o labor iniciado por Copérnico e que foi acolhido pelos sábios ocidentais com alguma repugnância, estudou detidamente as fases da lua e compilou inumeráveis dados que mais tarde serviriam a Kepler para os seus cálculos. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Johannes Kepler** (1571-1630): astrônomo, matemático e astrólogo alemão e figura-chave da revolução científica do século XVII. É mais conhecido por formular as três leis fundamentais da mecânica celeste, conhecidas como Leis de Kepler, codificada por astrônomos posteriores com base em suas obras *Astronomia Nova*, *Harmonices Mundi*, e *Epítome da Astronomia de Copérnico*. Elas também forneceram uma das bases para a teoria da gravitação universal de Isaac Newton. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Isaac Newton** (1642-1727): físico, astrônomo e matemático inglês. Revelou como o universo se mantém unido através da sua teoria da gravitação, descobriu os segredos da luz e das cores e criou um ramo da matemática, o cálculo infinitesimal. Essas descobertas foram realizadas por Newton em um intervalo de apenas 18 meses, entre os anos de 1665 e 1667. É considerado um dos maiores nomes na história do pensamento humano, por causa da sua grande contribuição à matemática, à física e à astronomia. O IHU promoveu de 3 de agosto a 16-11-2005 o Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein. Sobre Newton, em específico, o Prof. Dr. Ney Lemke proferiu palestra em 21-09-2005, intitulada *A cosmologia de Newton*. (Nota da **IHU On-Line**)

nhavam como sonâmbulos, assim Koestler¹⁰ os nomeou. Descobrimos as conexões ou inventando-as no escuro, tateando. Esse caminho tradicional, histórico, tortuoso, tatibitate, no qual reconhecemos o procedimento humano, verdadeiramente humano, conduziu a algumas certezas sobre o mundo. A partir delas foi oferecida uma visão científica do mundo travestida de versão oficial da realidade. Esse saber sem consequências, ou melhor, sem objetivo aparente, esse sentimento grandioso de projetar a configuração do universo, que beirava o êxtase religioso, permanece atual? Existe ainda algum resquício de maravilhamento, mesmo que escondido, latente?

No último século, o sucesso da ciência levou à sua perdição. Diluiu-se o encantamento cósmico que ela herdara daqueles astrônomos, os pais fundadores do caminhar da ciência, graças à sua subserviência ao capitalismo globalizante. Ao renegar suas origens metafísicas, colocou seu saber a serviço da técnica e abdicou de sua função mais nobre: produzir uma visão de mundo centrada no homem, não no "sistema". Esqueceu-se a máxima que garantia que fora do homem não há salvação e se deixou seduzir pelo sucesso imediato que sua competência técnica produz como serviços do Estado.

Ao longo do século XX a Cosmologia permitiu o renascimento da

¹⁰ **Arthur Koestler** (1905-1983) foi um jornalista, escritor, e ativista político judeu húngaro radicado no Reino Unido. Nos anos 1940 e começo dos anos 1950 foi talvez o mais amplamente lido romancista político da época. *Darkness at Noon*, considerado sua obra prima, foi publicado em 1940, seguido por *Arrival and Departure* (1943), *Thieves in the Night* (1946). A partir de 1956, mergulhou em questões de ciência e misticismo, passando a ter um grande número de seguidores entre os jovens. Nessa área, entre suas obras mais significativas está *Os sonâmbulos* ("The sleepwalkers"). O livro não é apenas mais uma "demonstração" dos avanços consistentes da ciência astronômica desde seus pais ao longo do tempo. Pois seus primeiros protagonistas não eram cientistas no sentido moderno. Pelo contrário, viviam numa época em que não havia fronteira entre ciência e misticismo. A tônica do livro é a passagem dessa era para a moderna, a da "separação dos caminhos", por trajetórias muitas vezes erráticas. (Nota da **IHU On-Line**)

esperança de que a ciência não abandonaria sua função maior e permitiria sonhar novamente com o simples conhecer o universo. Começamos essa caminhada produzindo um mito científico de criação insignificante, menor, reducionista - o Big Bang¹¹ -, relegando a grandiosidade do cosmos a detalhes dependentes de uma física terrestre. Arrogantemente, deixou-se levar pela ideia simplista de que o universo é o quintal da Terra e que a física terrestre pode ser extrapolada sem alterações maiores para a descrição completa do universo.

“

No último século, o sucesso da ciência levou à sua perdição

Outro mito científico de criação apareceu, alargando o tempo de existência desse nosso universo e gerando novas perguntas que não podem aparecer no cenário Big Bang, pois esse cenário Big Bang exclui a possibilidade de uma descrição racional do cosmos ao longo de toda a história de sua eterna existência.

O sistema capitalista altamente desenvolvido e global ao qual somos impostos nesse século, o modo pelo qual se organiza o conhecimento científico hoje, as necessidades e funções para as quais ele está sendo orientado, sua falta de pudor na dependência das tecnologias associadas que opera um

¹¹ **Big Bang**: a teoria do Big Bang, ou Grande Explosão, foi sugerida primeiramente pelo padre cosmólogo belga Georges-Henri Édouard Lemaître (1894-1966), quando expôs uma teoria propondo que o Universo teria tido um início repentino. A teoria do Big Bang, entretanto, não implica em demonstrar que algo explodiu ou que uma explosão foi a causa dessa dilatação ainda hoje observável, já que as lentes dos modernos telescópios espaciais usados atualmente permanecem descrevendo um resultado de explosão (uma fuga cósmica). Embora a Teoria do Big Bang seja a mais aceita pelos cientistas para explicar o início do universo, algumas contradições se mantêm. (Nota da **IHU On-Line**)

movimento destruidor em seu entorno, aponta para o aparecimento de um outro caminho. É difícil precisar com rigor essa nova forma e o alcance de sua ação na geração de uma visão do mundo, pois essa estrutura está em formação, limitando-se ainda ao território dos símbolos. Esse movimento se realiza na prática contra o indivíduo, impondo, àqueles que ousam resgatar os ideais dos astrônomos-sonâmbulos, a pecha irônica de se travestirem com uma fantasia trágica, romântica, à sombra de um ideal perdido.

O papel da Cosmologia na ciência

A Cosmologia mostrou como é possível substituir no imaginário popular a religião pela ciência e em particular na questão mais fundamental, referente à origem de tudo que existe. Mas não devemos fabricar ilusões, nem ser substitutos da religião. A ciência tem o papel de produzir questões sobre o mundo. Tentar descrevê-las segundo o método racional e procurar alternativas de soluções, sabendo que não podemos obter a resposta completa de nenhuma delas, exceto de questões menores, que não permitem gerar uma visão de mundo, a não ser que nos contentemos com migalhas da razão desperdiçadas pelo método científico.

E é, então, porque a Cosmologia permite colocar questões fundamentais, tal como a principal delas, "por que existe alguma coisa e não nada?", que ela vai além da Física, que ela não pode se identificar com esta. Porque ela deve ser entendida como crítica, estabelecendo uma razão cósmica e constituindo, neste ato, a refundação da Física, tratando questões que esta ciência se impôs não examinar ao se autolimitar, restringindo-se a tratar do que lhe parece ser a realidade, seu domínio de ação, evitando a todo custo considerar a virtualidade como um reservatório de intenções da Natureza.

Pois é precisamente isso que a Cosmologia faz, ou melhor, se propõe fazer: ir além, ousar estabelecer uma ponte atravessável entre a Física e outros saberes que envolvem a Totalidade, disponibilizando suas duas direções. Avançando em pleno território da virtualidade para de lá retirar o que está de tal modo identificado com a máscara do real que quase não se lhe pode mais tirar. É assim que devemos entender a função da Cosmologia, como um resgate da ciência em seus primórdios, mais próximas dos astrônomos-sonâmbulos que criaram a ciência moderna, quando ela ainda deixava as portas abertas para que a tradição que o homem acumulara ao longo de sua história, nos variados saberes, pudesse por ali passar, entrar e sair. Resgatar outros saberes, colocar-se a questão fundamental e repeti-la inúmeras vezes: “por que existe alguma coisa e não nada?”

Se os filósofos fizeram desta questão um tema convencional de sua investigação, isso não o torna um tema proibido para os outros, aqueles amigos de outros saberes. A Física deixou de lado esta questão, e hoje devemos reconhecer que essa estratégia é entendida como vitoriosa, pois foi capaz de permitir-lhe prosseguir, avançando em seu conhecimento e sua dominação da natureza. Mas hoje, quando a Cosmologia assume seu papel e se estrutura para produzir, em sua prática científica, a refunda-

ção da Física, deixar de examinar a questão fundamental em nome de compromissos passados ou em nome da negação da produção de hipóteses sobre a natureza da *physis*, não pode mais ser considerada uma razão suficiente.

Pensar que ela não produziu os instrumentos formais com os quais essa pergunta adquire significado em seu interior e permite o acesso a respostas aceitáveis, seria desprezar a etapa de evolução que ela sofreu, seria esquecer que afinal de contas a Cosmologia deve ser entendida em seu significado abrangente, como a etapa atual de evolução da Física. Desta forma, se estabelece sua função e uma nomenclatura convencional, na qual o que importa é menos o nome - Cosmologia ou Física - mas sim a atitude, o compromisso com a refundação desta ciência.

Mas não podemos esquecer que há um outro aspecto grandioso dessa ação da Cosmologia, pois ao mesmo tempo que estamos olhando e organizando, com nossos companheiros de ciência, a entrada desta questão fundamental em nossa prática científica, não podemos esquecer que estamos igualmente penetrando no coração da aldeia filosófica e que ali não devemos nos declarar amigos da sabedoria, amigos dos filósofos, mas sim, concorrentes. Devemos disputar, neste território tradicional da Metafísica, a questão fun-

damental. E, chegando ali, entre estes amigos do saber, ao sermos por eles questionados sobre nossa função e expectativa, naquele lugar, onde a questão fundamental se estabelece como tal, não devemos responder como físicos, mas como cosmólogos.

Não devemos procurar afirmar uma resposta de controle, mas repetir *ad nauseum*: estamos aqui porque queremos usar todos os meios que a razão permite, para que possamos também colocar esta mesma pergunta. Não porque, como alguns o afirmam arrogantemente, tenhamos a resposta ao nosso alcance, pronta, definitiva. Nem porque queiramos impor a estes amigos do saber, um modo preferencial, único, de formular esta pergunta. Nem para contrapor nossa visão especial à deles. Mas simplesmente porque nós, cosmólogos, encontramos um modo diferente, novo, particular de respondermos à pergunta fundamental, esta antiga questão: por que existe alguma coisa e não nada? Não é difícil entender as razões pelas quais o cosmólogo pode afirmar, a partir da constatação formal da instabilidade do Vazio, a partir do decaimento e transformação deste Vazio, que não seria possível não haver alguma coisa e, consequentemente, que o Universo estava condenado a existir. Ou, como disse em outro lugar, é difícil, é muito difícil, é quase impossível não existir. ■

LEIA MAIS...

- *O Bóson-H*. Entrevista especial com Mario Novello publicada na revista *IHU On-Line*, nº 405, de 22-10-2012, disponível em <http://bit.ly/1TeiQkj>;
- *Um pensamento que não recebe ordens*. Entrevista especial com Mario Novello publicada na revista *IHU On-Line*, nº 402, de 10-09-2012, disponível em <http://bit.ly/21JXPTt>;
- “*O Universo estava condenado a existir*”. Entrevista especial com Mario Novello publicada na revista *IHU On-Line*, nº 340, de 23-08-2010, disponível em <http://bit.ly/1OVanuA>;
- *Nobel da Física 2006 auxilia a compreender a formação do Universo*. Entrevista especial com Mario Novello publicada nas *Notícias do Dia*, de 11-10-2006, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/21bESnl>.



@_ihu



TWEETS
91,4 mil

REPLACADO
1.902

SEGUIDORES
10,9 mil

CLIQUEIAS
51

LISTAS
9

[Seguir](#)



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

ihu.unisinos.br

#Dossiê Física

A detecção das ondas gravitacionais tornou concreto o que até então era abstrato

Segundo o físico Marcelo Gleiser, a descoberta é um triunfo para a ciência, pois comprova uma hipótese que se manteve vanguardista de Einstein aos dias de hoje

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves

O pensamento construído por uma série de estudiosos que, há cerca de um século, se ocuparam em tentar descobrir como se originou o mundo e o universo conquistou mais uma “prova” da efetividade de suas teorias. Entre as elaborações teóricas que têm sido mais relacionadas com as novas descobertas acerca da presença de ondas gravitacionais no espaço, está a teoria da Relatividade Geral, concebida por Albert Einstein. Conforme ressalta em entrevista por e-mail à **IHU On-Line** o físico Marcelo Gleiser, esse vínculo ganha ainda mais relevância a partir da constatação de que “as ondas gravitacionais mostram que o espaço (e o tempo) não são apenas palco para os fenômenos naturais, mas atores nesse grande drama. Elas dão existência física ao espaço, ampliando nossa visão de mundo com mais um resultado surpreendente da Relatividade Geral”.

Para o físico, a descoberta abre passagem para diferentes miradas acerca dos fenômenos espaciais. “Agora que sabemos que ondas gravitacionais podem ser causadas por eventos astrofísicos bem dramáticos, podemos começar a estudá-los com novos olhos. O próximo passo é ampliar a base de informação, buscando por outras fontes de ondas

gravitacionais. Do mesmo modo que nossa compreensão do universo foi gradativamente aumentando com os avanços da astronomia tradicional, o mesmo irá ocorrer com essa nova astronomia. Potencialmente, até as ondas formadas durante o Big Bang poderão ser eventualmente medidas”, prevê.

Marcelo Gleiser é graduado em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, mestre em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutor em Física Teórica pelo King's College, em Londres. É pós-doutor pelo Fermilab e pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, nos Estados Unidos. Leciona no Dartmouth College, em Hanover, nos Estados Unidos. Tem uma vasta produção acadêmica, além de inúmeros artigos e livros publicados, dentre os quais citamos *A ilha do conhecimento: Os limites da ciência e a busca por sentido* (Rio de Janeiro: Record, 2014); *Criação imperfeita* (Rio de Janeiro: Record, 2010); *Cartas a um jovem cientista* (Rio de Janeiro: Campus, 2007); *Conversa sobre fé e ciência* (São Paulo: Agir, 2011), escrito com Frei Betto; e *A dança do universo* (Rio de Janeiro: Companhia de bolso, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que representa para a ciência a detecção das ondas gravitacionais e, como consequência, a comprovação da Teoria da Relatividade?

Marcelo Gleiser - É um grande triunfo para a física teórica (e experimental) quando uma previsão aparentemente tão exótica vem a ser comprovada. No caso das on-

das gravitacionais, elas inauguram um novo tipo de astronomia, agora baseada nas vibrações da própria estrutura do espaço, em vez de ondas luminosas vindas de diversas fontes.

IHU On-Line - Qual a questão de fundo dessa descoberta? E quais

os impactos no pensamento filosófico e para além das ciências?

Marcelo Gleiser - As ondas gravitacionais mostram que o espaço (e o tempo) não são apenas palco para os fenômenos naturais, mas atores nesse grande drama. Elas dão existência física ao espaço, ampliando nossa visão de mundo

com mais um resultado surpreendente da Relatividade Geral.

IHU On-Line - Como entender que uma teoria - da Relatividade Geral - concebida há 100 anos é comprovada agora sem nenhuma defasagem? A Teoria, ao longo desse tempo, não evidenciou possíveis equívocos e limitações?

Marcelo Gleiser - Testes da Relatividade Geral começaram logo após sua publicação em 1915. Mas como toda teoria científica, deve continuar a ser testada, seus limites ampliados, para entendermos onde começa a falhar. Até o momento, não encontramos falhas na teoria, já que todos os testes foram confirmados. Por outro lado, temos aí os mistérios da matéria e energia escura, que podem indicar alguma limitação da teoria.

IHU On-Line - Quais são os impactos científicos da comprovação da existência das ondas gravitacionais? Qual deve ser o próximo passo?

Marcelo Gleiser - Agora que sabemos que ondas gravitacionais podem ser causadas por eventos astrofísicos bem dramáticos, podemos começar a estudá-los com novos olhos. O próximo passo é ampliar a base de informação, buscando por outras fontes de ondas

gravitacionais. Do mesmo modo que nossa compreensão do universo foi gradativamente aumentando com os avanços da astronomia tradicional, o mesmo irá ocorrer com essa nova astronomia. Potencialmente, até as ondas formadas durante o Big Bang poderão ser eventualmente medidas.

IHU On-Line - O que mais os trabalhos de Einstein ainda podem revelar sobre a origem do universo?

Marcelo Gleiser - Difícil dizer, sua teoria da Relatividade não se aplica às condições extremas vizinhas perto do Big Bang.

IHU On-Line - Assumindo essa constatação de Einstein acerca da Teoria da Relatividade, significa que a Teoria do Big Bang passa a ser mais aceita, ou pode ainda ser revista?

Marcelo Gleiser - A descoberta dá ainda mais garantias de que a teoria do Big Bang, baseada na teoria da Relatividade, está correta: o universo teve uma infância extremamente densa e quente, e vem expandindo desde então.

IHU On-Line - Em que medida a comprovação da existência das ondas gravitacionais pode mudar

acerca do pensamento sobre a origem do homem e do universo?

Marcelo Gleiser - Não deve mudar muito, já que confirma o que já sabíamos, que a teoria da Relatividade funciona.

IHU On-Line - Em que medida a flexibilidade de tempo e espaço em Einstein diz respeito à ideia de "criação imperfeita"?

Marcelo Gleiser - Apenas eventos com assimetria espacial podem gerar ondas gravitacionais; por exemplo, uma esfera colapsando não gera essas ondas. Portanto, apenas numa "criação imperfeita", num cosmo repleto de assimetrias, essas ondas podem existir.

IHU On-Line - Como a comprovação da existência das ondas pode impactar na relação do homem com o universo, o mundo e o meio ambiente?

Marcelo Gleiser - Acho que, no mínimo, deveria inspirar ainda mais pessoas a admirar os resultados e ideias da ciência moderna. Quanto mais pessoas absorverem a nova visão de mundo, mais vão entender o papel da criatividade humana na nossa concepção do cosmo e a importância da preservação da Terra, berço que é de todas nossas ideias. ■

LEIA MAIS...

- *Descobertas e incertezas sobre o "suor dos átomos"*. Entrevista especial com Marcelo Gleiser publicada na revista **IHU On-Line**, nº 474, de 05-10-2015, disponível em <http://bit.ly/1LYCAAV>;
- *Deus, Einstein e os dados*. Artigo de Marcelo Gleiser publicado nas **Notícias do Dia**, de 23-04-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1YboMtJ>;
- *As novas gramáticas da ciência e o cosmo dentro de nós mesmos*. *Marcelo Gleiser na conferência de abertura do XIII Simpósio Internacional IHU*. Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 04-12-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1QyhGdM>;
- *A crença na miraculosa capacidade humana da descoberta*. Entrevista especial com Marcelo Gleiser publicada nas **Notícias do Dia**, de 10-10-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1TYSeCL>;
- *Além da fronteira do Cosmos*. Artigo de Marcelo Gleiser publicado nas **Notícias do Dia**, de 25-09-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/21NG9TC>.

#Dossiê Física

Ondas gravitacionais: novas possibilidades para desvendar o mistério da vida

Para o diretor do Observatório Astronômico do Vaticano, Guy Consolmagno, a comprovação da existência de ondas gravitacionais abre caminhos para desvendar mistérios do cosmos

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves | Tradução Luis Sander

O mundo voltou os olhos para o campo da ciência com a mais recente descoberta dos pesquisadores do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser (LIGO, na sigla em inglês). Foram detectadas diretamente, pela primeira vez, ondas gravitacionais no espaço, conforme o prognóstico de Albert Einstein na Teoria da Relatividade Geral, em 1915. Os cientistas trabalhavam há pelo menos cinco décadas com o objetivo de detectar esse fenômeno, o único que ainda não havia sido confirmado na teoria de Einstein.

Conforme ressalta em entrevista por e-mail à **IHU On-Line** o cientista Guy Consolmagno, para além da comprovação dessa teoria que ocupa um papel extremamente significativo na ciência, a descoberta abre caminhos para desvendar outras incógnitas sobre o mistério da vida. “Para realmente compreender o tecido do universo, temos que ter condições de ‘parti-lo’ com energias que nem mesmo nossos maiores colisores de partículas podem obter, mas elas ocorrem o tempo todo no espaço. Portanto, detectores como o LIGO nos ajudam a compreender não só o que ‘está lá fora’, mas também como a própria matéria dentro de nós também se agrega”, aponta.

Defendendo que religião e ciência podem andar juntas, o pesquisador afirma que é a “fé em um Criador bondoso que nos dá a coragem de esperar que o universo faça sentido e tenha leis confiáveis”. Para **Consolmagno**, essa descoberta científica pode ainda oferecer uma contribuição para o modo como encaramos os desafios que o cotidiano nos impõe

e a complexidade da vida. “O universo efetivamente opera como uma mescla de regras e leis, de fato que são difíceis de contornar, mas ao mesmo tempo há espaço para muito mais coisas do que aquilo que é provável que possamos esperar de regras e leis apenas. No mínimo, um resultado como esse deveria nos ensinar a ser sempre humildes face ao universo e nunca achar que já compreendemos tudo, completamente”, ressalta.

Guy Consolmagno é graduado e mestre em Ciências Planetárias pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT e doutor na mesma área pela Universidade do Arizona. Foi professor e pesquisador de pós-doutorado em Harvard e no MIT, além de ter trabalhado no Quênia pela *Peace Corps*, agência federal norte-americana que oferece ajuda humanitária para países em desenvolvimento. Ingressou na Companhia de Jesus em 1989 e desde então é diretor do Observatório do Vaticano e Presidente da Fundação do Observatório do Vaticano. Em 2014, recebeu a Medalha Carl Sagan da Divisão da Sociedade Astronômica Americana para Ciências Planetárias pela excelência de seus trabalhos em ciências planetárias. Entre suas centenas de publicações científicas, destacam-se as obras *Turn Left at Orion* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989), *Intelligent Life in the Universe? Catholic belief and the search for extraterrestrial intelligent life* (Catholic Truth Society, 2005) e *Would You Baptize an Extraterrestrial?* (Nova Iorque: Crown Publishing Group, 2014), este último escrito junto com o Jesuíta Paul Mueller.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que significa para o pensamento científico a comprovação da existência das ondas gravitacionais? E para além da ciência, quais devem ser as repercussões?

Guy Consolmagno - Para a ciência, essa descoberta tem duas repercussões interessantes. Em primeiro lugar, ela confirma uma previsão central da Teoria da Relatividade Geral¹ de Einstein²; se não pudéssemos encontrar essas ondas, isso teria levado a uma crise na teoria, o que, é claro, teria sido muito estimulante, mas também decepcionante. O outro lado, entretanto, é que com detectores instalados no mundo todo (como está acontecendo atualmente), deveremos ter condições de fazer detecções rotineiras de ondas gravitacionais no futuro, o que nos permitirá observar efetivamente certas coisas no espaço, como a colisão de buracos negros, que, do contrário, seria difícil ou im-

possível detectar com telescópios comuns.

IHU On-Line - Qual a questão de fundo dessa descoberta?

Guy Consolmagno - Para realmente compreender o tecido do universo, temos que ter condições de “parti-lo” com energias que nem mesmo nossos maiores colidores de partículas podem obter, mas elas ocorrem o tempo todo no espaço. Portanto, detectores como o LIGO³ nos ajudam a compreender não só o que “está lá fora”, mas também como a própria matéria dentro de nós também se agrega.

IHU On-Line - Em que medida essa comprovação impacta na forma como se concebe o surgimento do Universo e a vida?

Guy Consolmagno - Não vejo nenhuma conexão direta.

IHU On-Line - Nessa busca do homem para entender a origem do Universo, como imagina que deva ser o próximo passo?

Guy Consolmagno - O próximo passo consiste, realmente, em continuar observando o universo de tantas formas diferentes quanto pudermos e em estar preparados para surpresas. O experimento com o LIGO é um novo conjunto de olhos que devemos manter abertos.

3 Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser (em inglês: Laser Interferometer Gravitational-Wave Observatory – LIGO): projeto fundado em 1992 por Kip Thorne e Ronald Drever do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) e Rainer Weiss da Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Ele é patrocinado pela National Science Foundation (NSF). Com um custo de 365 milhões de dólares (em 2002). É o maior e mais ambicioso projeto da NSF. Um grupo internacional de 900 cientistas de cerca de 40 instituições trabalha analisando os dados do LIGO. Sua missão principal é observar ondas gravitacionais de origem cósmica. Estas ondas foram primeiro previstas na Teoria Geral da Relatividade, por Einstein em 1916, mas na época a tecnologia necessária a sua detecção não existia ainda. Pelos anos 1970, alguns cientistas, incluindo Rainer Weiss, demonstraram a possibilidade de utilizar interferômetros laser para medir ondas gravitacionais. (Nota da **IHU On-Line**)

tos, ainda não sabemos o que iremos descobrir. Afinal de contas, foi só nos últimos 25 anos que descobrimos a existência da “energia escura”, que ainda é muito misteriosa; ainda há muita coisa lá fora a ser descoberta.

IHU On-Line - Pensar - e comprovar - que o tempo e o espaço são flexíveis pode impactar de que forma o pensamento político, científico e social na contemporaneidade?

Guy Consolmagno - Essa é, de fato, uma pergunta interessante. A maioria das pessoas atualmente pensa que vive em um mundo que é controlado por “leis naturais” fixas, com base na revolução do pensamento humano que surgiu com Isaac Newton⁴ no século XVII. Mas nós cientistas sabemos que a concepção do universo de Newton é deploravelmente incompleta. Há efetivamente leis, mas elas não são de modo algum tão rígidas ou inflexíveis quanto os filósofos pensavam há cem anos.

Espero que a mensagem da física moderna também venha a permear a maneira como pensamos a respeito de nossa vida e nossos problemas humanos. O universo efetivamente opera como uma mescla de regras e leis, de fato, que são difíceis de contornar, mas ao mesmo tempo há espaço para muito mais coisas do que aquilo que é provável que possamos esperar de regras e leis apenas.

4 Isaac Newton (1642-1727): físico, astrônomo e matemático inglês. Revelou como o universo se mantém unido através da sua teoria da gravitação, descobriu os segredos da luz e das cores e criou um ramo da matemática, o cálculo infinitesimal. Essas descobertas foram realizadas por Newton em um intervalo de apenas 18 meses, entre os anos de 1665 e 1667. É considerado um dos maiores nomes na história do pensamento humano, por causa da sua grande contribuição à matemática, à física e à astronomia. O IHU promoveu de 3 de agosto a 16-11-2005 o Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein. Sobre Newton, em específico, o Prof. Dr. Ney Lemke proferiu palestra em 21-09-2005, intitulada A cosmologia de Newton. (Nota da **IHU On-Line**)

1 Teoria da Relatividade Geral: Reformulou a concepção da gravidade e foi criada por Albert Einstein. Ela foi abordada na revista **IHU On-Line**, n. 135, de 28-02-2005, que recebeu o título *Einstein: 100 anos depois do Anus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/1p29I6j>, e na edição número 141 da revista **IHU On-Line**, de 16-05-2005, sob o título *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bit.ly/1SLDmio>. Veja também a edição número 474 da revista **IHU On-Line** sob o título *Ano Internacional da Luz. Descobertas e incertezas*, de 05-10-2015, disponível em <http://bit.ly/1nhVrAm>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Albert Einstein (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da revista **IHU On-Line**, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Anus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/ihuon130> e a edição 141, de 16-05-2005, chamada *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. A Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do Simpósio Terra Habitável, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da **IHU On-Line**)

No mínimo, um resultado como esse deveria nos ensinar a ser sempre humildes face ao universo e nunca achar que já compreendemos tudo, completamente.

IHU On-Line - Como a notícia da comprovação das ondas gravitacionais é recebida pela Igreja?

Guy Consolmagno - Desde o início dos tempos, Deus tem se revelado nas coisas que criou (isso é uma citação de São Paulo). Assim, ficamos encantados com cada nova descoberta, e também muito conscientes de que nenhuma descoberta jamais é a "última palavra" sobre a criação ou sobre o Criador.

IHU On-Line - Quais são os limites da ciência para se compreender a criação? Em que medida a fé pode auxiliar nessa investigação?

Guy Consolmagno - A ciência é a melhor ferramenta ao nosso alcance para descrever o que está efetivamente acontecendo no universo físico. Ela dá à filosofia e à teologia exemplos maravilhosos da realidade sobre as quais elas podem pensar e que podem contemplar. O papel da fé nesse tocante é duplo.

Em primeiro lugar, é nossa fé em um Criador bondoso que nos dá a coragem de esperar que o universo faça sentido e tenha leis confiá-

veis. Nossa fé rejeita a ideia de que o universo opere pelo capricho de algumas divindades naturais como acreditavam os antigos romanos. Também rejeitamos a ideia ainda pior de que tudo seja apenas acaso aleatório e sem sentido, de modo que o próprio estudo do universo não tenha sentido. Em vez disso, percebendo que o universo foi criado por um Deus bondoso, somos incentivados a acolher, amar, cuidar e estudar essa maravilhosa obra de Suas mãos.

Em segundo lugar, quanto mais ficamos sabendo a respeito de como Deus optou por criar o universo, tanto mais podemos valorizar Seu senso de beleza e elegância. Com efeito, apenas contemplando a vastidão do espaço e a vastidão do tecido do qual ele é feito - o que é revelado por coisas como as ondas gravitacionais, por exemplo, somos confrontados com a verdade de que todos fazemos parte de algo bem mais maravilhoso do que nossas preocupações cotidianas como "o que vai ter no almoço"!

IHU On-Line - Em um de seus artigos⁵, que republicamos no

⁵ "Fé e ciência, juntas, oferecem um quadro mais completo da criação". Artigo de Guy Consolmagno, publicado sítio OSV Newswekly e reproduzido nas Notícias do Dia de 07-11-2014, do sítio do Instituto Humanitas

sítio do IHU em 2014, o senhor dizia que "a fé nos diz que Deus criou o universo, a ciência nos diz como ele fez isso". É essa lógica que pode associar a fé ao trabalho científico? E de que forma pode se dar essa associação?

Guy Consolmagno - Todo cientista é um ser humano que opta por trabalhar com a ciência por muitas e variadas razões humanas, desde um senso de admiração até o desejo de ter um emprego com que possamos sustentar nossa família e fazer com que ela se orgulhe de nós e do que fazemos. Nossa fé, nossa crença no que vale a pena fazer e por que vale a pena fazê-lo, é um elemento forte que molda nossa opção por um tipo de trabalho e pela maneira como o fazemos.

Se uma pessoa se dedica ao trabalho científico apenas pela fama, glória, dinheiro ou poder, é mais provável que ela se sinta tentada a "pegar um atalho" e fazer uma ciência que, no longo prazo, poderia levar a abusos (construção de bombas ou guerra biológica) ou a resultados que pareçam impressionantes, mas são menos do que verdadeiros. (Além disso, não há muita fama ou muito dinheiro no trabalho científico!)■

Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1UMMgWq>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Os astrônomos e a epifania. Magos ou pastores?* Artigo de Guy Consolmagno publicado nas **Notícias do Dia**, de 07-01-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1RsgulT>;
- *"Fé e ciência, juntas, oferecem um quadro mais completo da criação"*. Artigo de Guy Consolmagno publicado nas **Notícias do Dia**, de 07-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1oSu9Sc>;
- *Astrônomo pontifício: Ciência real não é o Reino dos ateus*. Entrevista com Guy Consolmagno publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-07-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1SlH0bz>;
- *O Bóson de Higgs e as realidades estranhas e maravilhosas do Universo*. Entrevista especial com Guy Consolmagno publicada na revista **IHU On-Line**, nº 405, de 22-10-2012, disponível em <http://bit.ly/21Ksvk1>.

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

Por uma geoestratégia dos povos

Por Bruno Lima Rocha

“À medida que aumenta a interdependência entre países, TNCs, Sistema Financeiro mundializado e mercado de câmbio, diminui a capacidade dos países em defender suas respectivas moedas e manter padrões razoáveis de vida materialmente estável para seus povos. Progressivamente, as RI observam o papel dos Estados como forma de frear a projeção de poder das TNCs dos países do centro do capitalismo e para tal desenvolvem suas próprias TNCs como vetores estratégicos de luta pela hegemonia parcial ou total em escala planetária”, escreve Bruno Lima Rocha.

Bruno Lima Rocha tem doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atua como docente de Ciência Política e Relações Internacionais e também como analista de conjuntura nacional e internacional. É editor do portal *Estratégia & Análise*, onde concentra o conjunto de sua produção midiática, analítica e acadêmica.

78

Nesta série, iniciada no final de 2015, vamos realizar um esforço ensaístico para desenvolver bases teórico-normativas que deem alguma sustentação para o estudo e a intervenção nas Relações Internacionais - RI a partir de uma perspectiva do poder dos povos em movimento. Ao afirmar esta perspectiva, imediatamente afirmamos que este ensaio, assim como o anterior, não se destina a projetar o poder dos Estados e menos ainda das Transnacionais - TNCs. O tema fundamental do texto que segue é a soberania popular.

Como já afirmado, a soberania dos povos está subordinada, e por vezes até sequestrada, pelos poderes constituídos dentro da dimensão territorial dos países soberanos. Em geral, nas RI, há uma sobreposição da soberania dos Estados nacionais por em cima da soberania das maiorias massivas residentes destes mesmos lugares. A condição de decidir de forma soberana de um país tampouco é um valor absoluto. Sabe-se que as economias monetárias e o Grande Jogo no Sistema Internacional - SI subordinam as capacidades estatais e, por tabela, diretamente às condições de vida das pessoas residentes na base da pirâmide social ali existente.

De forma direta, há soberania relativa dos países sobre seus próprios territórios e uma interdependência subordinada da maioria destes mesmos países aos Estados líderes do planeta. Também há uma interdependência mais horizontal entre Estados com excedentes

de poder em distintas escalas, influenciando-os mutuamente. Dentro deste mesmo contexto, um Estado no SI projeta seu poder - seus poderes de formas diversas - também pela capacidade de influenciar nos ambientes domésticos e regionais dos demais países. A forma mais contundente desta presença, para além do poder militar e duro pela própria natureza, é através da existência de Transnacionais - TNCs, operando além de suas fronteiras de origem em variados ramos e negócios.

À medida que aumenta a interdependência entre países, TNCs, Sistema Financeiro mundializado e mercado de câmbio - com sua permanente guerra cambial e mesas manipuladas -, diminui a capacidade dos países em defender suas respectivas moedas e manter padrões razoáveis de vida materialmente estável para seus povos. Progressivamente, as RI observam o papel dos Estados como forma de frear a projeção de poder das TNCs dos países do centro do capitalismo e para tal desenvolvem suas próprias TNCs como vetores estratégicos de luta pela hegemonia parcial ou total em escala planetária. Tal coação se dá de distintas formas.

Uma, mais explícita, é pela presença ostensiva de forças militares ou de ação rápida e emprego especial. O uso da força é um recurso regular da política e como tal deve ser compreendido, tal como o emprego de espionagem para incidir em ambientes domésticos, cenários regionais ou internacionalizados.



Em geral, nas RI, há uma sobreposição da soberania dos Estados nacionais por cima da soberania das maiorias massivas destes mesmos lugares

Outra forma de coagir a soberania dos povos sequestrada pelos poderes de fato dos Estados, e também bastante visível, é através do Sistema Financeiro e sua arquitetura montada como uma grande armadilha, onde agências de análise, controladorias, auditoria, arbitragem, redes bancárias, paraísos fiscais, circuitos de lavanderias de dinheiro e instituições financeiras formais operam de forma coordenada ou pelo menos, concatenada, para garantir o máximo de lucro e subordinação das economias nacionais ao apetite voraz do capital fictício em suas diversas formas.

Concomitante ao capital financeiro está a disputa - entre os países - por receber investimentos de empresas TNCs e o "ouro do capitalismo", os empreendimentos que gerem emprego direto. Ao mesmo tempo em que é relevante a existência de emprego regular, a disputa por estes postos de trabalho implica, muitas vezes, em baixar a rede de proteção social e desregular as relações assalariadas. Assim, com a pressão da pouca ou nenhuma capacidade de organização sindical dos países asiáticos, a mão de obra mal remunerada baixa o preço das manufaturas e força a desindustrialização de países que outrora convertiam e transformavam o que consumiam, tal é o caso de Brasil, México e Argentina.

As armadilhas de subordinação das vontades soberanas das maiorias com direitos políticos nos países podem ocorrer de diversas formas. Ao mesmo tempo em que é danoso ancorar a balança comercial de um país como o Brasil na exportação de bens primários, mantendo as bases de opressão pós-coloniais, transformando nossos biomas e suas riquezas naturais e de diversidade em infundáveis plantations de soja e outros grãos, também há o problema reverso. Basear a indústria na atração de capitais estrangeiros na forma de TNCs é quase sempre também subordinar as leis e acordos internos. Os danos ambientais e a chamada

guerra fiscal entre os estados brasileiros materializam esta afirmação.

Entendo que tal diagnóstico seja universal, diferenciando-se entre analistas as soluções empregadas para a falta de soberania popular. Não vejo esta como idêntica ou "naturalmente" subordinada ao marco legal dos Estados. Os países do SI tampouco são sociedades igualitárias ou sequer dotadas de um grau razoável de distribuição material e justiça social. A Divisão Internacional do Trabalho - DIT atual continua operando como um distribuidor de desigualdades, apesar de que o esforço das elites dirigentes, classes dominantes e a nova classe gerencial das TNCs (os alto executivos que se gratificam com os bônus e o controle dos movimentos destas corporações) intentem impor sua vontade em todos os territórios do planeta.

É tamanha a complexidade do Grande Jogo que fica difícil visualizar saídas de curto prazo para além dos cenários concretos, sendo estes domésticos (como por exemplo, o impasse hoje vivido pela Venezuela) ou regionais (tal é a luta dos povos do Curdistão pela autodeterminação de suas vontades coletivas). O problema é justamente de perspectiva. Pois, com a ausência de teoria, logo há inexistência de hipóteses de trabalho e, assim, as ideias igualitárias e de base libertárias ficam reféns da herança maldita do mundo pós-Guerra Fria.

Ao projetar o poder dos povos em seus respectivos territórios, é necessário realizarmos o esforço teórico de projeção deste mesmo poder através dos constrangimentos que nossos países já sofrem (no caso específico da América Latina), a começar pelas frações de classe dominante totalmente alinhada com os países líderes do SI. A soberania popular se expressa de diversas formas e o passo inicial para contrabalançar o poder mundial através de uma geoestratégia dos povos. ■

Expediente

Coordenador: professor mestre Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: professor doutor Bruno Lima Rocha

PUBLICAÇÕES

Economias Biopolíticas da Dívida

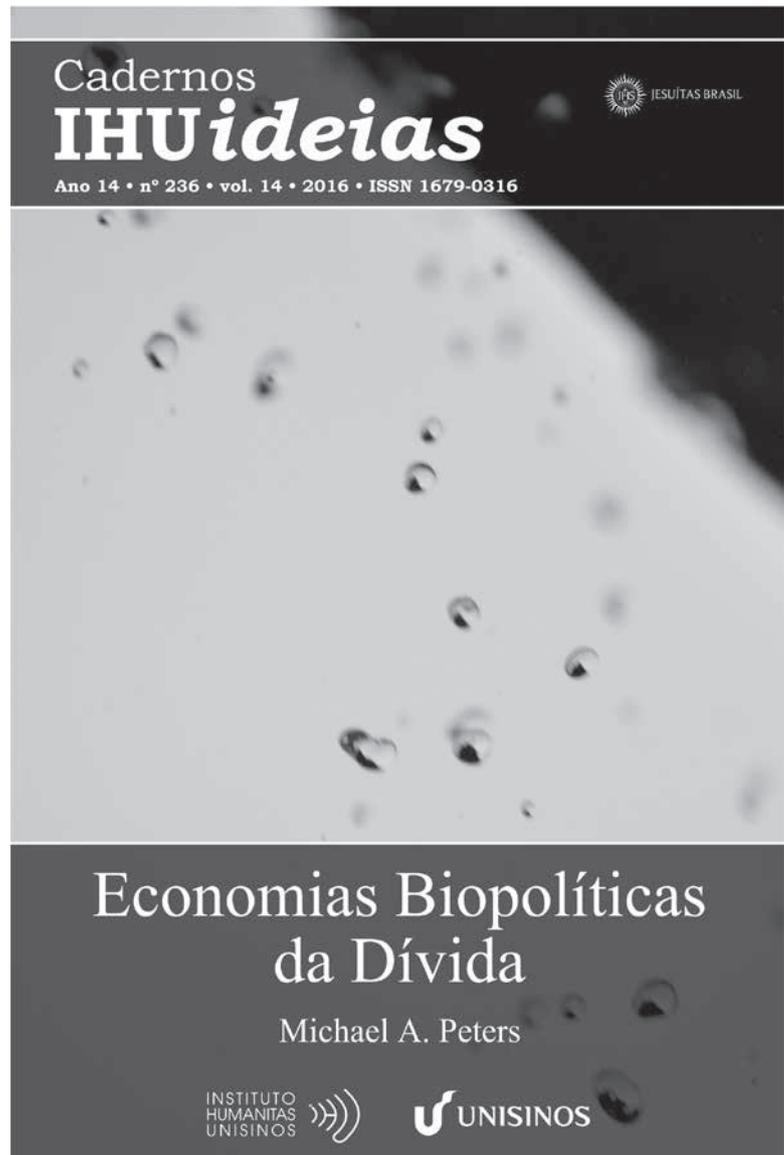
Cadernos IHU ideias, em sua 236ª edição, publica o artigo de Michael A. Peters, doutor em Filosofia da Educação pela University of Auckland, Nova Zelândia, professor na Universidade de Waikato, professor emérito na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, professor Adjunto na Escola de Arte, Royal Melbourne Institute of Technology - RMIT e na Escola de Estudos Estrangeiros da Universidade de Guangzhou.

O artigo aborda a questão e a moral da dívida, que vieram à tona em uma variedade de áreas - antropologia, economia, filosofia, finanças - como base para uma investigação sobre o fenômeno da "economia da dívida" e as novas configurações do "capitalismo da dívida" como uma expressão de inúmeros termos relacionados, os quais sinalizam a mudança para a cultura da finança: globalização, financeirização, neoliberalismo e o próprio capitalismo financeiro.

Nessa mudança para a dívida como um modo de vida, Nietzsche tem uma recém-descoberta relevância, especialmente na compreensão do que Balibar chama de novas "modalidades de subjetivação" associadas a uma "economia geral (e sociedade) da dívida", ou seja, a dívida como um instrumento ou mecanismo para o governo da subjetividade que funciona à margem do dinheiro, poder, economia e moral.

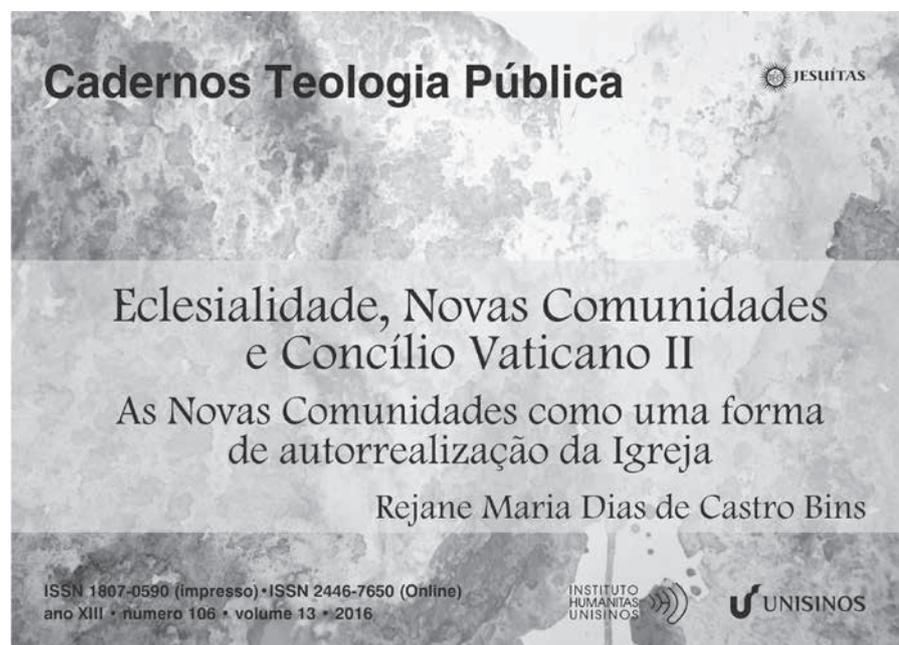
Confira a versão digital do artigo em <http://bit.ly/1oSHw4S>

Estas e outras edições dos Cadernos IHU ideias têm suas versões digitais disponíveis no link <http://bit.ly/1GjHqak>, e também podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213.



PUBLICAÇÕES

Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II. As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja



Cadernos Teologia Pública, em sua 106ª edição, traz o artigo de Rejane Maria Dias de Castro Bins, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e mestra em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

O artigo faz parte da dissertação de mestrado da pesquisadora, que buscou aferir o papel das associações de fiéis conhecidas por Novas Comunidades na eclesiologia da Igreja Católica. Estuda o contexto eclesial relativo ao

laicato, cujo apostolado é fortemente impulsionado pelo Concílio Vaticano II, ao adotar a eclesiologia de comunhão, gerando a necessidade de lugares de experiência de vida verdadeira, amenizando o individualismo. Reconhece a presença dos movimentos eclesiais desde os primeiros séculos da era cristã, marcados pelo carisma infundido no fundador pelo Espírito Santo.

Examina as novas comunidades como uma experiência autêntica de Igreja, moldada pelos carismas do Espírito, dando eficácia ao testemunho dos seus membros em uma unidade multiforme; enfatiza a origem carismática das Novas Comunidades, a partilha e a consagração de vida de fiéis de diferentes estados, a ênfase dada ao processo integral de formação cristã. Prioriza os sinais de eclesialidade, conforme critérios da Exortação Apostólica Christifideles Laici, e o dinamismo para a comunhão e a missão; avalia como essas novas realidades são instrumentos eficazes de encontro pessoal com Jesus Cristo e analisa as possibilidades de relacionamento com as paróquias.

A metodologia é bibliográfica, percorrem-se doutrinadores italianos, porque muito férteis a respeito, e documentos da Igreja universal desde o Concílio Vaticano II. Conclui-se pelo reconhecimento das Novas Comunidades como um dos protagonistas atuais da eclesiologia de comunhão, buscando realizar a missão evangelizadora primordial da Igreja, em comunhão com as demais realidades eclesiais, com diferentes possíveis formas de inserção nas Igrejas locais.

Confira a versão digital do artigo em <http://bit.ly/1kxEWJU>

Estas e outras edições dos Cadernos Teologia Pública têm suas versões digitais disponíveis no link <http://bit.ly/1kxEWJU> e também podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213. ■



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Dívida pública. Quem ganha? Quem perde?

Edição 440 - Ano XIV - 07.04.2014

Disponível em <http://bit.ly/1LD1mtY>

A dívida pública é, atualmente, um dos principais alimentos do capitalismo, favorecendo a concentração de renda no setor financeiro e aumentando ainda mais o seu poder, como constata Maria Lucia Fattorelli nesta edição. "O que mata não é o tamanho da dívida, mas a taxa de juros, que faz com que esta tenda a crescer sempre", afirma, peremptório, o economista Amir Khair. "Apesar de todo o esforço do setor público em pagar, ele não consegue". Desta forma, como descreve Ivo Poletto, o Brasil se mantém como um dos pilares da especulação financeira globalizada. Também contribuem com o debate Rodrigo Vieira de Ávila, Adriano Benayon, Amir Khair, João Sucupira, Ivo Poletto, Maria Lucia Fattorelli, Wilson Cano e Guilherme Delgado.



A reestruturação do capitalismo brasileiro

Edição 322 - Ano X - 22.03.2010

Disponível em <http://bit.ly/1U7Elg6>

Está em curso uma clara e evidente reestruturação ou reorganização do capitalismo brasileiro. Compreender melhor a sua dinâmica, suas perspectivas, desafios, potencialidades e limites é o que esse número da revista IHU On-Line discute. Contribuem para a discussão Márcio Pochmann, Luiz Werneck Vianna, Chico de Oliveira, Carlos Lessa, Ladislau Dowbor, Luis Nassif, Bernardo Kucinski, Waldir Quadros.



A crise capitalista e a esquerda

Edição 287 - Ano IX - 30.03.2009

Disponível em <http://bit.ly/1pucTTW>

A crise internacional do capitalismo é, nesta primeira edição da revista IHU On-Line de 2009, o tema de capa. Se nas edições anteriores a crise foi abordada, alternadamente, retomando as inspirações de J. M. Keynes e Karl Marx, nesta buscamos compreender o diagnóstico e os prognósticos que especialistas, identificados com o amplo campo da esquerda, descrevem. Contribuem para a discussão David Harvey, Robert Kurz, Reinaldo Gonçalves, Paul Singer, Ricardo Abramovay, Eric Toussaint, Michael Hardt, Mario Deaglio e James Petras.



Eventos



13^ª
PÁSCUA
IHU

ciclo de atividades

O CUIDADO DE NOSSA casa comum

10 DE MARÇO A
03 DE MAIO DE 2016

A programação completa do evento *O cuidado de nossa casa comum* está disponível no link <http://bit.ly/1Qqr716>.

Audição comentada da Cantata BWV 243 – Magnificat em Ré Maior, de Johann Sebastian Bach

Data: 10 de março

Horário: 17h30 às 19h

Conferencista: Profa. Dra. Yara Caznok (foto) - UNESP-SP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU



Audição comentada da Missa Papae Marcelli (Missa do Papa Marcelo) de Giovanni Pierluigi da Palestrina

Data: 11 de março

Horário: 9h às 11h45min

Conferencista: Profa. Dra. Yara Caznok (foto) - UNESP-SP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

ME TRÓ POLES	3º CICLO DE ESTUDOS POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DE GOVERNO	UNISINOS – SÃO LEOPOLDO RS
	TERRITÓRIOS, GOVERNAMENTO DA VIDA E O COMUM	30 DE MARÇO A 08 DE JUNHO DE 2016 INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu